

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA  
(Nível de Mestrado)**

**Márcio Antônio Gatti**

**HUMOR EM PROVÉRBIOS ALTERADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística do IEL/UNICAMP, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Lingüística.

Área de concentração: Análise do Discurso

**Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti**

**Campinas  
Dezembro de 2007**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp**

**G229h**

Gatti, Márcio Antônio.

Humor em provérbios alterados / Márcio Antônio Gatti. --  
Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Sírio Possenti.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Provérbios. 2. Interdiscurso. 3. Cena de enunciação. 4. Gêneros  
discursivos. 5. Ethos. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Humour in changed proverbs.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Proverb; Interdiscourse; Scene of enunciation;  
Discursive genre; Ethos.

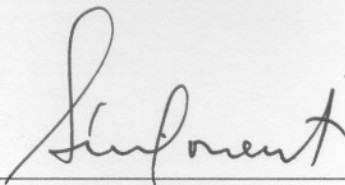
Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Sírio Possenti (orientador); Profa. Dra. Carmen Zink  
Bolonhini, Profa. Dra. Vandarsi Sant'Ana Castro; Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas  
(suplente), Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim (suplente).

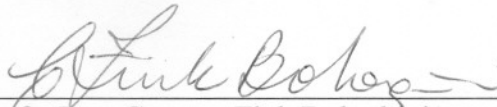
Data da defesa: 14/12/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.



---

Prof. Dr. Sírío Possenti – Orientador  
Lingüística / UNICAMP



---

Profa. Dra. Carmen Zink Bolonhíni  
Lingüística Aplicada / Unicamp



---

Profa. Dra. Vanderson Sant'Ana Castro  
Lingüística / UNICAMP

---

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (suplente)  
UFSCAR

---

Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim (suplente)  
Lingüística / UNICAMP

Este exemplar é a redação final da  
tese / dissertação e aprovada pela  
Comissão Julgadora em:



*A Mara*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Sírío Possenti, pela orientação dedicada, pela liberdade proporcionada, pela paciência e pelas sugestões sempre riquíssimas.

Aos professores Jonas de Araújo Romualdo, Carmen Zink Bolonhini e Vandarsi Sant´Ana Castro pela leitura, sugestões e críticas nas bancas de qualificação e defesa.

À Secretaria de Educação do Estado de São Paulo pelo apoio financeiro.

Aos funcionários deste instituto, especialmente aos da secretaria de pós-graduação, sempre muito prestativos.

A Fabiane Baldussi, pela consultoria em inglês.

Aos colegas que enviaram dados e de alguma maneira contribuíram para a realização deste projeto.

A Mara, pela companhia, paciência, estímulo e amor, decisivos para que este trabalho se desenvolvesse.

*É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.*

*(Michel Foucault – A Ordem do Discurso)*

## RESUMO

Este trabalho pretende analisar certas características de alguns enunciados humorísticos peculiares, os comumente chamados *provérbios alterados*. Situando-se na perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa, discute-se, primeiramente, a descrição do próprio provérbio nessa perspectiva teórica, enfatizando a problemática da alteridade. Demonstra-se também que alguns conceitos dessa teoria, como o de *interdiscurso*, revelam-se operantes para a análise do funcionamento discursivo e humorístico dos provérbios alterados. Da mesma forma, ao discutir uma aparente tensão entre o antigo e o recente (entre proverbial e não proverbial), a análise de certos dados revela que, em boa medida, os discursos veiculados pelos provérbios alterados são provenientes do próprio universo humorístico. Assim, são levantadas hipóteses – a partir dessa constatação de que o discurso dos provérbios alterados depende de um interdiscurso – sobre o surgimento, a circulação e a manutenção de estereótipos no discurso humorístico. Este trabalho ainda se propõe a analisar textos em que há veiculação de algum desses enunciados, a fim de que se possa observar se, assim como o provérbio, a sua enunciação incide no texto como uma voz de autoridade, além de analisar, no texto, se há manutenção de uma suposta inocência notada em alguns enunciados alterados. Percebe-se, no entanto, que tanto a autoridade quanto a inocência não dependem apenas da veiculação de um provérbio alterado, mas de outros aspectos, como a *cena de enunciação* e o *gênero do discurso*.

**Palavras-chave:** *provérbio; interdiscurso; cena de enunciação; gênero discursivo; ethos*

## ABSTRACT

This research intends to examine certain characteristics of some listed peculiar humorous, commonly known *changed proverbs*. This text is based on the theoretical perspective of the French discourse analysis. First it discusses the description of the proverb in this theoretical perspective, emphasizing the issue of alterity. It also shows that some concepts of the theory, such as *interdiscourse*, appeared to be working for the analysis of the functioning of discourse and humorous of changed proverbs. Similarly, to discuss an apparent tension between the old and recent (between proverbial and non proverbial), the analysis of some data shows that, in good measure, the discourses are served by changed proverbs from the own universe humorous. So chances are raised – from this finding that the speech of proverbs changed depends on a interdiscourse – on appearance, the movement and keep the stereotypes in the humorous discourse. This research also is proposing to examine texts that are serving in some of those listed, so that we can observe whether, as the proverb, their enunciation focuses on the text as a voice of authority, and examine, in the text, if it keeps a purported innocence noted in some listed changed. See, however, that both the authority and innocence does not depend only on the delivery of a proverb changed, but in other aspects, such as the *scene of enunciation* and the *genre of discourse*.

Keywords: *proverb; interdiscourse; scene of enunciation; discursive genre; ethos*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1 – Apresentação do trabalho.....	1
2 – Sobre os dados .....	2
<b>CAPÍTULO I – NOMENCLATURA.....</b>	<b>4</b>
1 – O que é provérbio .....	4
2 – Relevância da nomenclatura .....	7
<b>CAPÍTULO II – O OUTRO NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM .....</b>	<b>10</b>
1 – Introdução .....	10
2 – Bakhtin e dialogismo .....	10
2.1 – Bakhtin e polifonia.....	14
3 – A polifonia de Ducrot: os papéis do sujeito falante.....	17
3.1 – Provérbios nessa perspectiva polifônica .....	21
4 – Provérbio, o Outro .....	22
5 – A Análise do Discurso .....	25
5.1 – Os primórdios .....	26
5.2 – A predominância da Heterogeneidade .....	29
6 – Considerações sobre a Heterogeneidade em Authier-Revuz.....	30
<b>CAPÍTULO III – ALTERIDADE E AUTORIDADE, OS PROVÉRBIOS EM PERSPECTIVA DISCURSIVA .....</b>	<b>33</b>
1 – Introdução .....	33
2 – Provérbio, “participação” e “hiperenunciação” .....	34
3 – A relevância do interdiscurso .....	40
3.1 – Provérbios e interdiscurso.....	44
<b>CAPÍTULO IV – PROVÉRBIOS ALTERADOS, UM CASO DE HUMOR .....</b>	<b>48</b>
1 – Introdução .....	48
2 – Captação e subversão: duas estratégias .....	49
3 – Humor .....	52
3.1 – Os chistes de Freud .....	53
3.2 – A teoria clássica do riso .....	56
3.3- Outros “ingredientes” .....	59
4- A desmetaforização .....	62
5 – Exploração do duplo sentido como um processo.....	64
6 – Provérbios alterados, interdiscurso e humor.....	65
<b>CAPÍTULO V – O DISCURSO DOS PROVÉRBIOS ALTERADOS .....</b>	<b>69</b>
1 – Uma competência discursiva .....	69
2 – Enunciados polêmicos?.....	72
2.1 – Subversões autênticas .....	75
2.2 – Recurso ao sexo .....	79

2.2.1 – Duplo sentido do verbo dar.....	83
2.3 – Loiras .....	93
2.4 – Baianos.....	97
2.5 – Sogras.....	99
2.6 – Cegos .....	99
2.7 – Conflitos políticos.....	101
2.8 – Trabalho .....	103
2.9 – Conclusão.....	104
3 – Enunciados inocentes?.....	105
<b>CAPÍTULO VI – O PROVÉRBIO ALTERADO NO TEXTO .....</b>	<b>107</b>
1 – Cenas de enunciação e ethos.....	107
2 – Textos.....	110
2.1 – Uma lista .....	110
2.1.1 – Das pistas ao ethos.....	113
2.2 – Uma letra de música .....	118
2.3 – Algumas tiras .....	124
2.4 – Seriedade.....	128
2.4.1 – O provérbio alterado como reprovação moral .....	129
2.4.1.1 – Cenas.....	130
2.4.2 – Um moralismo invertido .....	131
2.4.3 – Outra letra de música .....	136
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>146</b>

# INTRODUÇÃO

## 1 – Apresentação do trabalho

Quando se pretende analisar provérbios, pode-se recorrer a uma vasta bibliografia existente sobre o assunto, aos dicionários de provérbios, etc. Isso pode, sem dúvidas, trazer contribuições ao pesquisador (pode também atrapalhar, já que se pode cair na armadilha do já-dito). Quando se pretende analisar provérbios alterados, há uma dificuldade, principalmente no que diz respeito à escassez de trabalhos sobre o assunto. O que dizer, então, se pretendemos analisá-los à luz da Análise do Discurso?

Este é um dos questionamentos que nos fizeram não desistir desses ditos tão peculiares e ainda nos trouxeram um outro questionamento que talvez norteie boa parte deste trabalho: é possível sustentar que há discurso em enunciados tão curtos? Como a resposta sempre nos pareceu afirmativa, tentamos fixar a atenção em três pontos relevantes dos provérbios alterados: seu funcionamento semântico-discursivo; o discurso que veiculam e a incidência deles no texto e do texto neles.

Para tanto, primeiramente tratamos das definições, o que por si só, quando se trata de provérbios, não é uma questão de simples manejo. Tratamos, pois, de definir o que é, no interior deste trabalho, *provérbio*, o que leva de uma maneira ou de outra a questionamentos sobre o funcionamento do provérbio.

Posto que passamos a lidar com enunciados que são fundamentalmente heterogêneos, fizemos, no segundo capítulo, uma introdução sobre a alteridade nos estudos da linguagem, na qual ressaltamos desde os trabalhos do Círculo de Bakhtin até a AD. Assim, chegamos ao terceiro capítulo com a preocupação de enquadrar o provérbio na teoria do discurso.

No quarto capítulo, introduzimos de fato o nosso objeto de estudo, primeiramente definindo as duas estratégias fundamentais do processo de desvio do provérbio: a captação e a subversão. Em seguida, fizemos uma pequena introdução à teoria do humor, numa tentativa de caracterizar o provérbio alterado como um discurso humorístico. Por fim, dissertamos sobre alguns aspectos do funcionamento do provérbio alterado, como a desmetaforização e exploração do duplo sentido.

Nos dois últimos capítulos, tentamos centralizar as nossas análises tanto do discurso dos provérbios alterados (quinto capítulo), como de seu funcionamento no texto e da incidência dele no sentido dos textos (sexto capítulo). Ressaltemos ainda que, nestes dois capítulos, fica clara uma certa propensão dos provérbios alterados em tratar de temas recorrentes no humor, bem como de temas polêmicos e de certa forma de natureza bastante diversificada.

## 2 – Sobre os dados

Boa parte de nossa pesquisa deve-se aos chamados buscadores de internet. Com o auxílio dessa ferramenta pudemos ter acesso a vários provérbios alterados, o que dito dessa forma, parece ter sido algo simples.

De fato não podemos dizer que tivemos um grande trabalho na coleta dos dados. Talvez tenha sido muito mais um trabalho de paciência do que de esforço, já que tivemos a tarefa, muitas vezes estafante, de procurar novos provérbios alterados em listas muitas vezes repetidas (ver item 2.1 do capítulo VI).

Dessa forma, com o auxílio dos já mencionados buscadores (com destaque para o buscador Google), procuramos os nossos dados, a partir de algumas expressões. Sem sucesso, tentamos as expressões *provérbios parodiados*, *ditados parodiados* e *provérbios alterados*; com algum resultado, as expressões *provérbios corrigidos* e *ditados alterados*; com bons resultados, a expressão *ditados corrigidos* e com um número bastante grande de resultados, a expressão *corrigindo velhos ditados*, que como veremos é, na verdade, o título de um texto. Tentados pelo excesso de sites encontrados com o item *corrigindo velhos ditados*, utilizamos ainda uma outra expressão, cujo resultado foi pífio: *corrigindo velhos provérbios*.

Ainda assim, com as pesquisas na internet não levantamos o número total de dados que se encontram anexados nesta dissertação. Uma parte deles é proveniente de procedimentos não muito ortodoxos. Alguns dados chegaram pelas mãos de colegas, outros pelo nosso trabalho de memória, outros ainda por uma questão de ocasião, posto que estes dois últimos procedimentos respondem, essencialmente, por boa parte dos textos que analisamos no sexto capítulo.

Vale ainda lembrar que não pretendemos nesta dissertação chegar à exaustão dos dados, mesmo porque não se trata de um trabalho de dicionarista. Embora tendo um número de certa forma grande de enunciados proverbiais alterados em nossos dados, temos consciência de que eles não representam a totalidade dos provérbios alterados que existem ou que podem existir. Assim, se temos um número grande (centenas, milhares...) de provérbios em língua portuguesa, é possível que para cada um deles venha a existir uma alteração.

Sabemos também que há em nossos dados, enunciados cujos correspondentes originais não são de fato provérbios. Mantivemos (e nomeamos também *provérbios alterados*) enunciados que são frases feitas, slogans, idiomatismos, etc., por um motivo de ordem funcional, já que tais dados seguem mais ou menos as mesmas regras de funcionamento dos dados cujos correspondentes originais são, de fato, provérbios. Também por uma certa inquietude, promovida pela própria condução da coleta dos dados: tais enunciados aparecem, sem nenhuma ressalva, juntamente dos demais que são autênticas alterações proverbiais.

Há ainda um conjunto paralelo de dados – que utilizamos geralmente para a demonstração de certos discursos humorísticos, como o discurso sobre as loiras ou sobre os homossexuais – que também deriva, em boa medida, de pesquisas feitas na internet. Dessa forma, devemos muito aos *sites* humorísticos como o *humortadela*, o *piadas.com*<sup>1</sup>, etc.

---

<sup>1</sup> [www.humortadela.com.br](http://www.humortadela.com.br) e [www.piadas.com.br](http://www.piadas.com.br).

## I – NOMENCLATURA

### 1 – O que é provérbio

Uma das questões levantadas pela paremiologia é a da definição do que designam as palavras *provérbio*, *ditado*, *adágio*, *etc.* Embora nossa preocupação nesse trabalho não sejam especificamente os provérbios, pois nosso real objeto de estudo não seria caracterizado como provérbio pela paremiologia, parece-nos conveniente introduzir a questão da designação da palavra *provérbio*, justamente para uma definição do nosso próprio objeto, nomeados, aqui por nós de *provérbios alterados*. Dessa maneira, se nomeamos *provérbios alterados* tais enunciados, convém explicitar o que, de fato, consideramos que a palavra *provérbio* designa.

Comumente, define-se provérbio como uma sentença de autoria anônima e fortemente ligada à tradição popular, que acaba por exprimir a sabedoria de um povo, de uma nação. Porém, quanto à terminologia, não existe unanimidade. Russomano (1938), por exemplo, não utiliza o termo *provérbio*, mas sim *adágio*, para nomear as frases que reuniu em seu livro *Adagiário Gaúcho*, justamente por reservar *provérbio* para uma tradição clássica:

*“O provérbio assume em geral o aspecto de frase clássica, sancionado pelo uso ou pela antiguidade e quase sempre colhido em velhas coleções religiosas ou filosóficas”. Tem, pois, vestes acadêmicas de erudição e é ainda considerado “uma generalização oral de certos pensamentos de sabor literário colhido nas obras dos antigos filósofos gregos, romanos, e outros, no Velho e Novo Testamento e nos escritores clássicos, cronistas...”. (RUSSOMANO, 1938 p. 16)*

Já *adágio*, para esse autor, seria “filho da espontaneidade ou da experiência popular” (Ibid.).

Para Obelkevich (1997), no entanto, muitos dos provérbios tiveram origem em meio ao campesinato, ou seja, num ambiente popular:

*Parece, no entanto, haver poucas dúvidas quanto ao fato de que, na Europa pré-industrial, eram os camponeses, a maioria da população, quem mais usava os provérbios (...) seu conteúdo reflete em muito a necessidades e realidades dos camponeses: de qualquer forma, parece ter havido um dito, ou vários deles, para*

*cada evento na agricultura e na vida. A Grã-Bretanha também produziu seus provérbios em meio aos camponeses...* (OBELKEVICH, 1997, p. 46).

Podemos perceber, então, que esse autor não compartilha da mesma definição de provérbio adotada por Russomano. Além disso, seu texto argumenta que o uso e a produção de provérbios não estão desvinculados dos eventos sociais e históricos que acontecem numa determinada sociedade, antes disso, eles refletem as mudanças ocorridas nela:

*No século XVIII, por exemplo, alguns dos novos ditados expressam valores associados à economia capitalista em expansão. (...) No século XIX, apesar das afirmações de que a era de se fazer provérbios havia passado, a safra de novos ditados foi grande, e eles também refletem as preocupações da época. Em muitos deles podemos ter vislumbres do herói determinado e trabalhador da cultura vitoriana.* (ibid, p. 56)

Notamos, pois, que a espontaneidade proposta por Russomano também pode ser questionada.

Há ainda uma outra autora que se preocupa com a definição de provérbio. Rocha nos diz, retomando Steinberg quanto à questão da mensagem que o provérbio veicula, que o provérbio “formalmente é um verso ou quase verso, apresentando muitas vezes rima, assonância, metáforas, estrutura geralmente bimembre, elipse etc. Do ponto de vista semântico ‘deve encerrar uma mensagem admoestadora ou conselho’” (ROCHA, 1995, p. 11).

Nos provérbios, esse conselho (ou mensagem admoestadora) resulta, geralmente, da construção de um significado metafórico. Muitas vezes, como em *quem não tem cão caça com gato*, o significado se estabelece de maneira indireta, ou seja, aqui *cão* e *gato* não têm propriamente referentes, e assumem um outro valor que não aquele ligado diretamente a seu significante. Então, o provérbio usa da metáfora para fazer valer seu significado, que equivaleria, no caso acima a, mais ou menos, *é possível realizar algo de várias maneiras* ou *se não tem coisa boa vai de coisa média ou ruim*.

Outro autor que se preocupa em definir provérbio por sua estrutura significante é Mota (1974), que, no entanto, não faz outras distinções, embora as considere importantes, entre os vários nomes possíveis para essa enunciação peculiar. Para este autor:

*O provérbio é a mais perfeita cristalização de segmentos lingüísticos dentro do sistema funcional (...) nos provérbios vamos encontrar uma perfeita cristalização que chega ao ponto de não permitir nenhum jogo opositivo. Por exemplo: De grão em grão a galinha enche o papo; a cristalização é perfeita, pois aí temos um único bloco totalmente fechado. (MOTA, 1974, p. 40)*

Greimas (1975, p. 290), partindo do princípio de que em alguns enunciados proverbiais o significado se estabelece por uma mudança de campo semântico, faz uma distinção entre provérbios e ditados. Para ele, provérbios são conotados, isto é, o significado transfere-se “de um lugar semântico (onde ele se estabeleceria a partir do significante) para um outro”. Utilizando o próprio exemplo desse autor, é isso que ocorre em *Bonjour lunettes, adieu fillettes*, em que “o significado não se situa ao nível da significação de *lunettes* (óculos) ou de *fillettes* (meninas), encontrando-se o sentido do provérbio no ponto em que se desenvolvem as considerações sobre a juventude e a velhice”. Quando se trata de ditados, ao contrário dos provérbios, não há conotação, “não precisamos buscar a significação de *chose promise, chose due* (coisa prometida, coisa devida) fora da intencionalidade linear onde se encontra”.

Os provérbios, no entanto, têm um estatuto de reenunciabilidade e constituem, dessa maneira, uma modalidade de discurso do outro e sua identificação como tal é mais fácil que em outros discursos em que não haja enunciação proverbial, pois são enunciados cristalizados que sempre remetem a um outro que os disse anteriormente, seja de maneira direta, isto é, pela ação do locutor ao dizer expressões do tipo *como dizia minha avó*, ou por sua própria estrutura, que faz lembrar ao interlocutor (por meio de seu repertório proverbial) que aquilo que está sendo dito é um provérbio:

*quando usa provérbios (...) o locutor se vê quase sempre obrigado a recorrer a expressões que remetem a um outro sujeito (“é como diz o outro”, “é como diz X” etc.), ou a isolar por aspas ou pela entoação um discurso que não é seu; ou então ainda, caso ele não use de nenhum desses recursos reveladores da heterogeneidade, o alocutário, graças à sua competência cultural, será capaz de reconhecer a heterogeneidade (Rocha, 1995, p. 52).*

Quanto à questão da entoação, Greimas diz que



*na língua falada, os provérbios e ditados se distinguem do conjunto da cadeia pela mudança de entonação. Tem-se a impressão de que o locutor abandona voluntariamente sua voz, tomando uma outra de empréstimo a fim de proferir um segmento de fala que não lhe pertence propriamente e que ele está unicamente citando (op. cit., p. 288).*

Sabemos, no entanto, que esse traço (a mudança de entonação) não é o único que distingue os provérbios (e os ditados), mas, de qualquer maneira, não deixa de ser um indicativo de que o provérbio constitui uma espécie nítida de discurso do outro, traço importante para a caracterização e definição de nosso objeto de estudo.

Portanto, temos, aqui, um aspecto bastante relevante e que pretendemos mais adiante tratar com mais detalhe, ou seja, a característica fundamental do provérbio permanecer para os falantes em geral como uma espécie transparente de discurso do outro é importante para este trabalho, principalmente no que diz respeito ao nosso principal objeto de estudo que é o provérbio alterado, pois temos nele um aproveitamento nítido desse estatuto de reenunciabilidade do provérbio.

No que toca à questão da designação da palavra *provérbio*, vimos em alguns poucos autores que não se trata de um terreno muito sólido, ou seja, o que é provérbio para alguns, nem sempre é para os outros. No entanto, não entraremos no mérito dessas discussões, assim, sem tomar partido por nenhuma das alternativas lançadas pelos autores acima, pensamos ser mais adequado estabelecer um nome para os enunciados que constituem nossos dados, principalmente por uma questão de praticidade, portanto não discutiremos se o correspondente original do dado que analisaremos é ou não um provérbio, um adágio, um ditado, etc., embora os nomeemos *provérbios alterados*.

## **2 – Relevância da nomenclatura**

Notadamente, muitos autores preocuparam-se com a questão do que designa o nome *provérbio*. No entanto, como vimos, há um certo descompasso nas definições de cada um dos conceitos que, de certa maneira, designam ou nomeiam enunciados “prontos”, sem autoria conhecida e que circulam principalmente de maneira oral (embora na escrita, principalmente em determinados gêneros, o provérbio venha aparecendo com frequência<sup>2</sup>),

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Lysardo-Dias (2001), cuja tese analisa a enunciação proverbial na imprensa escrita.

inseridos numa enunciação específica, o que normalmente ocorre no sentido de dar a tal enunciação um certo valor de verdade ou autoridade.

Definitivamente, neste trabalho, abandonaremos qualquer distinção feita entre todas essas definições, com exceção do que diz Greimas, mas não para fins de definir o que é ou deixa de ser um provérbio, mas para uma análise do estatuto de conotação dos provérbios quando estes sofrem alteração.

Não nos deteremos, portanto, em definir, como dissemos acima, como cada enunciado analisado deve ou não ser nomeado, simplesmente nos obrigaremos a defini-los como *provérbio*, quando se tratar de enunciado sem alteração, e *provérbio alterado*, quando se tratar de enunciado que sofreu alguma alteração, seja no nível da estrutura, seja apenas no nível do sentido, isto é, quando não há mudanças aparentes no nível estrutural, apreensíveis pela audição, por exemplo.

Como se pode perceber, o que nos incomoda não é o fato de um enunciado poder ser ou não denominado provérbio, adágio, ditado, máxima, etc. Obviamente essa não deixa de ser uma questão interessante, mas o que nos interessa é o próprio fato de o provérbio ser um enunciado citável (e de autoridade, porque instaura “a verdade” no momento de sua enunciação) a qualquer instante em diversas enunciações e, fundamentalmente, o fato de vir sendo utilizado como base para certos enunciados humorísticos (os provérbios alterados), o que, de certa forma, representa uma interrupção da autoridade dos provérbios, uma certa dessacralização desses enunciados, promovida obviamente pelo humor.

Devemos, portanto, dizer que o estatuto de citação e o fato de o provérbio funcionar como discurso de autoridade, além, é óbvio, do fato de o provérbio alterado funcionar como enunciado humorístico, são alguns dos motivos que nos fazem adotar o nome de provérbio para os enunciados com os quais trabalharemos. Outro motivo, no entanto, é o próprio fato de a nomenclatura ter sido uma demanda bastante explorada, de certa maneira, há algum tempo, embora possamos perceber que é um assunto bastante controverso. Por isso mesmo, ou seja, por todas as controvérsias existentes e por não julgarmos necessárias tantas definições diferentes para o nosso objetivo nesta dissertação, optamos por trabalhar com apenas um nome.

Dessa forma, temos em nossos dados, especialmente em uma lista de provérbios alterados proveniente da Internet, exemplos cujos correspondentes originais seriam chamados de provérbios ou de ditados, etc. Há inclusive, nessa lista, um exemplo curioso, que figura como uma “correção de ditado”, mas que, de fato, não passa de uma alteração de um slogan publicitário: *carro a álcool, você ainda vai empurrar um.*

## II – O OUTRO NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

### 1 – Introdução

Preocupar-se com a questão da presença da alteridade como elemento constitutivo da enunciação não é, de fato, algo novo. No entanto, não deixa de ser uma preocupação intrigante, principalmente quando tratamos de provérbios, enunciados que, não raro, são relacionados a uma voz outra, ou seja, quando se faz uso de um provérbio, há claramente uma relação do sujeito falante com uma voz que não é dele e nem está no mesmo nível da sua voz, mas uma voz que é de domínio público e, de certa forma, mais “autorizada”.

Dessa maneira, ao estudar algum aspecto dos provérbios, deve-se levar em consideração o pressuposto de que o provérbio constitui uma modalidade relevante de discurso do Outro. Em nosso caso, torna-se ainda mais peculiar essa questão, pois, aparentemente, o que se tem quando há alteração de provérbio é uma quebra da estabilidade desse pressuposto.

Faremos, portanto, uma breve apresentação da questão da alteridade nos estudos lingüísticos, tendo como ponto de partida os trabalhos do Círculo de Bakhtin, um dos estudiosos que se preocuparam de perto com essa questão, formulando conceitos até hoje utilizados, como *dialogismo* e *polifonia*, e que de certa maneira inspirou outros autores a tratar desse assunto de maneiras diferentes.

Fazendo essa apresentação do tema alteridade, estaremos, de certa maneira, definindo aspectos teóricos que consideramos relevantes dos autores que exporemos, filiando-nos, assim, a alguns pressupostos e recusando outros que consideramos pouco funcionais ou mesmo inadequados.

### 2 – Bakhtin e dialogismo

Uma das principais formulações do Círculo de Bakhtin é a idéia da natureza dialógica da linguagem. O *dialogismo*, termo pelo qual essa idéia é conhecida, é um conceito bastante explorado e difundido na lingüística moderna (inclusive na AD) – o que

contribuiu, como veremos, para uma certa confusão de compreensão do termo – que contribui para a defesa que o Círculo faz da enunciação social.

Em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Bakhtin (Voloshinov<sup>3</sup>), em contraposição a duas correntes dos estudos da linguagem da época, o objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista, formula bases para uma filosofia marxista da linguagem, e dentre essas bases está a idéia da enunciação social, talvez a mais essencial delas.

Nessa obra, Bakhtin (Voloshinov) critica primeiramente o objetivismo abstrato principalmente por conta da primazia dada à língua, vista, essencialmente, como sistema que “o indivíduo só pode aceitar como tal” (BAKHITIN (Voloshinov), 1929, p. 78).

Assim, para essa corrente, deveria ser promovida uma ruptura (como fez Saussure), entre o que é diacrônico e o que é sincrônico na linguagem. O objetivismo abstrato se importaria com o sincrônico, dando exacerbada relevância ao sistema de normas (*la langue* de Saussure) em detrimento das relações históricas que pode haver na evolução das línguas. Segundo o autor, para essa corrente, “o presente da língua e sua história não se entendem, são ambos incapazes de se entenderem” (Ibid., p. 81) e “a história é um domínio irracional que corrompe a pureza lógica do sistema lingüístico” (Ibid., p. 88).

Para resolver o problema da evolução da língua, a corrente objetivista adotaria a postura de que o sistema lingüístico imutável só existe para o indivíduo inserido numa comunidade historicamente situada, assim

*de um ponto de vista realmente objetivo, percebendo a língua de um modo completamente diferente daquele como ela apareceria para um certo indivíduo, num dado momento do tempo, a língua apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta. Para o observador que enfoca a língua de cima, o lapso de tempo, em cujos limites é possível construir um sistema sincrônico não passa de uma ficção (Ibid., p. 90),*

ou seja, só haveria sistema sincrônico e imutável enquanto percebido pelo indivíduo historicamente determinado, além disso, seria impossível conceber a língua (como um todo) como um sistema.

Bakhtin (Voloshinov), no entanto, posiciona-se contrariamente à idéia de que a língua é percebida pelo indivíduo como sistema de normas e diz que a língua, ao contrário,

---

<sup>3</sup> Para uma compreensão da confusão em torno da autoria dos livros e idéias do Círculo de Bakhtin, ver Faraco (2003).

é tomada tanto pelo locutor quanto pelo receptor como signo flexível e variável que serviria a situações concretas de enunciação.

Mas, Bakhtin (Voloshinov) não pretende, como diz, situar-se entre as duas correntes (objetivismo e subjetivismo), ou seja, no meio, aliando as teorias; pretende, ao contrário, ir além. Assim, sua principal crítica ao subjetivismo idealista é que este se apóia essencialmente na idéia da enunciação monológica, isto é, para essa corrente, a enunciação estaria mais ligada ao poder de criação individual. Portanto há uma primazia do que é interno, do indivíduo, em relação ao que é exterior, este último “só se torna essencial a título de receptáculo do conteúdo interno, de meio de expressão do espírito” (Ibid., p. 111)

Como dissemos, o autor recusa-se a se situar no meio e não faz uma aliança entre as duas correntes. Pelo contrário, situa sua teoria justamente num ponto pouco explorado por elas, o lado social da linguagem, externo ao sistema e ao indivíduo.

Há a necessidade, portanto, de colocar a questão da enunciação social amparada fortemente no dialogismo. Com efeito, para Bakhtin (Voloshinov), não há enunciação “virgem”, o que há de fato é uma interação entre o que é e o que foi (discurso de outrem) enunciado. Assim, não basta compreender a enunciação amparada num sistema sincrônico e logicamente estabilizado, tampouco afirmar que ela é um ato puramente subjetivo, muito menos fazer apenas uma junção dessas duas idéias. É necessário compreender que qualquer enunciação mantém um diálogo com outras, de outros tempos, de outros enunciadores. Dessa maneira, “a enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto de condições de vida de uma determinada comunidade lingüística” (Ibid., p. 121).

No entanto, é necessário compreender a palavra diálogo, não só em Bakhtin (Voloshinov) (1929) como em todo o Círculo, num sentido preciso, ou seja, diálogo não compreende apenas a comunicação face-a-face. Como alerta Faraco:

*A palavra diálogo, contudo, tem várias significações sociais, o que pode afetar a recepção do pensamento do Círculo. O próprio Bakhtin (...) criticou, em vários momentos, a idéia de um dialogismo estreito (...). Portanto, o evento do diálogo face-a-face (aquilo que eles chamam, em vários momentos, de diálogo em sentido estrito do termo) estará no foco de atenção do Círculo, mas não como forma composicional e sim como “um documento sociológico altamente interessante” (conforme se pode ler em Problemas da poética de Dostoievski –*

*apêndice I, p. 280), isto é, como um espaço em que mais diretamente se pode observar a dinâmica do processo de interação das vozes sociais. (FARACO, 2003, p. 58)*

Dessa forma, mesmo o diálogo face-a-face, este também, só poderia ser analisado a partir desse pressuposto do dialogismo:

*A interação face-a-face só pode ser adequadamente analisada – mesmo quando a consideramos em sua absoluta singularidade, como evento único e irrepetível –, projetando-a na grande torrente da interação social: ela precisa ser vista como um evento do “simpósio universal”, do “colóquio ideológico em grande escala”. É necessário, portanto, dimensioná-la como estrutura socioideológica, na qual os interactantes são seres socialmente organizados, situados e agindo num complexo quadro de relações socioculturais, no interior das quais se manifestam as relações dialógicas. (Ibid., p. 63)*

Assim, o que nos interessa nessa idéia do dialogismo bakhtiniano é a possibilidade de interpretar os enunciados de acordo com as relações que eles têm um com os outros, estando em contato direto (como no diálogo face-a-face) ou não, estando separados pelo tempo, pelo espaço, etc.

Qualquer que seja, portanto, a enunciação, ela não poderá ser analisada livremente das relações dialógicas, estas compreendidas como “relações de sentido que se estabelecem entre enunciados, tendo como referência o todo da interação verbal” (Ibid.).

Como dissemos acima, é necessário compreender a palavra diálogo (no Círculo) num sentido preciso, pois ela não designa apenas a interação entre duas pessoas, mas deve designar também e preponderantemente o contato entre vozes sociais,

*assim, o diálogo, no sentido amplo do termo (o simpósio universal), deve ser entendido como um vasto espaço de luta entre as vozes sociais (uma espécie de guerra dos discursos), no qual atuam forças centrípetas (aquelas que buscam impor uma certa centralização verboaxiológica por sobre o plurilingüismo real) e forças centrífugas (aquelas que corroem continuamente as tendências centralizadoras, por meio de vários processos dialógicos tais como a paródia e o riso de qualquer natureza, a ironia, a polêmica explícita ou velada, a hibridização ou a reavaliação, a sobreposição de vozes etc.) (ibid, p. 67).*

Assim podemos compreender que, com a idéia das relações dialógicas, o Círculo valida a hipótese da enunciação social, ou seja, não há como ignorar que o sentido dos enunciados obrigatoriamente passa pelo contato entre as vozes sociais, que, inclusive a

formação de novas vozes só pode aparecer com esse contato, seja ele realizado de maneira explícita, de maneira velada, polêmica, contraposta, etc.

O Círculo de Bakhtin traz, portanto, para o campo do estudo da linguagem uma idéia bastante importante, que não foi somente explorada por aqueles autores, mas que, ainda hoje, é objeto de investigação e reflexão, ou seja, ao tratar da questão do dialogismo, o Círculo lança um olhar para uma nova modalidade de enunciação, que depende principalmente da articulação com a história e com as relações sociológicas. Nas idéias do Círculo, há uma nítida relevância da alteridade e de seu papel na enunciação e na construção do sentido.

## **2.1 – Bakhtin e polifonia**

Conhecido principalmente pelas suas formulações acerca do dialogismo, como vimos acima, Bakhtin (e seu Círculo) não deixou de demonstrar que a enunciação passa por uma enorme força monologizante, ou seja, embora seja de natureza dialógica e social, sempre atravessada por outras enunciações e enunciadores, há uma tendência em toda enunciação de produzir discursos que se querem verdadeiros, assim refutando outras formulações de outras correntes e ideologias. Assim, necessariamente, o diálogo para o Círculo, como afirmamos, tem de ser entendido num sentido preciso, pois também se configura como um espaço de tensão, “como um vasto espaço de luta entre as vozes sociais” (Ibid., p. 67).

*Polifonia*, no entanto, é um conceito que deve ser entendido muito estreitamente, já que Bakhtin reservou o termo apenas para as obras do escritor Dostoievski, ou seja, no sentido reservado por Bakhtin ao termo polifonia, há muito poucas enunciações polifônicas, talvez este tipo de enunciação esteja reservado apenas para o universo das obras de Dostoievski mesmo.

Faraco (Ibid., p. 75), retomando Tezza, chega a afirmar que o termo polifonia é muito mais um termo filosófico que um conceito literário, devendo talvez estar fora do vocabulário técnico do Círculo e passando a compor seu vocabulário utópico. Tezza (2003) afirma que polifonia é uma categoria não reiterável, estando restrita a alguns poucos



romances. Dessa maneira, polifonia representaria o ápice de um movimento filosófico, de um projeto de vida e de mundo. Vejamos por quê.

Em *Problemas da Poética de Dostoievski*, Bakhtin (1929) restringe bastante o conceito de polifonia, pois não trata apenas de dizer que há uma multiplicidade de vozes nas obras do autor de *Crime e Castigo*, ao contrário, vai além afirmando que há polifonia quando há uma plenivalência de vozes, ou seja, quando há vozes dotadas de valor em pé de igualdade dentro de uma enunciação, de uma obra literária (como é o caso dos romances que analisa), etc.

Dessa forma, o conceito, de acordo com o que expõe Bakhtin, talvez não seja operacional já que poucos autores e poucas enunciações preencheriam os pré-requisitos polifônicos. Assim, o autor viu em Dostoievski um dos poucos (senão o único) autores polifônicos. Embora chegue a afirmar que este último “criou um tipo inteiramente novo de pensamento artístico, a que chamamos condicionalmente de tipo *polifônico*” (BAKHTIN, 1929, p. VII), o tipo polifônico não deu frutos e se restringiu a Dostoievski.

O fato é que, para o pensador russo, o que é próprio e fundamental das obras de Dostoievski reside justamente na polifonia, como podemos perceber na afirmação abaixo:

*A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoievski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equípolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade (Ibid, p. 02).*

Não se trata, portanto, de uma multiplicidade de vozes cujo centro de valor é o autor ou o narrador, as vozes, na polifonia bakhtiniana, competem em pé de igualdade: “A consciência do herói é dada como a outra, a consciência do outro mas ao mesmo tempo não se objetifica, não se fecha, não se torna mero objeto da consciência do autor” (Ibid.).

E em se tratando de um “pensamento” tão dotado de peculiaridades, dificilmente se encontraria um outro Dostoievski, capaz de escrever polifonicamente suas obras. Isso fica claro quando Bakhtin defende a tese de que o traço fundamental da obra de Dostoievski é a polifonia. Quando o autor faz isso, refuta a idéia de outros autores de que houve outros escritores polifônicos antes de Dostoievski, embora reconheça que em

Shakespeare, por exemplo, há uma multiplicidade de vozes e consciências que falam em suas obras, considera também que no drama há um centro de valor bem definido:

*Se é que se pode falar de multiplicidade de vozes plenivalentes, pode-se fazê-lo apenas em relação a toda obra de Shakespeare e não a dramas isolados; em essência, há em cada drama uma voz plenivalente do herói, ao passo que a polifonia pressupõe uma multiplicidade de vozes plenivalentes nos limites de uma obra, pois somente sob essa condição são possíveis os princípios polifônicos de construção do todo. (Ibid., p. 28)*

Por isso, sair à procura de romances e enunciações polifônicas (no sentido bakhtiniano) talvez não seja produtivo e o conceito, como dissemos, provavelmente é pouco operante, inclusive para nosso objeto de estudo, em seu “estado” original ou alterado; veremos por que mais adiante.

Embora a contribuição do Círculo de Bakhtin tenha sido construtivíssima, principalmente no que diz respeito às formulações acerca do dialogismo, o que possibilitou, mais tarde, a discussão e a criação de novas teorias da enunciação (como a teoria da enunciação polifônica de Ducrot, inspirada nos estudos de Bakhtin sobre Dostoievski, e a contribuição de Authier-Revuz ao analisar os tipos de heterogeneidades enunciativas), segundo Faraco, Bakhtin foi mais longe do que contribuir com as formulações sobre dialogismo, de fato ele teria pensado um mundo polifônico, a partir do que conseguiu enxergar em Dostoievski:

*Vivendo num mundo pesadamente monológico, Bakhtin foi, portanto, muito além da filosofia das relações dialógicas criada por ele e por seu Círculo e se pôs a sonhar também com a possibilidade de um mundo polifônico, de um mundo radicalmente democrático, pluralista, de vozes equípolentes, em que, dizendo de modo simples, nenhum ser humano é reificado; nenhuma consciência é convertida em objeto de outra, nenhuma voz social se impõe como a última e definitiva palavra. Um mundo em que qualquer gesto centrípeto será logo corroído pelas forças vivas do riso, da carnavalização, da polêmica, da paródia, da ironia. (FARACO, 2003, p. 76)*

Bakhtin encontrou, portanto, na literatura um exemplo de enunciação verdadeiramente polifônica, um exemplo a ser seguido, mas que não dera frutos. Um único escritor polifônico de fato, Dostoievski. Como afirma Tezza, o filósofo russo encontrou nas obras de seu compatriota, a realização de seu projeto filosófico:

*Nossa hipótese (...) é que Bakhtin encontrou na obra de Dostoievski a perfeita ilustração de seu projeto filosófico (...) sintetizado no complexo conceito de polifonia, a categoria essencial do que ele chamou romance polifônico, e que, a rigor, apenas o romancista russo realizou em sua plenitude (pelo menos na justa dimensão bakhtiniana, desconsiderando as diluições do termo levadas a cabo por outras corrente teóricas). (TEZZA, 2003, p. 221)*

Tezza ainda defende que polifonia estaria vinculada a uma teoria moral (Ibid., p. 228), não sendo apenas uma categoria literária, que se pode aplicar a outras obras e enunciações. Por isso, polifonia

*é uma categoria não reiterável; apesar de toda a aposta de Bakhtin no que ele chama de novo gênero romanesco, ele mesmo não conseguia encontrar (isso 40 anos depois, em 1974), mais do que dois ou três exemplos de romance polifônico, citando mais obras filosóficas que literárias, Camus em particular. (Ibid., p. 231)*

Estamos, portanto, diante de um conceito bastante restrito que poderia ser utilizado raras vezes nas análises literárias ou de outra ordem, mas que é de grande valia para o projeto filosófico de Bakhtin. Aliás, Tezza ainda lembra que uma oposição conceitual deve se dar em torno dos termos *monologia* e *polifonia*, ou seja, o que se opõe a *monologia* não é *plurilingüismo* ou *heteroglossia*, mas *polifonia*, pois somente a compreensão do que é esse termo nas obras do filósofo russo leva a pensar numa plenivalência de vozes.

Faz sentido, portanto pensar polifonia da maneira como foi exposta aqui, pois, embora haja uma multiplicidade de vozes nas enunciações, há também, como dissemos, uma força monologizante, que se quer detentora da verdade, ou seja, um centro de valores. Assim, monológico, pensado dessa maneira, só poderia se opor mesmo a polifônico, sua antítese, a multiplicidade de vozes dotadas de valores específicos, sem “privilégio” de um centro.

### **3 – A polifonia de Ducrot: os papéis do sujeito falante**

Ducrot, em seu “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação”, propõe-se a contestar a idéia da unicidade do sujeito falante, tentando, assim, romper com o pressuposto de que para cada enunciado há somente um autor.

O semanticista inicia seu “esboço” retomando um conceito proposto por Bakhtin. Segundo Ducrot, havia “uma crença análoga” à de que o enunciado teria um e apenas um autor, no estudo da literatura, que teria sido questionada

*depois que Bakhtine elaborou o conceito de polifonia. Para Bakhtine, há toda uma categoria de textos, e notadamente de textos literários, para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras: trata-se do que ele chama, em oposição à literatura clássica ou dogmática, a literatura popular, ou ainda carnavalesca, e que às vezes ele qualifica de mascarada, entendendo por isso que o autor assume uma série de máscaras diferentes.” (DUCROT, 1987, p.161)*

Ducrot estende o conceito de polifonia, portanto, ao estudo do enunciado, propondo, em especial, a divisão do sujeito falante, desvendando os diversos papéis assumidos por ele na enunciação. Para tanto, propõe que o sujeito seja dividido preponderantemente em categorias, como a de locutor e a de enunciador.

Num artigo organizado de maneira bastante metódica, o autor define uma série de conceitos que compreende ter relevância. Ducrot define como objeto de sua pragmática semântica saber o que se faz pela fala a partir do que é dito no enunciado e passa a distinguir e definir dentro de sua teoria polifônica uma série de categorias, como frase, enunciado, significação, etc. Mas o que nos interessa de fato é o modo como esse autor passa a estender o conceito de polifonia ao enunciado, categoria antes aplicada aos textos literários.

Ducrot, então, critica a idéia da unicidade do sujeito falante, e a primeira coisa que faz é caracterizar tal sujeito indivisível, trazendo três propriedades:

- 1- o sujeito é dotado de capacidade psico-fisiológica que o permite produzir um enunciado, ou seja, tem a capacidade física de fazer aparecer os sons que tornam possíveis as palavras e o enunciado e também tem a capacidade psicológica de escolher e organizar as palavras do enunciado;
- 2- o sujeito é considerado fonte, autor dos atos ilocutórios (ou seja, atos como perguntar, ordenar, etc.) que podem surgir na realização de um enunciado. Assim, o sujeito é o que “ordena, pergunta, afirma, etc.” (Ibid., p. 178);
- 3- o sujeito é, em um enunciado, designado pelas marcas da primeira pessoa, ou seja, é “o suporte dos processos expressos por um verbo cujo sujeito é *eu*, o proprietário

dos objetos qualificados por *meus*, é ele que se encontra no lugar denominado *aqui...*” (Ibid., p. 179)

A partir dessa caracterização do sujeito unicitário, tenta relativizar tal unicidade, analisando um exemplo simples de discurso relatado em estilo direto, a saber *Pedro disse “eu venho”*. Mas chega a conclusão de que em enunciados desse tipo, não se trataria de seres extralingüísticos que seriam referidos pelo que vem entre aspas. As aspas marcariam palavras da língua, “assim, o *eu* de *Pedro disse ‘eu venho’* designaria uma entidade gramatical, o pronome de primeira pessoa, e o enunciado global significaria somente que Pedro empregou este pronome, seguida da palavra portuguesa *venho*” (Ibid.).

No entanto, Ducrot demonstra a dificuldade em se manter a idéia da unicidade quando analisa exemplos de retomada, pois dificilmente poderíamos dizer que o responsável por estas é o sujeito falante ou, utilizando a terminologia do autor, “L”. É o caso do exemplo utilizado por ele “Ah, eu sou um imbecil; muito bem, você não perde por esperar!” que seria uma resposta a uma censura por algum erro e cujo enunciado *eu sou um imbecil* dificilmente seria encarado como de responsabilidade do L (sujeito falante), pelo contrário, a responsabilidade pelo enunciado recai sobre o interlocutor, pois L não pode ser responsabilizado pelo ato ilocutório de afirmação de *eu sou um imbecil*, o que proporcionaria uma quebra com a terceira propriedade da unicidade do sujeito. Assim, segundo o autor, qualquer retomada, representa um problema para a manutenção das propriedades da unicidade do sujeito.

Para dar conta dessa divisão do sujeito é que o autor produz uma distinção entre categorias de locutores e enunciadore. Assim, dentro das indicações que o enunciado fornece, estariam as marcas que identificariam os “autores eventuais da enunciação” (Ibid., p. 181). Dessa maneira, observa que é possível, ao descrever a enunciação, encontrar um ou mais responsáveis por sua origem e propõe-se a distinguir ao menos dois tipos de “personagens” da enunciação, o enunciador e o locutor.

Ducrot marca a necessidade de se tratar de locutores (no plural) porque em certos enunciados, haveria a existência de “uma pluralidade de responsáveis, dados como distintos e irreduzíveis” (Ibid., p. 182) e entende por locutor “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que se refere o pronome *eu* e as

outras marcas de pessoa” (Ibid.). Na mesma discussão sobre locutores, o autor vê, ainda, a necessidade de marcar uma diferença entre locutor e autor empírico do enunciado, segundo ele, este pode ser indubitavelmente distinto daquele, ou seja, não é necessário que o autor (enquanto pessoa no mundo) do enunciado seja seu locutor. É isso que ele tenta mostrar com o seguinte exemplo:

*Suponha que meu filho me traga uma circular da escola, em que está escrito: “Eu, abaixo-assinado . . . autorizo meu filho a [ . . . ]. Assinado . . .” Só terei pessoalmente que escrever meu nome no branco que segue a expressão abaixo-assinado (...) e assinar (...). Ora, é claro que não sou o autor empírico do texto-autor (...). Mas, desde que eu tenha assinado, aparecerei como o locutor do enunciado (lembro que considero “enunciado” uma ocorrência particular da frase). Por um lado me responsabilizarei por ele – e o próprio enunciado, uma vez assinado, indicará que assumi esta responsabilidade. Por outro lado, serei o ser designado pelas marcas da primeira pessoa (Ibid., p. 182).*

Com esta distinção, é possível notar, mesmo num único enunciado, a presença de mais de um locutor. É o caso, apontado pelo autor, do relato em estilo direto, no qual podemos perceber uma multiplicidade de locutores, ou seja, de responsáveis diretos pela enunciação. Vejamos o exemplo: *João me disse: eu virei* (exemplo do autor), em que, embora sendo um único enunciado, podemos perceber dois locutores diferentes, aquele que é responsável pelo trecho *João me disse* e João, responsável (ou responsabilizado) por *eu virei*.

Na esteira das distinções feitas pelo autor, há ainda aquela em que ele faz uma divisão da noção de locutor. O locutor “enquanto tal”, denominado L, responsável pelo enunciado e também, por consequência, pelos atos praticados, e o locutor enquanto pessoa do mundo, denominado  $\lambda$ , quem as marcas de primeira pessoa designam. Numa correlação com o *ethos* oriundo da retórica, o autor explicita que esta categoria, entendida como a caracterização do orador atribuída por si mesmo, principalmente pelo seu modo de articular, organizar, escolher as palavras, o que lhe confere uma aparência enquanto orador, seria atribuída a L, enquanto que, as palavras que o orador pode dizer de si, ou seja, elogios, críticas, humilhações, etc. seriam atribuídas a  $\lambda$ . Assim, “a distância entre estes dois aspectos do locutor é particularmente sensível quando L ganha a benevolência de seu público pelo próprio modo como humilha  $\lambda$ : virtude da autocrítica.” (Ibid, p. 189).

Por fim, Ducrot distingue mais uma categoria que é a do enunciador, efetivamente um dos pontos fundamentais, senão o principal, de seu “esboço”. Podemos responsabilizar essa categoria por pontos de vista encontrados num enunciado, mesmo que de maneira não explícita, ou seja, enunciadores seriam “estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras” (Ibid, p. 192).

Buscando uma comparação com o teatro, Ducrot chega a afirmar que os enunciadores corresponderiam às personagens que o autor (este último corresponderia ao locutor) faz dizer e analisa alguns exemplos de negação e outros de ironia, nos quais consegue perceber a presença de pontos de vista (enunciadores) distintos ao do locutor. Naquilo que ele nomeia de negação polêmica<sup>4</sup>, por exemplo, podemos notar a presença de dois tipos de enunciadores, aquele que nega (normalmente incorporado pelo próprio locutor como seu ponto de vista) e o que é negado, como em: *o deputado X não é corrupto*, em que um primeiro enunciador E1 colocaria em cena uma visão afirmativa da corrupção de X, enquanto que o segundo enunciador E2 colocaria em cena uma visão negativa em relação à corrupção de X, contrapondo-se a E1.

Assim, num enunciado é possível que haja vários sujeitos, cada um ocupando seu papel, ou seja, pode ou deve haver um L, um  $\lambda$ , um ou mais E. O problema que enfrentamos, na verdade, a partir do que expõe Ducrot, é estender todas essas categorias ao provérbio e conseqüentemente ao provérbio alterado.

### 3.1 – Provérbios nessa perspectiva polifônica

O que dizer, no entanto, da enunciação proverbial que, sabidamente, é uma enunciação cujo locutor (o L de Ducrot) abandona sua voz e serve-se de uma outra

---

<sup>4</sup> É necessário dizer que Ducrot aponta três categorias de negação, a saber, a *metalingüística* na qual haveria contradição com as próprias palavras de uma afirmação a qual se opõe; a *polêmica*, que se opõe a um enunciador de uma afirmação anterior, segundo o autor, esta negação tem sempre um efeito rebaixador e uma terceira, a *descritiva*, que como o nome diz, apenas reserva-se para descrever um estado de coisas e não faz referência a um outro enunciado que queira contrapor-se.

assumidamente de responsabilidade de outrem? Como “encaixar” um enunciado desse tipo nas categorias propostas por Ducrot?

Segundo o próprio Ducrot, trata-se de uma enunciação sem Locutor (L):

*Por ejemplo un proverbio es esencialmente un enunciado sin Locutor. Cuando hablamos con proverbios, es precisamente para favorecer la interpretación según la cual el responsable de lo que decidimos sería completamente ajeno a la situación de discurso en la que nos encontramos. (DUCROT, 1988 apud SANTOS, 2004, p. 61)*

No entanto, Santos discorda de que se trata de uma enunciação sem Locutor (L), observando que a suposta “alienação do responsável pelo discurso pode ser um efeito lingüístico criado em favor de uma interpretação (uma simulação de impessoalidade, ou neutralidade) e isso irremediavelmente remete a um funcionamento enunciativo” (SANTOS, 2004, p. 61) defende que “a enunciação proverbial é típica desse tipo de funcionamento, em cujo acontecimento enunciativo flagramos o cruzamento de uma memória e uma atualidade” (Ibid.), assim “o sentido vai ser efetivado a partir do acontecimento enunciativo em que todas as vozes se juntam individuais e coletivas, institucionais ou não, e impingem sua exterioridade, determinação e historicidade ao real: um locutor ao texto atual.” (Ibid., p. 62)

*A priori*, nos contentaremos com as formulações de Santos acerca da existência de um Locutor (L) na enunciação proverbial.

Assim, aceitando e utilizando as categorias de Ducrot, poderíamos afirmar que ao utilizar um provérbio o locutor empírico movimentaria três categorias: L e  $\lambda$ , que não coincidem, e um único enunciador (E). Já se aplicarmos em algum provérbio alterado, *em casa de ferreiro só tem ferro*, por exemplo, teríamos algo como: um L, dois  $\lambda$  (um que coincidiria com L e outro que não) e dois E.

#### **4 – Provérbio, o Outro**

As considerações sobre polifonia acima serviram, além de trazer questões polêmicas sobre conceituação e sobre a divisão do sujeito da enunciação, para ressaltar um traço relevante que, como vimos, é um aspecto fundamental da enunciação proverbial, o



fato de ela se instaurar de maneira bastante peculiar, promovendo certa ruptura na cadeia significante, da qual o falante seria a principal fonte, ou seja, quando um falante insere um provérbio em sua fala, ele admite que existe uma voz que falou antes dele, a voz de uma sabedoria anônima e popular, por isso há uma ruptura, pois, como sabemos, o falante tem a impressão de ser o “dono” absoluto de seu dizer.

Rocha (1995) nos mostra que o provérbio funciona peculiarmente como discurso do Outro e diferentemente de qualquer outra enunciação por conta da necessidade de marcar, pela entoação ou por enunciados auxiliares que indiquem que se trata de uma voz que efetivamente não é do autor do segmento.

Por se tratar de um enunciado com valor de mensagem, de advertência, de conselho, o uso do provérbio remetido a outrem, ou seja, a um outro autor, pode fazer certo sentido, já que, se o objetivo é aconselhar ou advertir, recorrer à fala de outros enunciadores e que de preferência tenham certo ar de autoridade seria uma boa saída para a mensagem obter um maior valor de verdade. Ser um enunciado autoritário é, de fato, como lembra Rocha<sup>5</sup> (1995, p.82), um dos alicerces da enunciação proverbial e certamente um dos pontos polemizados pelas alterações proverbiais.

Dessa maneira, para explicitar esse estatuto de alteridade do provérbio, Rocha (Ibib.) recorre a algumas idéias expostas por Rey-Debove, em especial à conotação autonímica que permitiria ao sujeito falante citar e dizer ao mesmo tempo.

Por conotação autonímica, Rey-Debove compreende a significação que engloba o significado denotativo e seu significante ao mesmo tempo: “on appelle connotation langagière réflexive, ou authonymique, la situation d’un signe qui signifie, comme connotateur, son signifiant et son signifié dénotatif” (REY-DEBOVE, 1978, p. 253), portanto a designação de um signo como um todo.

Tal designação pode depender de um comentário metalingüístico, como no exemplo da autora: “c’est un marginal, comme on dit aujourd’hui [grifo nosso]” (Ibid.), no qual, *marginal* se referiria ao seu significado denotativo, mas a partir do comentário metalingüístico passaria também a se referir não só a seu conteúdo, mas a todo o signo, passaria a se referir ao autônimo *marginal*. Mas pode, também, depender de marcas

---

<sup>5</sup> A autora defende que a reciprocidade dos papéis na enunciação (EU ↔ TU), na qual *eu* pode ser *tu* e vice-versa, fica prejudicada, na enunciação proverbial.

gráficas, na escrita, como aspas e o uso de itálico. Na língua falada, há o processo do comentário metalingüístico e o recurso à entoação diferenciada para marcar que se trata de um signo que refere a duas instâncias diferenciadas.

Dessa maneira, Rocha retoma a seguinte idéia de Rey-Debove: “o emprego-citação sem comentário metalingüístico é imediatamente captado, mesmo quando desprovido de entoação especial, quando se trata de patrimônio cultural comum (um dito célebre conhecido por todos)” (REY-DEBOVE, 1978 *apud* ROCHA 1995, p. 66).

Assim, o provérbio, já que se trata de um patrimônio comum, de um dizer conhecido por todos, não necessita de comentários metalingüísticos ou mesmo de entoação especial (embora estes sejam procedimentos comuns e muito utilizados na enunciação dos provérbios) para ser percebido como um signo diferenciado. No entanto, não deixa de ser compreendido, também, como conotação autonímica, pois também são signos tomados como um todo.

Rocha ainda destaca outras idéias de Rey-Debove, como no trecho:

*A conotação pode, diz a autora [Rey-Debove], recair sobre elementos subfrásticos (palavra, locução, sintagma), codificados ou não-codificados (sempre codificados para o modo do como se diz<sup>6</sup>). Ela pode também referir-se a uma ou várias frases de um discurso, não codificadas ou codificadas (como é o caso dos provérbios) – sempre codificadas também para o modo do como se diz. Aliás, acrescenta a autora, “o provérbio é estatutariamente uma frase que se conota no modo do como se diz” (ROCHA, 1995, p. 67).*

Assim é que, Rocha afirma o pertencimento do provérbio à categoria conotação autonímica, pois ele significa a partir desse estatuto do *comme on dit*, é tomado, pois, não apenas como um enunciado comum, ele provoca a reflexão sobre o que o signo *provérbio* significa na/para a categoria do como se diz. Dessa maneira é que o provérbio significaria a si próprio e não o que um enunciado significaria denotativamente.

---

<sup>6</sup> Rey-Debove comenta generosamente a questão do *comme on dit* em seu livro (cf. a partir da página 269), segundo essa idéia, o *on* representa uma coletividade, ou como expõe Rocha: “*on* (se ou sujeito indeterminado em português) é todo mundo” (1995, p. 68).

## 5 – A Análise do Discurso

De qualquer maneira, enfrentamos não só o problema do “encaixe” do provérbio e do provérbio alterado dentro das categorias expostas por Ducrot, mas também a questão de que o autor trabalha com categorias restritas à língua, excluindo desse “jogo” a própria existência de outras forças que influenciam na construção de sentido, e que fazem parte do próprio sentido.

Embora traga algumas contribuições que consideramos importantes para o estudo da enunciação proverbial, como a atemporalidade, a impessoalidade e mesmo a noção de conotação autonímica, Rocha trabalha também com certo fechamento estrutural, no que diz respeito à caracterização da alteridade proverbial, ou seja, a própria consideração do conceito de conotação autonímica como demonstrador da alteridade, institui uma interpretação bastante calcada na idéia da estrutura.

Obviamente que a estrutura é importantíssima na construção do sentido, mas há outros fatores, como a História, a Ideologia, o Gênero, a Cenografia, etc. que também contribuem de maneira determinante. Isso é o que a Análise do Discurso de linha francesa<sup>7</sup> (doravante AD) pretende demonstrar. De qualquer maneira, cabe uma observação: o nome Análise do Discurso deve ser tomado aqui segundo a concepção exposta por Maingueneau que ao observar a distinção entre um núcleo “duro” de análise lingüística, cuja preocupação é a língua enquanto sistema, conforme pensada por Saussure, e outro que se preocupa com a linguagem somente quando “esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais, ou em conjunturas históricas” (MAINGUENEAU, 1987, p. 11). Assim a AD se inscreve como teoria que analisa a linguagem justamente atrelada com sua condição histórica de produção.

---

<sup>7</sup> Maingueneau fala em tendências francesas, ou seja, a disseminação e a reinterpretção das idéias ocorreram de tal maneira que não seria mais possível falar em AD francesa, ou como o próprio autor diz, Escola Francesa, outro problema é o excesso de vertentes teóricas que poderiam atender pelo nome análise de discurso, deveras abrangente. Em recente dicionário, Maingueneau e Charaudeau enumeram algumas das tendências francesas: “(1) interesse por *corpora* restritos (...); (2) preocupação de não mais se interessar pela função discursiva das unidades, mas pelas suas propriedades como unidades da língua; (3) relação privilegiada com as teorias da enunciação lingüística; (4) importância que elas concedem ao interdiscurso; (5) reflexão sobre os modos de inscrição do sujeito em seu discurso” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 202).

## 5.1 – Os primórdios

Surgida da confluência de três grandes linhas de pensamento, a Lingüística Estruturalista, a Psicanálise freudiana (lida por Lacan) e o Marxismo, na década de 1960, a AD se inscreve como uma teoria materialista do estudo do sentido. Assim é que Pêcheux lança a sua AAD (sigla derivada do livro intitulado Análise Automática do Discurso de 1969), cujo pensamento busca bases nas idéias sobre ideologia, sujeitos e luta de classes lançadas pelo filósofo francês Louis Althusser.

Com uma idéia inovadora, a AD preocupa-se fundamentalmente com a construção de uma teoria que dê conta de explicar o funcionamento do sentido dos discursos, e um dos alicerces fundamentais dessa teoria é a idéia da interpelação ideológica, ou seja, para a AD, em seu princípio, os indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia, nos aparelhos ideológicos de estado (os AIE), como a igreja, partidos políticos, família, escola, etc.

A idéia da interpelação vem de Althusser, que considera que a “história não tem, no sentido filosófico do termo, um Sujeito<sup>8</sup>, mas um *motor*: a luta de classes” (ALTHUSSER, 1978, p. 71). Dando um lugar fundamental para a luta de classes no processo histórico, o filósofo formula a idéia da interpelação de maneira que os sujeitos são “recrutados” pela ideologia no interior dos AIE, e que dessa maneira não agem como indivíduos, mas “como sujeitos sob a determinação de *relações sociais*” (Ibid.). Assim:

*A ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos (ela os transforma a todos) através dessa operação muito precisa que chamamos interpelação, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei você aí!” (ALTHUSSER, 1985, p. 96),*

que ocorre no interior dos AIE que funcionam, pois, como palco da interpelação e da luta de classes:

*A ideologia da classe dominada não se torna dominante por graça divina (...) é pelo estabelecimento dos AIE, aonde esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante. Ora, este estabelecimento não se dá por si só, é, ao*

---

<sup>8</sup> “Sujeito do conhecimento (o *ego cogito*, o sujeito transcendental kantiano ou husserliano, etc.) (...) a categoria idealista do “Sujeito” como Origem, Essência e Causa” (ALTHUSSER, 1978, p. 68).

*contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes: antes de mais nada contra as antigas classes dominantes e suas posições nos antigos e novos AIE, em seguida contra a classe explorada (Ibid, p. 106).*

Na AD, o sujeito é considerado como um efeito da interpelação ideológica e não como fonte do sentido, os discursos que materialmente produzem são, na verdade, determinados pelos sentidos que circulam dentro de uma determinada ideologia e amparados nas coerções impostas por uma Formação Discursiva (FD). É uma ruptura nítida com o modo idealista de pensar a enunciação, no qual o indivíduo aparece como consciente e dono/senhor de seu dizer. Na AD, essa idéia é radicalmente deixada de lado e o sujeito, então, passa a ser determinado ou, como se diz, “assujeitado”. Idéia que permanece operante inclusive nos estudos atuais da AD.

Pêcheux, que é tido por muitos como o fundador dessa disciplina, fala em três épocas da AD, a primeira, principalmente elaborada na década de 1960, cujo ápice foi o livro acima mencionado (AAD), juntamente da publicação da revista Langages 13, ambos em 1969, organiza-se fundamentalmente em torno da noção de que os materiais lingüísticos trariam índices de filiação a uma ideologia, a um mito, a uma episteme, ou seja, “a uma e apenas uma máquina discursiva” (PÊCHEUX, 1983, p. 312), como um vocábulo, uma expressão, um enunciado, que de certa maneira “denunciariam” uma máquina discursiva funcionando.

Um pouco mais tarde, já na chamada por Pêcheux de AD-2, ocorre o assujeitamento pelo estabelecimento de uma Formação Discursiva (FD) a qual fornece/impõe sentidos que estariam ligados a uma ideologia. Enquanto na primeira época o processo discursivo era visto “como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma” (Ibid., p. 311), na segunda, o que se impõe para análise são as próprias “relações entre as “máquinas” discursivas estruturais que se tornam o objeto da AD” (Ibid., p. 313).

A introdução do conceito de FD, formulada pelo historiador francês Michel Foucault, segundo o próprio Pêcheux,

*começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada [da primeira época] na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD). (Ibid., p. 314)*

Uma FD domina o modo de funcionamento dos discursos e também o sentido de enunciados, vocábulos, etc., que circulam em sua própria órbita, assim como tem o poder de determinar o que deve ou não ser dito por seus sujeitos. Assim é que podemos dizer que são FDs distintas que permitem que o vocábulo *globalização* possa ser compreendido como *um caminho inevitável a ser seguido*, por um neoliberal (FD neoliberal), mas como *um “demônio” a ser combatido*, por um socialista extremista (FD socialista).

Com esse conceito, passa-se a considerar certa abertura na produção dos discursos, na medida em que estes estão submetidos a uma FD dada e uma vez que esta última não se fecha em si própria, há possibilidade de (ou certeza de) que outros sentidos, outros enunciados, outras formulações de outra(s) FD penetrem numa FD determinada, mesmo que ao penetrar sejam interpretadas como simulacro, como diz Maingueneau (1984). Assim é que a produção discursiva não estaria mais submetida a máquinas fechadas, devido à plasticidade do conceito de FD, permite-se dizer que os discursos sejam submetidos a uma FD, mas que tenham contato com seu exterior, seja explícito ou implícito. Portanto, os discursos se constituem em relação com a sua FD, a partir dos enunciados de sua FD, mas também em confluência com enunciados de outras FD, numa relação *interdiscursiva*.

Surge também aqui a noção de *interdiscurso*, que aprofundaremos mais adiante, trata-se de uma região exterior específica de uma FD, o lugar que é exterior a uma FD, mas que também seria o ponto de contato entre FDs “irmãs” ou antagônicas. Por ele é que enunciados e sentidos de outras FDs penetram em uma outra determinada. Na verdade, em Pêcheux, trata-se de uma relação de dependência, uma vez que o discurso depende de uma FD dada, uma FD dada depende de um interdiscurso, definido por Pêcheux como o “todo complexo com dominante das formações discursivas” (1975, p. 162) com o qual estas últimas mantêm uma relação de dependência. Porém, interdiscurso também é um conceito muito movediço que assume com outros autores, como veremos, outras interpretações.

Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 242) alertam, no entanto, que FD, é um conceito operante, mas que merece certas restrições. Utilizá-lo em discursos que têm nitidamente contato com uma ideologia pode ser bastante produtivo, mas pode ser de pouco

proveito em análises de discursos menos marcados ideologicamente: “Hoje, tende-se a empregá-la, sobretudo, para os posicionamentos de ordem ideológica; também se fala mais facilmente de “formação discursiva” para discursos políticos ou religiosos do que para o discurso administrativo ou o discurso publicitário”.

## 5.2 – A predominância da Heterogeneidade

Na terceira época, conforme definida por Pêcheux, há uma freqüente preocupação em “desmontar” os procedimentos de análise da AD-1, principalmente a noção de maquinaria fechada. Assim, o autor enumera pontos de referência da AD-3. Um deles seria “o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo*” (PÊCHEUX, 1983, p. 315), considerando, pois, que o discurso se constrói em relação com outros discursos e mesmo construídos por outros discursos. Assim é que podemos perceber no fio do discurso a presença de outros discursos. A essa presença dá-se o nome de heterogeneidade discursiva.

Devemos, portanto, considerar o percurso histórico que fizemos das teorias que consideram a inserção do outro como constitutivo da enunciação. Aqui ocorre o ponto de encontro dessas teorias, todas se preocuparam fundamentalmente com a presença constitutiva do outro. Ducrot sistematizou categorias pertinentes de análise, supondo que um enunciado não revela apenas uma categoria de falante, mas várias. Também Bakhtin (Voloshinov), ao formular uma perspectiva social da enunciação, considera que o diálogo é elemento constitutivo da enunciação, propondo que não há fala sem um contato de vozes sociais pré-estabelecidas.

A AD, portanto, não é o primeiro campo de estudo a se preocupar com a presença do outro no discurso, mas nela há uma sistematização consistente da categoria de heterogeneidade, sobretudo em Maingueneau (1984) que considera a heterogeneidade articulada com um interdiscurso.

Dessa maneira, se aceitamos a definição do provérbio como uma modalidade explícita de discurso do outro, não devemos nos furtar de analisar nosso objeto de estudo a partir desse pressuposto, aliás, sentimo-nos, de certa maneira, obrigados a seguir pelo caminho da heterogeneidade.

## 6 – Considerações sobre a Heterogeneidade em Authier-Revuz

Authier-Revuz é responsável pela oposição teórica bastante utilizada, a da heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva. Assim como Ducrot, a autora inspira-se nas obras do círculo de Bakhtin, sobre o dialogismo, bem como na leitura lacaniana de Freud, sobre o inconsciente, para fundamentar a noção de heterogeneidade constitutiva.

Partilhando da mesma idéia do círculo, Authier-Revuz afirma a alteridade como constitutiva de toda enunciação. Dessa maneira, considera-se que todo discurso impreterivelmente é atravessado por outros discursos que o constituem:

*Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69)*

Contrariamente à idéia da centralidade do indivíduo, ou seja, a de que este seja dono de seu dizer, a autora argumenta, lembrando outras teorias, que ao contrário, o sujeito é clivado, antes efeito que fonte. Assim é que o sujeito não pode ser fonte do dizer, porque este último só pode ser constituído por uma heterogeneidade de dizeres.

A autora lembra três teorias, primeiramente a idéia do círculo, segundo a qual “as palavras são, sempre e inevitavelmente, ‘as palavras dos outros’” (Id., 1990, p. 26); a AD, que, apoiada no interdiscurso, tenta dar conta do caráter constitutivo da alteridade, pois postula “um funcionamento regulado do exterior, do interdiscurso, para dar conta da produção do discurso, maquinaria estrutural ignorada pelo sujeito que, na ilusão, se crê fonte deste seu discurso, quando ele nada mais é que o suporte e o efeito” (Ibid., p. 27); bem como a psicanálise, segundo a qual “sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas” (Ibid., p. 28).

O ponto que mereceu atenção por parte da autora foi o da ilusão da centralidade, ou seja, o sujeito, embora “efeito” do discurso, mantém a ilusão de que é senhor de seu dizer e nessa linha argumentará que a heterogeneidade mostrada não significa



apenas a transparência de outras vozes no fio do discurso, mas uma outra coisa, articulada com a própria idéia da heterogeneidade constitutiva.

Ao descrever as formas da heterogeneidade mostrada, compreendida como a produção de “um certo número de formas, lingüisticamente detectáveis, no nível da frase ou do discurso” que “inscrevem, em sua linearidade, *o outro*” (Id., 2004, p. 12), a autora argumenta que a heterogeneidade mostrada e suas diversas formas de representação no discurso devem ser entendidas como “manifestando diversos tipos de “negociação” do sujeito falante” (Ibid, p. 11) com a própria noção da heterogeneidade constitutiva.

Tal negociação deve ser compreendida dentro da própria condição *sine qua non* de “esquecimento” da clivagem do discurso do sujeito falante por outros discursos para que possa dizer, ou seja, o sujeito “deve esquecer” que não é fonte de seu dizer, que seu discurso é constituído numa heterogeneidade de vozes sociais, ideológicas, históricas, culturais, etc. para poder dizer.

É na própria idéia de ilusão que Authier-Revuz compreende que o sujeito “negocia” ao mostrar a heterogeneidade *no* seu discurso, assim

*a heterogeneidade mostrada não é um espelho, no discurso, da heterogeneidade constitutiva do discurso; ela também não é “independente”: ela corresponde a uma forma de negociação – necessária – do sujeito falante com essa heterogeneidade constitutiva – inelutável mas que lhe é necessário desconhecer; assim, a forma “normal” dessa negociação se assemelha ao mecanismo da denegação. (Ibid., p. 71)*

O sujeito, portanto, ao explicitar a heterogeneidade, não está, como se pode pensar, assumindo que sua fala é heterogênea, trata-se, portanto, de uma semelhança com a denegação da psicanálise freudiana, que explicitaria o recalcado. A heterogeneidade mostrada funciona como uma espécie de recusa do sujeito à idéia de que sua fala é totalmente constituída por outras, além de afirmar o estatuto de homogeneidade do dizer:

*Preso na “impenetrável” estranheza de sua própria palavra, o locutor, quando marca explicitamente por formas da distância – pontos de heterogeneidade em seu discurso – , delimita e circunscreve o outro, e, fazendo isso, afirma que o outro não está em toda a parte. (Ibid., p. 72)*

O locutor ao explicitar que *outro* fala no seu discurso assume um caráter duplo, porque “permite” que esse outro diga e, ao marcar esta presença, quer fazer saber que domina seu discurso. Por outro lado, formas menos marcadas da heterogeneidade mostrada, como a ironia, a metáfora, etc. traduzem um jogo mais arriscado de negociação, “porque joga[m] com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado, mas também onde pode se perder” (Id., 1990, p. 34). Embora se trate de uma forma bastante “arriscada”, como afirma a autora, ela também serve para reforçar a ilusão do sujeito com relação a seu dizer.

Assim, com a heterogeneidade mostrada *no* discurso, vista como negociação com a constitutiva *do* discurso, “o locutor: institui *diferencialmente* o resto DESSE discurso como emanando do próprio locutor; como dependendo desse discurso, dele mesmo; e cada palavra como apropriada, adequada, transparente (...). Afirma, ao mesmo tempo (...) que *o discurso em geral, é potencialmente, completamente homogêneo* (...) e afirma, pela *posição metalingüística* na qual ele se coloca, seu domínio de sujeito falante, em condição de separar o ‘um’ do ‘outro’” (Id., 2004, p. 73).

### III – ALTERIDADE E AUTORIDADE, OS PROVÉRBIOS EM PERSPECTIVA DISCURSIVA

#### 1 – Introdução

Acima caracterizamos o provérbio por seu estatuto de alteridade, o que consideramos um traço fundamental para a descrição de seu funcionamento semântico, de modo que os enunciados proverbiais se instauram em uma enunciação de maneira bastante peculiar, porque sempre são remetidos a uma outra voz.

Se levamos em consideração as definições de Authier-Revuz para a heterogeneidade mostrada, ou seja, se ela de fato é representada por marcas detectáveis no fio do discurso que indicam uma outra voz, devemos considerar que o provérbio é um tipo específico de enunciado que sempre será índice de uma heterogeneidade mostrada, seja pelas inserções de comentários, seja pelo seu funcionamento como representante da conotação autonímica, etc. E se consideramos que a heterogeneidade mostrada é um índice de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva, obrigamo-nos a introduzir uma discussão acerca dessa negociação, ou melhor, sobre que tipo de negociação um provérbio representa.

Diferentemente de muitas outras citações, o provérbio funciona constantemente numa relação de qualificação daquilo que está sendo dito pelo locutor, ou seja, numa enunciação qualquer, o locutor insere um provérbio para abonar e para dar um caráter verdadeiro ao seu dizer. Por ser utilizado numa relação de intimidade com a *verdade*, o provérbio instaura-se de maneira bastante peculiar, porque é, geralmente, tomado como verdade incontestável.

Funcionando como uma outra voz que atravessa o discurso *Mesmo* para lhe conferir esse caráter veritativo, o provérbio funciona como uma citação de autoridade, pois penetra na enunciação sem dar ao interlocutor “chance” de revidar à sua verdade. Assim, a recorrência à verdade do provérbio, para o locutor, funciona como ponto de ruptura da possibilidade de interlocução.

Maingueneau (2006) categoriza o provérbio como um tipo de enunciado que funciona dentro de um regime de “*participação*”. Mistura de *participação* e *citação*, a

“participação” permitiria ao sujeito tanto citar quanto participar da enunciação. No caso dos provérbios, a categorização dentro de um regime desse tipo reforça a idéia da autoridade/verdade, porque o sujeito falante se incorporaria como membro desse dizer coletivo que funciona como opressor da interlocução.

## 2 – Provérbio, “participação” e “hiperenunciação”

Enunciação coletiva, este é um dos pressupostos com que trabalha Santos (2004) em sua tese sobre enunciação proverbial. A autora destaca o fato de que, quando se usa um provérbio, mobiliza-se um discurso concernente a uma coletividade e não, como se pode pensar, a uma universalidade, ou seja, a enunciação proverbial não seria uma enunciação genérica, pois normalmente remeteria

*a coletividades distintas, não podendo, portanto, atender a um uso totalmente genérico, embora, muitas vezes, se preste a simular isto em função do efeito de autoridade e universalidade que pretende, uma vez que a noção de coletividade se torna particular em relação à de genérico e universal (SANTOS, 2004, p. 99).*

Assim, põe-se em discussão o próprio funcionamento do provérbio, enquanto enunciado que representaria uma verdade universal. Tem-se, portanto, uma falsa evidência de universalidade que, na verdade, funciona para uma certa coletividade. O provérbio, de certa forma, é engajado com a comunidade que o diz, podendo dessa maneira ter valor de verdade para essa comunidade específica.

Da mesma forma, a autora relembra que os provérbios contraditórios, isto é, aqueles que se contradizem, como *quem tem boca vai a Roma e em boca fechada não entra mosca*, “representam coletividades (classes) diferentes de enunciadores que por vezes se opõem.” (Ibid, p. 101)

Obelkevich (1997) interessa-se por analisar a origem dos provérbios, seus usuários e seu uso. A pesquisa feita por esse autor traz conclusões que podem contribuir com a idéia do provérbio representar coletividades. Trata-se de afirmações da ligação entre a comunidade de falantes, sua condição histórica, social e econômica e o surgimento de provérbios. Dessa maneira, o surgimento de um ou outro tipo de provérbio que trate de um

ou outro assunto dependeria das condições sociais, culturais, etc. da comunidade falante na qual ele aconteceria.

O autor afirma, nessa perspectiva, que “parece ter havido um dito, ou vários deles, para cada evento na agricultura e na vida” (OBELKEVICH, 1997, p. 46) na Europa pré-industrial. Ainda observa que “no século XVIII, por exemplo, alguns dos novos ditados expressam valores associados à economia capitalista em expansão” (Ibid, p. 56) e que

*no século XIX, apesar das afirmações de que a era de se fazer provérbios havia passado, a safra de novos ditados foi grande, e eles também refletem as preocupações da época. Em muitos deles podemos ter vislumbres do herói determinado e trabalhador da cultura vitoriana. (Ibid.).*

Possenti (2002) observa, porém, que quando se trata de provérbios, mais especificamente dos provérbios que se contradizem, não temos coletividades distintas, mas uma mesma coletividade, “cheia de contradições”, para a qual

*ora um provérbio vale (isto é, é enunciado), ora vale outro. Tanto há ocasiões para “Deus ajuda a quem cedo madruga”, quando importa, por exemplo, defender a relevância do trabalho duro, quanto as há para “Quem nasceu pra tostão não chega a cruzeiro”, quando se trata, ao contrário, de argumentar em favor da impossibilidade da alteração de determinada conjuntura – nem o trabalho duro a altera (POSSENTI, 2002, p. 190).*

Parece-nos, portanto, tautológico afirmar que as coletividades são heterogêneas e por isso de uma mesma coletividade podem emanar enunciados contraditórios entre si, pois dizem respeito a situações diferentes.

A respeito do contato que os provérbios têm com a sua coletividade, relembremos novamente o artigo de Possenti (Ibid.), que, argumentando acerca do trabalho do sujeito do/no discurso, observa a existência de “famílias parafrásticas” que se organizam em torno de uma mesma forma proverbial.

O autor considera dois conjuntos de ocorrências: a) *comer bacalhau e arrotar cavala; comer sardinha e arrotar tainha; comer feijão e arrotar galinha e comer como pinto e cagar como pato*; b) *tal pai, tal filho; tal amo, tal criado; qual é o cão, tal é o dono; filho de peixe peixinho é*; etc. Dessa maneira, argumenta que a ocorrência dessas famílias

parafrásticas aponta para uma inserção das experiências de cada comunidade num determinado discurso:

*É como se, sobre um fundo prévio (não se saberá jamais, evidentemente, qual foi o primeiro provérbio, nem isso deve ser razão para abandonar-se a tentativa de apreensão dos processos de produção) cada sujeito, por pertencer a determinado grupo – pescador, caçador, lenhador – retirasse dessa experiência histórica a matéria com a qual dá sentido a um texto peculiar, que ele eventualmente adapta, por isso e para isso, a uma situação específica. (Ibid., p. 192)*

O sujeito, inserido em sua comunidade, poderia, portanto, fazer com que as suas experiências (comunitárias, sociais, diga-se de passagem) penetrassem uma materialidade discursiva que lhe é pouco representativa, construindo uma outra mais próxima do meio social em que vive, ou seja, que tivesse a ver com esse meio.

Obviamente, acreditamos que os provérbios têm a ver com a coletividade que os enuncia, mesmo porque os provérbios são, de certa forma, lugares comuns e estes últimos só funcionam porque uma comunidade dada os aceita como verdadeiros (mesmo que contraditórios). Assim, concordamos com Santos (2004), quando diz que não se trata de uma universalidade, mas discordamos dela quando diz que temos coletividades distintas de enunciadores para provérbios cujas argumentações se contradizem. Pensar assim, parece reduzir a complexidade da sociedade a pequenas coletividades que tomam isso ou aquilo como verdadeiro. Dessa maneira é que podemos afirmar que provérbios contraditórios podem coexistir em uma mesma coletividade.

Corroborando essa hipótese de que o provérbio funciona como enunciação coletiva, parece-nos pertinente considerá-lo inserido no regime de participação, citado acima, ligando-o com a hipótese de ele representar uma comunidade.

Maingueneau lembra que o regime de participação é diferente do da citação convencional, destacando quatro pontos característicos desse regime, principalmente no que diz respeito ao funcionamento, ao reconhecimento a ao tipo de enunciador que estaria engajado no regime:

- *O enunciado “citado” é um enunciado autônomo, porque ele já o é originalmente ou porque ele foi previamente autonomizado mediante sua extração de um texto.*
- *Essa citação deve ser reconhecida como tal pelos alocutários, sem que o locutor que a cita indique sua fonte e nem mesmo deixe claro que ele efetua*

*uma citação por intermédio de um verbo dicendi introdutor, de um inciso, etc. (...) O enunciado citado é apresentado em seu significante, dentro de uma lógica de discurso direto (...). A restituição do significante é evidentemente associada ao fato de que não há indicação da fonte citada.*

- *O locutor que cita mostra sua adesão ao enunciado citado, que pertence àquilo que se poderia denominar um Thesaurus de enunciados de contornos mais ou menos fluidos, indissociável de uma comunidade onde circulam esses enunciados e que, precisamente, se define de maneira privilegiada por compartilhar um tal Thesaurus. Por sua enunciação, o locutor que cita pressupõe pragmaticamente que ele mesmo e seu alocutário são membros dessa comunidade (...).*
- *Esse Thesaurus e a comunidade correspondente recorrem a um hiperenunciador cuja autoridade garante menos a verdade do enunciado (...) e mais amplamente sua “validade”, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade. (MAINGUENEAU, 2006, p. 92)*

A lógica da particitação, portanto, faz com que o enunciado que se encaixa nela seja de uma espécie bastante peculiar de citação. Assim, não se trata apenas de uma voz relatada. Há, pelo contrário, um engajamento do sujeito falante com o enunciado que ele mobiliza.

Dessa maneira, como ressalta Maingueneau (Ibid.), trata-se de um modo peculiar de coenunciação, posto que há adesão por parte do locutor ao enunciado citado e que este enunciado citado faz parte do *Thesaurus* de enunciados de uma comunidade, na qual tanto locutor quanto alocutário estariam inseridos. O locutor compartilha desse quadro enunciativo (*Thesaurus*), de modo que sua enunciação mobiliza um hiperenunciador que valide o pertencimento do enunciado particitativo ao quadro do *Thesaurus*.

O provérbio, por sua vez, entra nesse regime no rol de particitações sentenciosas. Aquelas cujo apagamento enunciativo é evidente. Maingueneau destaca a mobilização de duas instâncias de enunciação, a do sujeito falante (eu - *je*) e a da coletividade (sujeito universal - *on*). Esta última garantiria a verdade do enunciado e seria responsável pelo ponto de vista apresentado.

O *On*, neste caso, segundo o autor, coincidiria com o número de falantes de uma língua, o que daria ao sujeito falante o caráter de particitador, já que ele faz parte dessa coletividade que coincide com a dos falantes da língua, e como tal se confere tal estatuto, de modo que os provérbios sejam mobilizados em novas situações do discurso:

*o particitador de um provérbio confere a si – e a seu alocutário (seu “particitário”...) – o estatuto de membro de uma comunidade. Esta, aliás, faz mais do que estocar provérbios; ela é depositária de uma experiência que*

permite aos usuários aplicá-los a situações inéditas oportunamente categorizadas. (Ibid., p. 94).

Por outro lado, embora haja uma série de contradições entre os provérbios utilizados por uma comunidade, o que garante sua unidade é um hiperenunciador, entendido como uma instância que valida e confirma o pertencimento do enunciado ao *Thesaurus*: “o hiperenunciador aparece como uma instância que, por um lado, garante a unidade e a validade da irreduzível multiplicidade dos enunciados do *Thesaurus* e, por outro, confirma os membros da comunidade em sua identidade” (Ibid, p. 107).

Assim, tanto o provérbio como as particitações que têm um hiperenunciador *dóxico* passam inclusive pelo problema de um *ethos* específico, pois na particitação o locutor mostra que não é mais que um portador da palavra de outrem, embora como vimos ele também “é” este outrem, pois como particitante faz parte da comunidade lingüística e, portanto, compartilha da mesma *doxa* à qual o provérbio se refere.

O regime de particitação aponta para o caminho de que o sujeito falante, inserido em sua comunidade, aceita/acata o ponto de vista do provérbio. Tal regime, portanto, define o funcionamento do provérbio em torno de uma comunhão do sujeito com sua comunidade, principalmente no que diz respeito aos *topoi*<sup>9</sup> que compõem a *doxa* dessa comunidade.

Se podemos aceitar que os provérbios podem ser encarados como reservatórios de *topoi* na língua, hipótese sugerida por Anscombre [“il y a des énoncés derrière les mots. Or nous avons fréquemment affirmé qu’il existait en langue un réservoir de topoi tout prêts à l’usage, à savoir lês proverbes, et plus généralement les formes sentencieuses...” (ANSCOMBRE, 1995 *apud* SANTOS, 2004, p. 35)], devemos também aceitar que não se trata de um enunciado comum e que sua reenunciabilidade, por se tratar de *topoi*, precisa ser remetida a um *interdiscurso*.

---

<sup>9</sup> Aceitamos uma das definições propostas pelo *Dicionário de Análise do Discurso*, de Charaudeau e Maingueneau (2004), que sugere que *tópos* (plural *topoi*) é um elemento de uma tópica e que tópica é “um sistema empírico de coleta, de produção e de tratamento de informação para finalidades múltiplas (...) funcionando em uma comunidade relativamente homogênea em suas representações e normas. As tópicas exprimem uma ontologia popular que oscila entre o cognitivo e o lingüístico.” (Ibid, p. 474). Ainda segundo tal dicionário, as subcategorias tópicas compõem a *doxa*, que deve ser compreendida como “conglomerado de *endoxon* (estereótipos, clichês, lugares comuns, etc.)” (Ibid.) e “ao conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais frequentemente, na sua formação lingüística corrente” (ibid, p. 176).



No campo da materialidade discursiva, conseguimos observar que é possível detectar a presença de elementos (palavras, expressões) que apontariam para certas condições imediatas de produção<sup>10</sup>, que podem ser compreendidas como o contexto exclusivo, específico da enunciação.

Na materialidade lingüística, conseguimos recuperar marcas que apontam para o contexto estrito de produção, aquele que trata da situação da enunciação, como nos exemplos trabalhados por Possenti (2002): em *comer sardinha e arrotar tainha*, os termos relevantes são *sardinha* e *tainha*, o que pode apontar para um contexto caiçara, por exemplo; já em *comer feijão e arrotar galinha*, os termos relevantes são *feijão* e *galinha*, que podem apontar para um contexto caipira, por exemplo.

No entanto, no que diz respeito ao sentido do provérbio, notando que ele sempre é um conselho ou uma advertência, as condições imediatas de produção (no sentido da sua “criação”, da criação do enunciado) importam menos, já que por sua vez, a referência imediata dos termos é apagada em proveito do sentido de outro campo semântico. Nessa medida, a família parafrástica acima aponta, toda ela, para a censura da soberba.

Levando em conta a questão do sentido da família parafrástica, temos que considerar as condições de produção no sentido amplo do termo, ou seja, aquelas que apontam para a conjuntura social, histórica e cultural de uma determinada sociedade. Trata-se, nesse caso de uma sociedade na qual a soberba é vista como um problema.

No que diz respeito à autoridade, temos então uma noção do funcionamento do provérbio, posto que é apresentado, na enunciação, sem marcas de autoria e veicula normalmente uma advertência ou um conselho. No regime de particitação, é convocado um hiperenunciador *dóxico* que valida o ponto de vista do provérbio. Pensado dessa maneira, o provérbio pode ser concebido como discurso de autoridade, mesmo porque se trata de um lugar comum, que é geralmente aceito por todos os membros de uma determinada comunidade.

---

<sup>10</sup> Na AD, em seu início, o conceito de condições de produção foi formulado para substituir o conceito de circunstância, no intuito de romper com a pragmática. Assim, não se trata apenas de uma troca de conceitos, mas de uma mudança do modo de pensar a enunciação. Na AD, as condições de produção foram aliadas à conjuntura histórica de um discurso, ou seja, elas são pensadas em relação às representações imaginárias constituídas historicamente e institucionalmente que um locutor pode fazer de um destinatário e vice-versa (para uma introdução sobre o conceito, ver Pêcheux, 1969 e Possenti, 2004).

O provérbio representa a materialização dos *topoi* que compõem a *doxa* de uma determinada sociedade. Isso pode ser atestado inclusive pelo tom arcaico que caracteriza os provérbios, mesmo que não sejam antigos. Este tom também dá ao provérbio um estatuto de autoridade: normalmente o que vem de outras épocas e é aceito socialmente provavelmente não se contestará. Nessa mesma vertente, se os provérbios realmente representam os *topoi*, eles também representam a inúmera gama de enunciações que compuseram historicamente esses *topoi*.

Nesse sentido, o provérbio é dialógico, pois representa essas inúmeras enunciações que compuseram um *topos* de uma sociedade, sendo a materialização das “verdades” expressas por essas inúmeras enunciações. Por isso devemos considerar a enunciação do provérbio relacionada ao interdiscurso, pois ele emana de uma memória de dizeres, historicamente organizados em torno de um assunto ou de um valor.

### **3 – A relevância do interdiscurso**

Alguns autores já demonstraram que a problemática do interdiscurso na AD não está de todo resolvida. O termo tem diversos significados, tanto na AD quanto em outras disciplinas. Charaudeau e Maingueneau apontam para um uso amplo e um uso restritivo. No uso amplo, o termo representa uma região de contato explícitos ou implícitos entre discursos. Já no uso restritivo, o termo representa conjuntos de discursos de um mesmo campo “que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 286).

Desde Pêcheux (1975), o conceito de interdiscurso assume papel relevante na AD, para Pêcheux é o interdiscurso que promove a interpelação dos indivíduos em sujeitos, especialmente em sujeitos de seu discurso.

Ao caracterizar a forma-sujeito do discurso, o autor define o interdiscurso na sua relação com as formações discursivas (FD), segundo ele estas últimas é que fornecem ao indivíduo o que pode e o que deve ser dito numa conjuntura dada, de acordo com a

posição a ser assumida pelo sujeito. As FD têm ligação estreita com as formações ideológicas<sup>11</sup>, na medida em que se pode afirmar que

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, *o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem* (PÊCHEUX, 1975, p. 160).

As FD, como fornecem ao sujeito o que deve e o que pode ser dito, e conseqüentemente o sentido específico de cada expressão, palavra, etc. no interior de seu domínio, seriam, pois, a representação na linguagem das suas formações ideológicas equivalentes.

Mas, segundo a teoria de Pêcheux, não seriam elas as responsáveis pela interpelação dos indivíduos em sujeitos, tal tarefa estaria, como dissemos, reservada ao interdiscurso, no ponto que este representa para as FD seu “todo complexo com dominante”. Temos aqui uma relação de dependência entre FD e interdiscurso, ou seja, as FD dependem do interdiscurso, embora seja de sua natureza, como alerta o autor, dissimular essa dependência ao todo complexo com dominante.

Cabe ao interdiscurso, portanto, a tarefa do “assujeitamento”, posto que é ele que determina dois efeitos fundamentais: o do pré-construído e o da articulação. Segundo o autor são esses dois elementos do interdiscurso que “aparecem determinando o sujeito, impondo-dissimulando-lhe seu assujeitamento sob a aparência da autonomia, isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito” (Ibid, p. 164).

É nesse ponto específico que Possenti (2003) alerta para um aspecto que considera problemático da concepção de interdiscurso desenvolvida por Pêcheux. Possenti focaliza sua atenção na noção de pré-construído, que corresponde “ao ‘sempre-já-aí’ da

---

<sup>11</sup> Pêcheux lembra que a instância ideológica existe “sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe” (PÊCHEUX, 1975, p. 146). Os aparelhos ideológicos de Estado, conceito originário de Althusser, “não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante (...) eles são seu lugar e meio de realização” (Ibid, p. 145).

interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” (PÊCHEUX, op. Cit., p. 164)

A questão levantada por Possenti é justamente sobre os problemas da universalidade e da imposição do “sempre-já-af”, ou seja, o já-dito. Segundo o autor essas duas proposições só podem ser aceitas se a elas forem impostas restrições:

*Uma interpretação “favorável” desta passagem não veria nela problema algum. Mas, a meu ver, às custas de duas restrições: a) universalidade deve significar efeito de universalidade para uma certa FD, ou para um sujeito em sua relação com uma certa FD; b) nem todos os pré-construídos estão à disposição, ou, alternativamente, nem todos são impostos a cada sujeito, mas apenas aqueles que ele pode/deve dizer. (POSSENTI, 2003, p. 255)*

No entanto, a questão fica um pouco mais delicada se aceitarmos a idéia do parágrafo seguinte do texto em questão, segundo a qual os pré-construídos não seriam da ordem do interdiscurso, pois

*O pré-construído parece ser da ordem de cada FD ou daquelas com as quais cada uma está em posição de franca aliança. Isso é ainda mais claro quando pré-construídos se articulam na forma de discurso transversal, dado que tanto a equivalência quanto a implicação só se dão – só funcionam – no interior de FDs definidas (científicas ou ideológicas) – isto é, jamais em uma FD antagonista. Em outras palavras, o “todo complexo” põe à disposição um conjunto X de pré-construídos, mas, para cada sujeito, ou para cada “comunidade” de sujeitos (ou, ainda, para cada FD), só são selecionáveis os pré-construídos aceitáveis para essa FD. Dizendo de outro modo, só estão disponíveis, para cada FD, os pré-construídos cujo sentido é evidente para essa FD. (Ibid, p. 256)*

A problematização desse autor parece-nos pertinente e relativiza a noção de interdiscurso formulada por Pêcheux, na medida em que, como o próprio autor diz, “não parece satisfatório definir interdiscurso como o todo complexo com dominante” (ibid.), pois, seguindo a leitura do autor, os pré-construídos não são da ordem do interdiscurso, assim como não estão disponíveis independentemente para cada sujeito, não importando sua posição, sua FD.

Seguir a tese de Maingueneau (1984) parece-nos mais conveniente, já que este autor “refina” consideravelmente a noção de interdiscurso, criando três novas categorias que substituiriam tal conceito.

A tríade de conceitos propostas pelo autor é a seguinte: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. O conceito de universo discursivo deve ser compreendido como a totalidade das formações discursivas que interagem numa conjuntura dada e ele “constitui necessariamente um conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em sua totalidade” (MAINGUENEAU, 1984, p. 35), mas, como o próprio autor alerta, o conceito serve pouco ao analista, pois define “apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de ser estudados” (Ibid.).

Estes domínios são os campos discursivos, que devem ser compreendidos como o conjunto de formações discursivas que estão em concorrência, que “delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. (Ibid.). Maingueneau ainda alerta que a palavra concorrência deve ser entendida num sentido amplo, não se trata somente de confronto, mas pode ser relativa à “aliança, à neutralidade aparente, etc.” (Ibid, p. 36).

Essa categoria de suma importância tem como uma de suas características a de ser a responsável pela constituição dos discursos e, na medida em que “essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes” (ibid.), a noção de campo discursivo é também fundamental na organização de uma *semântica global*.

Ainda há um outro aspecto que deve ser ressaltado, que é a própria característica do campo discursivo de não ser um espaço restrito, no qual poderíamos ver a concorrência entre os discursos acontecendo naturalmente. O autor adverte que o campo “não define zonas insulares, é apenas uma abstração necessária que deve permitir múltiplas redes de trocas” (ibid.).

Posto que um campo discursivo subentende uma série de discursos e sabendo que esses discursos encontram-se numa relação heterogênea, isto é, as relações entre os discursos de um campo não se delimita estavelmente em termos de discursos dominantes e dominados, Maingueneau introduz a noção de espaço discursivo que corresponde ao corte que o analista julga necessário fazer em uma área específica de um mesmo campo:

*É-se então conduzido a isolar, no campo, espaços discursivos, isto é, subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação. Tais restrições devem resultar apenas de hipóteses*

*fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir. (Ibid., p. 37)*

### 3.1 – Provérbios e interdiscurso

Como já mencionamos, o provérbio é uma modalidade privilegiada de discurso do Outro, portanto configura um típico caso de interdiscurso, principalmente se o pensarmos como reservatórios de *topoi* de uma sociedade. Assim, poderíamos encarar o provérbio como o que fala antes, em outro lugar e independentemente.

Considerando o provérbio inserido em uma enunciação, ou seja, em seu funcionamento, veremos que não se trata de um enunciado que se liga a uma FD, mas que, independentemente da FD que o utiliza, pode ser utilizado nos mais diversos discursos.

Assim é que podemos afirmar que o provérbio é um tipo de enunciado que se assemelha ao pré-construído, mas vindo de um *universo discursivo*. Relembrando o artigo de Possenti (2003), o provérbio parece ser um típico caso de algo que fala antes, mas não necessariamente tem a ver com uma formação discursiva específica, ou seja, não se trata também de um pré-construído conforme pensado por este autor, para quem é possível identificar uma certa ligação entre pré-construído e FD. Na maioria dos provérbios, não é possível identificar sua subordinação a uma FD específica.

Há, sem dúvida, que se voltar para a questão dos *topoi*. Se concordamos que os provérbios são de fato reservatórios de *topoi*, é necessário lembrar que esses últimos são fruto de uma enorme gama de enunciações que o compuseram, mas que não necessariamente relacionam-se com discursos específicos. Parece-nos que os provérbios são o tipo de enunciado que, por representar um valor social, não necessitam do amparo de uma FD. Assim é que podemos perceber um mesmo provérbio servindo a vários discursos, mesmo que sejam absolutamente distintos. Vejamos alguns exemplos:

#### **(D11-)**

***Mercadante: há males que vem para o bem***<sup>12</sup>

Luiz Antônio Magalhães

---

<sup>12</sup> Grifo nosso

*O caso do dossiê Vedoin pode acabar realmente mal para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Aliás, a verdade é que antes mesmo de ser condenado pela Justiça, o senador já está pagando caro pelas besteiras dos "aloprados": antes do episódio, quando ainda era candidato ao governo paulista e tinha poucas chances de vitória, Mercadante dizia a quem quisesse ouvir que, se derrotado fosse, teria um cargo forte no governo federal. De fato, especulava-se até na nomeação do senador para o ministério da Fazenda. Hoje, ninguém em sã consciência imagina o presidente Lula nomeando o rapaz para cargo algum.*

*O velho ditado diz que Deus escreve certo por linhas tortas. Os "aloprados" acabaram prestando dois bons serviços ao País: levaram a eleição para o segundo turno, fazendo com que a vitória de Lula fosse inquestionável pela oposição; e afastaram de vez a hipótese de Mercadante comandar a economia nacional. O Brasil agradece...*

## **(D10-)**

### ***"O Código da Vinci" aumenta visitas a site da Opus Dei***

*da Ansa, na Cidade do Vaticano*

*Um dos efeitos do best-seller "O Código da Vinci", escrito por Dan Brown, foi o aumento do interesse pela organização religiosa católica Opus Dei. Durante o ano passado, cerca de 3 milhões de pessoas visitaram o site da organização ([www.opusdei.org](http://www.opusdei.org)), com um total de 15 milhões de páginas abertas.*

*O pico de acessos foi registrado entre o período da morte de João Paulo 2º e a eleição de Bento 16, mas acredita-se que o crescimento do interesse público pela Opus Dei deva-se à divulgação da obra do escritor norte-americano.*

*Para satisfazer a curiosidade pública, a Opus Dei lançará hoje o seu site reformulado. "O Código da Vinci representou uma oportunidade para nós, para fazer com que conheçam a Opus Dei. Então, sob este aspecto, foi muito positivo. Mesmo que o livro distorça a imagem de Jesus, podemos dizer que **há males que vêm para bem**<sup>13</sup>", disse o porta-voz da organização, Giuseppe Corigliano.*

*O novo site foi feito de forma a facilitar a leitura de todas as suas seções, informando as regras, a história e as notícias detalhadas da Opus Dei, além de sua posição no contexto da Igreja Católica. Também há muitas informações para divulgação à imprensa, com arquivos de áudio e vídeo.*

*Todas as atividades de ajuda social praticadas pela entidade, principalmente em países pobres, também são colocadas em evidências. O site pretende fornecer informações constantemente atualizadas sobre a Opus Dei, além de notícias sobre a igreja e o Papa. O endereço on-line surgiu em 1996, em quatro línguas: espanhol, inglês, francês e italiano. Em dez anos, o site foi traduzido para 22 línguas, entre as últimas acrescentadas estão o russo e o chinês. Em breve, o site estará disponível também em húngaro e árabe.*

Temos nestes dois textos a presença de discursos absolutamente distintos. No primeiro texto podemos notar que o provérbio *há males que vêm para bem* é utilizado como título do texto e este gira, realmente, em torno da verdade proverbial. Destaca-se, portanto, um mal, ou seja, o caso de uma suposta compra de um dossiê por partidários do PT (Partido dos Trabalhadores) que trabalhavam na campanha de Aloizio Mercadante ao governo paulista em 2006, dossiê que ligaria o candidato da situação, José Serra, à compra superfaturada de ambulâncias na época em que fora ministro da saúde no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Destaca-se também um bem, ou seja, o próprio fato

---

<sup>13</sup> Grifo nosso.

de Aloizio Mercadante não mais ser cotado para ser um dos ministros do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Portanto, podemos perceber no texto um, que o sentido que fica é que o “mal” do dossiê serviu para o “bem” do afastamento da hipótese de Mercadante comandar a economia nacional.

Diferentemente do primeiro texto, que pode ser inserido num campo discursivo político, no segundo exemplo temos um discurso que deve ser pensado dentro de um campo religioso. O que nos importa no texto é a citação da fala do porta-voz da organização católica Opus Dei. O provérbio proferido por ele é o mesmo utilizado pelo autor do texto anterior, mas os propósitos são absolutamente diferentes. Neste segundo texto, o mal que vem para o bem é justamente o livro “O Código da Vinci”, que questiona algumas idéias que se tem a respeito da figura de Jesus Cristo e também analisa supostas ações da organização Opus Dei. No entanto, esse “mal” traz um “bem”, que, segundo o porta-voz, é o aumento das visitas ao site da Opus Dei, fazendo com que tal organização seja mais conhecida.

Dessa maneira, podemos perceber que os provérbios podem funcionar para diversos discursos, pois se trata de um enunciado que traz algum tipo de valor que é amplamente aceito pela sociedade na qual circula.

Assim, à primeira vista, os provérbios dificilmente se encaixariam na proposta de interdiscurso formulada por Maingueneau, posto que eles não estão ligados diretamente a um ou a outro discurso, a uma ou a outra FD. No entanto, podemos pensar que alguns provérbios podem ser oriundos de um mesmo campo discursivo, como o campo religioso, por exemplo, mesmo que no uso cotidiano possam ser utilizados sem conotação religiosa. É o caso, por exemplo, de *Deus ajuda a quem cedo madruga; quem dá aos pobres empresta a Deus; com o diabo não se brinca; cada um por si e Deus por todos; Deus dá nozes a quem não tem dentes; Deus escreve certo por linhas tortas; devagar com o andor que o santo é de barro; etc.*

Ainda poderíamos organizar os provérbios em torno de outros campos discursivos, como o campo das relações trabalhistas (*a ociosidade é mãe de todos os vícios; amigos amigos, negócios à parte; Deus ajuda a quem cedo madruga*), das relações



familiares (*de pequenino se torce o pepino; em briga de marido e mulher não se mete a colher; tal pai, tal filho; quem casa quer casa; quem dá pão dá criação*), etc.

Ou ainda, poder-se-ia reunir provérbios em espaços discursivos distintos para que pudessem ser analisados em comparação com outros provérbios de um mesmo campo, para assim, por exemplo, analisar as contradições, as repetições, as incompatibilidades, etc. da “verdade universal”.

Mas o que nos importa mais nessa relevante tripartição da noção de interdiscurso proposta por Maingueneau é que podemos aplicá-la à própria análise dos provérbios alterados, posto que estes lidam com a interdiscursividade de uma maneira bastante peculiar e em certos casos até polêmica.

## IV – PROVÉRBIOS ALTERADOS, UM CASO DE HUMOR

### 1 – Introdução

O provérbio alterado (doravante PA) configura-se como um enunciado peculiar, pois se trata de uma enunciação que se instaura sobreposta a outra, ou seja, tal enunciação não se dá, ou simplesmente não faz sentido se não for reconhecida a enunciação proverbial anterior.

Preocupamo-nos, neste trabalho em analisar PAs que se caracterizam como enunciados humorísticos. Podemos tomar como exemplos de PAs, enunciados como *é dando que se engravida; alegria de pobre é impossível; quem com ferro fere não sabe como dói; em casa de ferreiro só tem ferro; devo, não pago, nego enquanto puder; gato escaldado morre*, dentre outros.

Uma de nossas hipóteses de trabalho é a de que o PA, por si só, principalmente por se tratar de um tipo enunciado que altera provérbios, revela uma discursividade. Portanto, análises de enunciados vistos isoladamente do texto onde aparecem serão comuns.

No entanto, nossa principal preocupação é justamente os PAs inseridos no texto em que podem aparecer. Assim, para nós, os PAs podem mobilizar efeitos de sentido diferenciados num texto, justamente porque revelam mais de uma discursividade, ou seja, não só a proverbial, mas também a que veicula com a alteração.

Assim, não nos preocupamos em analisar o PA num determinado campo discursivo, como por exemplo, o jornalístico, o político, o religioso, etc. Pretendemos, antes, tratar do funcionamento discursivo desses enunciados em diversos gêneros do discurso de diversos campos não previamente isolados por nós. O que não quer dizer que não trataremos do PA visto dentro de um ou outro campo discursivo, em confronto com um ou outro discurso de um mesmo campo, pelo contrário, mesmo porque consideramos este um aspecto de grande relevância.

Nesta primeira parte do trabalho dedicada exclusivamente ao PA faremos uma breve descrição de seu funcionamento semântico-discursivo, em torno dos conceitos de desvio, subversão e captação de sentido, propostos por Grésillon e Maingueneau (1984) e

tentaremos dar conta de enquadrar essa enunciação no campo do discurso humorístico.

## 2 – Captação e subversão: duas estratégias

O PA, quanto a seu funcionamento, deriva de um processo que Grésillon e Maingueneau (1984) chamaram de *desvio* (*détournement*). Os autores afirmam que, pelo caráter de enunciação de autoridade do provérbio, ele é um modelo, para aqueles que querem estabelecer uma autoridade para sua enunciação, mas pode ser um anti-modelo para aqueles que querem destruir as verdades estabelecidas e é a partir dessa constatação que os autores definem o processo de desvio, que pode ser compreendido como a produção de enunciados com marcas da enunciação proverbial, mas que não são, de fato, provérbios: “le *détournement*, qui consiste à produire un énoncé possédant les marques linguistiques de l'énonciation proverbiale mais qui n'appartient pas au stock des proverbes reconnus” (GRÉSILLON e MAINGUENEAU, 1984, p. 114).

Os autores dividem o processo de desvio em dois outros níveis, o *desvio lúdico* e o *desvio militante*.

O desvio lúdico diz respeito ao jogo de palavras que não está a um serviço ideológico ou político. Grésillon e Maingueneau se interessam pelo desvio militante que, ao contrário do lúdico, visa dar autoridade a um enunciado ou desqualificar a autoridade de um provérbio, em nome de interesses diversos.

No campo do desvio militante é que os autores definem as duas estratégias de desvio, a *captação* e a *subversão*. A estratégia da captação diz respeito ao desvio que não aponta para uma desqualificação de um provérbio. Tal estratégia se dá em torno de uma relação de exploração das condições de funcionamento semântico do provérbio, de modo que tal exploração possa contribuir para a autoridade do novo enunciado. Já a estratégia da subversão, ao contrário da estratégia da captação, procura fazer com que apareça uma contradição entre o enunciado proverbial e o novo enunciado, visando contestar a autoridade proverbial.

Tais estratégias se dão em torno de dois níveis diferentes de desvio, o *desvio das condições genéricas da enunciação proverbial* e o *desvio de um provérbio atestado*. Desviar as condições genéricas pode significar, segundo os autores, fazer um pastiche do

gênero proverbial<sup>14</sup>, a partir da captação ou da subversão das características formais (sintáticas, prosódicas, etc.) e dos traços pragmáticos (as condições de emprego) do gênero proverbial.

Por outro lado, o desvio de um provérbio atestado promove sempre a alteração no significante do provérbio e também, obviamente, em seu significado. Dentre as estratégias observadas, os autores destacam que há, normalmente: a) uma exploração fônica. É o caso do exemplo, utilizado por eles, *à chaque jour suffit sa peine*<sup>15</sup>, no qual a última palavra pode ser substituída por *scène, laine*, etc.; b) substituição de termos sem correlação fonética: *à chaque jour suffit sa peine* → *à chaque nuit suffit sa peine*<sup>16</sup>, no qual se observa a troca de *jour* por *nuit*; c) acréscimo de elementos ao enunciado proverbial: *l'homme propose, Dieu dispose*<sup>17</sup> → *l'homme propose, Dieu dispose, la femme impose*; d) jogar com a negação: *qui dort dîne* → *qui ne dort pas dîne*; e) fundir dois provérbios: *à chaque jour suffit sa peine* – *à quelque chose malheur est bon* → *à chaque jour malheur est bon*.

Os autores alertam que, tanto o desvio das condições genéricas, quanto o de um provérbio atestado podem ocorrer na estratégia da subversão e na da captação. Ao falar da captação de condições genéricas do provérbio, os autores lembram do slogan: “être proverbe, on le voit, c’est bien l’idéal du slogan” (Ibid., p. 117), e demonstram que a captação promovida pelo slogan ocorre em torno da verdade coletiva do provérbio, ou seja, o slogan quer deixar de ser uma verdade individual (JE – verité) para ser verdade coletiva, universal (ON – verité). Podemos encontrar vários exemplos de captação de condições genéricas no Analista de Bagé, de Luis Fernando Veríssimo. Numa de suas histórias podemos encontrar a seguinte “máxima”: “mais ortodoxo que caixa de maizena” (Veríssimo, 2002: 23), em que o autor aproveita de certas características genéricas dos

---

<sup>14</sup> Algumas das condições genéricas do provérbio foram expostas por Maingueneau (1998, p. 170): “o provérbio é curto e geralmente estruturado de forma binária (...); recorre frequentemente a rimas (...) ou correlaciona partes com igual ou aproximado número de sílabas; estabelece simetrias sintáticas ou semânticas entre uma parte e outra (...); emprega normalmente construções ou palavras arcaicas. Do ponto de vista da embreagem enunciativa, é necessariamente não embreado: trata-se de generalizações que não se ancoram numa situação de enunciação particular e cuja fonte enunciativa é apagada.”

<sup>15</sup> Em português: *a cada dia sua pena e sua alegria*.

<sup>16</sup> Os exemplos utilizados neste parágrafo são dos autores (ver GRÉSILLON e MAINGUENEAU, 1984, p. 116).

<sup>17</sup> Em português: *o homem põe e Deus dispõe*.

provérbios, para constituir um “novo” provérbio, mas que não faz parte do estoque de provérbios reconhecidos.

Na captação, assim como na subversão de provérbios atestados, a estrutura significativa do enunciado proverbial deve ser reconhecida sem muito esforço pelo destinatário. Um bom exemplo de captação proverbial é o seguinte enunciado: *a voz do povo é a voz do Corinthians*, proferido pelo jornalista Juarez Soares em mesa redonda esportiva da Rede Record, em 2007.

Como um bom exemplo de subversão de provérbios atestados, podemos citar a canção *Bom Conselho*, de Chico Buarque. Nela podemos encontrar vários casos de subversão de provérbios atestados, como *quem espera nunca alcança* (que subverte *quem espera sempre alcança*) e *devagar é que não se vai longe* (que subverte *devagar se vai ao longe*).

Já quando se trata de subverter as condições genéricas da enunciação proverbial, encontra-se um problema. Aparentemente, não temos dados que, analisados isoladamente, apontem para uma subversão desse tipo. Parece-nos que, para configurar uma subversão das condições genéricas, é-se obrigado a analisar o texto em que a subversão aparece.

Grésillon e Maingueneau utilizam dados extraídos de um texto maior para exemplificar esse tipo de subversão e advertem que subverter as condições genéricas pode provocar absurdos: “pastichant les conditions formelles et les conditions d’emploi du proverbe, ces subversions produisent de l’absurde. Ce les cas de nombre des 152 proverbes mis au goût du jour de P. Eluard et de B. Péret” (GRÉSILLON e MAIGUENEAU, 1984, p. 118).

No caso observado pelos autores, há o nítido objetivo de aproveitar-se das condições formais dos provérbios para poder promover subversão do gênero proverbial. Em tal caso, é o próprio gênero proverbial que serve de objeto de ridicularização. Assim, podemos dizer que uma subversão das condições genéricas depende do sentido do texto em que está inserida.

### 3 – Humor

Nosso interesse é tanto as captações quanto as subversões. Mas analisaremos, principalmente, desvios de provérbios atestados, considerando que tais desvios tornam-se enunciados humorísticos, em certa medida, a partir da exploração da cristalização do provérbio (enunciado original).

Nossa primeira hipótese é que há certos casos de desvio que, mesmo isolados de um texto, configuram-se como enunciados humorísticos, mas que há outros casos que dependem do texto para se configurarem como tal.

Outra hipótese com que trabalharemos é que o PA configura-se como enunciado humorístico da mesma forma que qualquer outro texto de humor, ou seja, utilizando-se das mesmas técnicas da piada, da charge, etc. Porém, apontaremos que, em certos casos, tais técnicas do humor só funcionam aliadas a características do próprio texto em que o PA está inserido.

Mobilizaremos, então, conceitos da AD, como *cena enunciativa* e *ethos*, assim como a noção de *gênero do discurso*, de modo que contribuam para uma análise global do funcionamento do PA, principalmente quando inserido num texto. Dessa maneira, o que queremos ressaltar é que, mesmo enunciados “prontos” como o PA, podem muito bem, mesmo isolados, mobilizar discursividades e funcionar como uma espécie de gênero humorístico. Mas acreditamos que haja uma relevância fundamental do texto, ou seja, o funcionamento do PA, assim como o de um provérbio, pode depender também de seu papel num texto.

Faremos, então, uma breve introdução às teorias que tentam dar conta da enunciação humorística. Dentre elas, ressaltaremos contribuições como as de Freud e Raskin.

### 3.1 – Os chistes de Freud

Um dos pontos de maior relevância quando Freud (1905) descreve a técnica dos chistes<sup>18</sup> é que, por diversas vezes ele chega à conclusão de que, em alguns casos, “o chiste de fato depende de sua forma de expressão” (FREUD, 1905: 69).

Trata-se de um aspecto bastante importante. Quando se pretende analisar os PAs, é necessário pensar na conclusão de Freud, posto que a estrutura do PA tem extrema importância para que ele se configure como um enunciado humorístico, pois deve haver tanto um reconhecimento imediato do enunciado proverbial que fora alterado quanto à manutenção de alguns aspectos genéricos do enunciado original.

No entanto, Freud destaca duas técnicas que não se baseiam exclusivamente na estrutura lingüística como fundamentos da produção do chiste. Trata-se de uma técnica exclusivamente da organização semântica do texto, ou seja, a *condensação*, e de uma técnica definida a partir de critérios psicológicos que é o *deslocamento*.

Quando Freud trata da técnica da condensação, nota-se que ele usa tal termo num sentido muito amplo, que pode inclusive ser compreendido como uma forma de economia. Assim, o caráter da técnica de condensação ressaltado pelo autor é a própria questão da economia do texto chistoso.

Para compreender melhor este uso amplo do termo, recorreremos ao próprio autor que, num determinado momento de seu texto, reúne em três grupos as diferentes técnicas por ele encontradas nos exemplos que analisa:

*I Condensação:*

- (a) com formação de palavra composta;*
- (b) com modificação.*

*II Múltiplo uso do mesmo material:*

- (c) como um todo e suas partes;*
- (d) em ordem diferente;*
- (e) com leve modificação;*
- (f) com sentido pleno e sentido esvaziado.*

---

<sup>18</sup> Não faremos aqui nenhuma distinção entre chistes, piadas, etc., por compreender que nosso objeto de estudo não se enquadra nas características genéricas de nenhum destes textos, ou seja, não se trata especificamente de um chiste, uma piada, um adivinha, uma anedota, ou qualquer outro texto humorístico, é, ao contrário, uma categoria diferenciada, específica, que por ser um enunciado humorístico conserva diversas características dos textos humorísticos em geral.

*III Duplo sentido:*

- (g) significado como um nome e como uma coisa;
- (h) significados metafórico e literal;
- (i) duplo sentido propriamente dito;
- (j) double entendre;
- (k) duplo sentido com uma alusão. (Ibid, p. 57)

Logo após sumariar tais técnicas, Freud propõe que elas se tocam num ponto simples, a economia:

*Mas o que haverá de comum entre a técnica do primeiro grupo (...) e a dos outros dois grupos? Algo muito simples e óbvio deve ser pensado. O uso múltiplo do mesmo material é, afinal, um caso especial de condensação; o jogo de palavras nada mais é que uma condensação sem formação de substitutivo; portanto, a condensação permanece sendo a categoria mais ampla. Todas estas técnicas são dominadas por uma tendência à compressão, ou antes, à economia. (Ibid., p. 58)*

Ressaltemos alguns exemplos que o autor analisa. O primeiro chiste analisado por Freud é um caso de condensação com formação de palavra composta. É o caso do “familiarmente”:

*“Heine introduz a deliciosa figura do agente de loteria e calista hamburguês, Hirsch-Hyacinth, que se jacta ao poeta de suas relações com o rico Barão Rothschild, dizendo finalmente: ‘E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, Doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual – bastante familiarmente’” (Ibid., p. 29).*

A conclusão é que o humor reside na palavra *familiarmente*. Tem-se, aqui, um típico caso de fusão de palavras: *familiarmente* funde-se a *milionariamente* para produzir o sentido que o Barão recebeu o agente de loteria como um seu igual, como um familiar, mas na medida do que é possível para um milionário.

Outro interessante exemplo:

*“Um jovem, parente do grande Jean-Jacques Rousseau, de quem ele trazia o nome, foi apresentado em um salon de Paris. Tinha, além do mais, os cabelos vermelhos. Comportou-se entretanto, de maneira tão desajeitada que a anfitriã comentou criticamente para o cavalheiro que o apresentou: ‘Vous m’avez fait connaître un jeune homme roux et sot, mais non pas un Rousseau’” (Ibid., p. 44).*



Trata-se de um dos casos que Freud considera como uso múltiplo do mesmo material (no caso a palavra *Rousseau*). No chiste, temos um caso de homofonia: *Rousseau*, o nome próprio do conhecido pensador suíço, e as palavras *roux* e *sot*, postas em seqüência dessa maneira – *roux/sot* –, seriam homofônicos em francês. Nesse caso, a homofonia contribui para o riso na medida em que *roux* e *sot* significam *ruivo* e *toló*, respectivamente.

Já o problema do deslocamento, para Freud, reside nas mudanças de enfoque em diferentes elementos do texto. Utilizando um exemplo do autor: “Dois judeus se encontram nas vizinhanças de um balneário. ‘Você tomou um banho?’ pergunta um deles. ‘O quê?’ retruca o outro, ‘há um faltando?’” (Ibid., p. 65).

O autor explica que neste chiste há uma técnica que “consiste no deslocamento da ênfase de ‘banho’ para ‘tomou’” (Ibid., p. 68), ou seja, a ênfase seria a palavra *banho* se consideramos apenas a primeira pergunta. No entanto, quando se dá a pergunta final, a ênfase muda da palavra *banho* para *tomou*. No entanto, o autor lembra que a técnica de tal chiste depende não só de um deslocamento, ou seja, não é um caso exemplar de chiste de deslocamento. Sua técnica é mais complicada, defende ele, pois se tem um deslocamento de foco, mas também um duplo sentido de *tomou*.

Freud passa então a colocar exemplos que não dependem da disposição estrutural de seus constituintes para serem textos chistosos, na medida em que define o deslocamento a partir de critérios psicológicos, como “desvio do curso do pensamento, no deslocamento da ênfase psíquica para outro tópico que não o da abertura” (Ibid.). Em seu texto, há vários exemplos chistes de deslocamento, mas o caso modelo é o da maionese de salmão, que não depende da estrutura lingüística para funcionar como chiste:

*Um indivíduo empobrecido tomou emprestado 25 florins de um próspero conhecido seu, após muitas declarações sobre suas necessidades e circunstâncias. Exatamente nesse mesmo dia seu benfeitor reencontrou-o em um restaurante, com um prato de maionese de salmão à frente. O benfeitor repreendeu-o: ‘Como? Você me toma dinheiro emprestado e vem comer maionese de salmão em um restaurante? É nisso que você usou o meu dinheiro?’ “Não lhe compreendo”, retrucou o objeto deste ataque; “se não tenho dinheiro, não posso comer maionese de salmão; se o tenho, não devo comer maionese de salmão; quando vou então comer maionese de salmão?” (Ibid., p. 66).*

De tal exemplo, Freud ressalta a independência do chiste de deslocamento com relação à estrutura lingüística: “depende aqui não das palavras, mas do curso do

pensamento. Nenhuma substituição de palavras possibilitará sua destruição na medida em que se seja conservado o sentido da resposta.” (Ibid., p. 68). Assim, podemos dizer que Freud reflete sobre técnicas semânticas de produção, mas também sobre questões que são levantadas de maneira bastante difusa no interior de seu livro, como o trabalho dos sujeitos com a língua, ou mesmo os papéis dos enunciadores no texto. Enfim, é um trabalho que deixa muitas pistas, além da contribuição de conceitos técnicos bem aceitáveis, como a condensação.

### **3.2 – A teoria clássica do riso**

É fato que o riso é objeto de estudo há muito tempo. Sabe-se inclusive que Aristóteles, na *Retórica* ou mesmo na *Poética*, fez observações sobre ele. Muitas das observações de Aristóteles se dão em torno do riso zombeteiro, daquele que deriva de uma atitude de escárnio. Segundo Skinner, “a sugestão básica de Aristóteles é (...) que a alegria induzida pela zombaria é sempre uma expressão de desprezo” (SKINNER, 2002, p. 16).

Vários estudiosos se preocuparam com esse caráter do riso. Dentre eles podemos citar o próprio Freud (1905), que destina um capítulo de seu *Chistes* para tratar dos propósitos dos chistes, ou mesmo Bérghson (1983).

Tal característica do riso ainda será abordada por nós. No entanto, o que nos interessa momentaneamente é a idéia exposta por Skinner de que o humor deriva em boa medida da surpresa, da novidade, do inesperado.

Skinner dedica boa parte de seu livro a expor como a questão do riso escarnecedor fora estudada incessantemente por diversos pensadores clássicos, como Aristóteles, Platão, Cícero e como fora retomada por pensadores renascentistas, como Castiglione e Vives, mas essencialmente no que fora dito por Hobbes a respeito do riso.

Skinner dá ênfase aos acréscimos que sofrera a teoria clássica do riso com os escritores renascentistas. Observa inicialmente que tais escritores contentavam-se em retomar as idéias expostas pelos clássicos, mas de uma maneira ou de outra fizeram acréscimos importantes à teoria do riso. Um deles – posto que o riso era visto como um tipo de ação reprovadora de defeitos e de vícios de outras pessoas – diz respeito aos tipos de vícios que seriam mais repreensíveis pelo riso. Segundo Skinner, uma lacuna do pensamento de Aristóteles: “entretanto, como Maggi aponta no seu comentário à *Poética*,

Aristóteles deixa de fornecer, o que é atípico, uma definição do ridículo, e portanto não indica os vícios particulares que são mais facilmente ridicularizáveis” (SKINNER, 2002, p. 34). De acordo com Skinner, as espécies de vícios ditas mais reprováveis pelo riso eram a avareza e especialmente a hipocrisia e a vanglória.

Podemos ainda notar que esta concepção clássica do riso chegou a ser tão difundida que o riso passou a ser visto, ele próprio, como algo sujeito à reprovação, como algo que seria símbolo de falta de educação ou de falta de auto-estima, ou mesmo, para Hobbes, “rir muito dos defeitos dos outros é um sinal de pusilanimidade” (HOBBS, 1996 *apud* SKINNER, 2002, p. 77).

No entanto, é um outro acréscimo à teoria clássica do riso que nos faz visitar a obra de Skinner, a questão da surpresa:

*No De Oratore, Cícero aludiu à importância do inesperado, mas seus seguidores renascentistas deram muito mais ênfase a esse ponto. Castiglione enfatiza que “certos acontecimentos inusitados” são particularmente capazes de “provocar o riso” (SKINNER, 2002, p. 32).*

Embora Skinner desenvolva muito mais outros aspectos da teoria clássica do riso, este, em especial, parece-nos ser bastante relevante e aplicável à análise da maioria de nossos dados.

Antes de comentar tal relevância, cabe ainda dizer que tal acréscimo promove na literatura médica renascentista uma certa ruptura com a concepção do riso escarnecedor. Skinner alerta que alguns autores preocuparam-se em esclarecer que o riso não é necessariamente ligado a uma atitude de reprovação de um defeito<sup>19</sup>.

Dissemos que o aspecto da surpresa é um ingrediente relevante para a análise de nossos dados. De fato, se observarmos alguns provérbios alterados veremos que a idéia de que “seja o que for que provoque o riso deve tratar-se de algo novo e inesperado” (HOBBS, *apud* SKINNER, 2002, p. 52) funciona. Vejamos alguns exemplos:

---

<sup>19</sup> Ver especialmente a passagem em que Skinner comenta a visão de Fracastoro: “Ele começa declarando que ‘os homens riem quando alguma coisa ao mesmo tempo agradável e nova acontece’ (...). Disso ele infere que nosso riso não precisa ter nada a ver com o desprezo, já que também pode ser uma simples resposta a um acontecimento agradável e surpreendente” (SKINNER, 2002, p. 42).

**PA91**<sup>20</sup> - *Quem tem boca vai ao dentista*

**PA35**- *Em terra de cego quem tem um olho é caolho*

**PA68**- *Quem com ferro fere não sabe como dói*

Em todos os exemplos podemos notar a presença do “elemento surpresa”. Trata-se dos desvios sofridos pelos provérbios atestados *quem tem boca vai a Roma*; *em terra de cego quem tem um olho é rei* e *quem com ferro fere com ferro será ferido*. Em **PA91**, é a substituição de *a Roma* por *ao dentista*, em **PA35**, *rei* por *caolho* e em **PA68**, *com ferro será ferido* por *não sabe como dói*.

O funcionamento do PA é, portanto, ligado a essa questão do surgimento do inesperado. Na maioria dos nossos dados podemos perceber que a surpresa está diretamente ligada à manutenção da estrutura significativa do provérbio original, o que indica que isso pode ser um aspecto do funcionamento semântico dos PAs.

Se levarmos em consideração que o provérbio só funciona como tal, dentre outros aspectos, porque possui uma estrutura congelada, veremos que a própria surpresa promovida pelo PA deriva em boa parte dessa característica dos provérbios, ou seja, a surpresa que é causada pelo PA, e que pode provocar riso, só pode ser surpresa porque temos um reconhecimento imediato do provérbio atestado, e conseqüentemente de que sua totalidade foi alterada. É o que ocorre com esses três dados que nos propomos a analisar, tomando como exemplo o primeiro caso, veremos que o reconhecimento ocorre por conta da enunciação da primeira parte da estrutura proverbial *quem tem boca vai*. Em seguida, opera-se a surpresa imediata, pois *ao dentista* não faz parte da estrutura proverbial original. Assim também ocorre com os demais casos expostos acima.

Lysardo-Dias (2001) aponta em sua análise sobre provérbios utilizados na imprensa escrita que, em alguns textos, a inserção de provérbios não é feita em sua totalidade, ou seja, há casos em que apenas um segmento do provérbio é verbalizado. No entanto, isso não impede que o leitor consiga reconhecer que se trata de um enunciado proverbial. Sua hipótese é que o leitor reconhece que se trata de um enunciado proverbial

---

<sup>20</sup> As numerações são referentes aos dados que estão anexados ao final da dissertação.

pela codificação do enunciado e pela própria bagagem cultural, aliadas ao contexto informativo do texto em que o segmento do provérbio é inserido.

Focalizando a atenção na instância de produção a autora diz:

*Do ponto de vista da instância de produção, trabalha-se com a previsão de que os sujeitos-interpretantes serão capazes de resgatar o provérbio apenas a partir do seu segmento inicial. É a convencionalização do provérbio que permite tal aposta: por se tratar de um enunciado coletivo cristalizado, parte desse enunciado já seria suficiente para suscitar a sua totalidade. Além de estar apoiada na bagagem cultural do sujeito-leitor, a instância de produção conta com a capacidade mental desse sujeito em relacionar parte do provérbio com a sua integralidade. (LYSARDO-DIAS, 2001, p. 187)*

Lysardo-Dias ainda observa que há uma dependência da realização dos segmentos de provérbio com relação ao gênero textual em que estão inseridos, pois estes segmentos aparecem normalmente em pequenas notícias que podem também ser chamadas de notas. Trata-se, portanto, de um texto bastante breve em que a inserção de segmentos proverbiais pode ser aceita e talvez seja mesmo um caso de coerção genérica.

O que nos importa, no entanto, é a semelhança dos casos analisados pela autora com os nossos dados. Trata-se de uma aposta no reconhecimento do provérbio a partir de um de seus segmentos, em geral de sua primeira parte. Assim é que podemos afirmar que a surpresa reside, de fato, na confluência de um reconhecimento da estrutura proverbial original e da inserção de um segmento novo, não proverbial.

### **3.3- Outros “ingredientes”**

Notamos, portanto, que o fator do elemento surpresa é, de fato, relevante para a construção do PA enquanto enunciado humorístico. No entanto, é necessário que acrescentemos outros “ingredientes” à análise do funcionamento humorístico do PA.

O que podemos notar é que a surpresa, causada pela troca ou pela inserção de um novo segmento na estrutura proverbial, provoca um deslocamento do proverbial para o não proverbial. Mas o fato é que tal deslocamento promove a mobilização de discursos

diferentes. É o que Raskin (1985) chama de *scripts*. Para Raskin, um texto humorístico funciona como tal se nele for possível detectar dois *scripts* sobrepostos<sup>21</sup>.

Raskin compreende por *script* o conhecimento internalizado pelo falante sobre certas coisas do mundo, como situações básicas, algumas rotinas etc.:

*The script is a cognitive structure internalized by the native speaker and it represents the native speaker's knowledge of a small part of the world. Every speaker has internalized rather a large repertoire of scripts of "common sense" which represent his/her knowledge of certain routines, standard procedures, basic situations, etc. (RASKIN, 1985, p. 81)*

No nosso caso, se fizéssemos uma análise à Raskin, teríamos dois *scripts* sobrepostos: um proverbial e um não proverbial. Obviamente que o provérbio seria o *script* sério<sup>22</sup> e o segmento inserido seria faria parte do *script* não sério. Há, portanto, uma mudança de uma enunciação séria (proverbial) para uma enunciação jocosa (não proverbial).

Mas o que queremos frisar é que por termos a mobilização de dois *scripts* distintos, temos também a mobilização de dois discursos distintos, que são o discurso proverbial e o discurso não proverbial, que é o discurso que provoca o riso.

Em **PA91**, temos a mobilização do discurso proverbial, instaurado pelo segmento *quem tem boca vai*, e a de um discurso não proverbial, instaurado pelo sintagma *ao dentista*. Como sabemos, o discurso proverbial mobilizado aqui é referente ao provérbio *quem tem boca vai a Roma*, que no sentido metafórico do enunciado quer dizer que quando se tem disposição para pedir informações se chega aonde se quer chegar, consegue-se o que se quer conseguir.

No enunciado alterado, *a priori*, ocorre um retorno ao sentido literal dos vocábulos do enunciado original. Assim, no enunciado proverbial, *quem tem boca* pode

---

<sup>21</sup> Ver Raskin, 1985, p. 99.

<sup>22</sup> Raskin introduz dois modos de comunicação, a *bona-fide communication*, que opera a partir do princípio da cooperação proposto por Grice, em que emissor e ouvinte engajam-se em torno da veracidade e relevância da mensagem, nas palavras de Raskin: "*Bona-fide communication is governed by the "co-operative principle" introduced by Grice (1975). According to the principle, the speaker is committed to the truth and relevance of his text, the hearer is aware of this commitment and perceives the uttered text as true and relevance.*" (RASKIN, 1985, p. 100), e a *non-bona-fide communication*, na qual o ouvinte não espera ouvir do emissor uma informação verdadeira ou relevante. No modo *bona-fide*, as máximas de Grice (da qualidade, da quantidade, da relação, etc.) valem normalmente, no entanto, no *non-bona-fide*, as máximas devem ser reestruturadas para o propósito do texto humorístico.

significar *quem tem disponibilidade, coragem para perguntar*, mas não *possuir uma boca*, isto é, o órgão destinado à ingestão de alimentos. No enunciado alterado, no entanto, é exatamente isso que ocorre. No nosso exemplo, *quem tem boca* deve mesmo significar *quem possui uma boca*. Ocorre, portanto, um processo de desmetaforização, pois as palavras passam a significar o seu sentido mais corrente, ou literal.

O discurso mobilizado pela alteração, revela, no mínimo, uma característica da sociedade, ou seja, a presença de um profissional que trabalha com a boca alheia, ou melhor, com os dentes alheios: o dentista. Mas há ainda um outro aspecto bastante interessante veiculado pela mensagem do PA, há uma generalização que afeta todos os seres humanos, ao menos os desta sociedade, ou seja, posto que todos os seres humanos possuem uma boca, o que o PA revela é que todos vão ao dentista.

Tal generalização pode muito bem ser falsa, mas também pode ser muito bem aceita, já que ela pode estar revelando uma característica de um povo (ou um problema de saúde pública...), ou seja, este provérbio alterado funcionaria numa sociedade em que as pessoas têm problemas com os dentes, e que, de uma maneira ou de outra, acabam indo ao dentista. A generalização ainda pode apontar para outro caminho: que não se trata de uma “sociedade cariada”, mas de uma sociedade consciente, que “visita o dentista regularmente”, hipótese talvez menos verdadeira do que a exposta acima, principalmente se levarmos em consideração o fato de que no Brasil a maioria das pessoas depende da saúde pública e que, por isso, nem sempre pode contar com um atendimento odontológico.

Assim o funcionamento do PA enquanto enunciado humorístico não depende apenas de uma reestruturação de um provérbio atestado, ao contrário, depende de uma gama de aspectos que vão compondo tal enunciação. Já citamos como exemplo de procedimentos que fazem o PA funcionar, o aspecto da surpresa, a noção técnica dos *scripts*, além da categoria relativa ao funcionamento geral do PA, exposta mais acima, que é a noção de *desvio*. Mas devemos ainda incorporar outros aspectos que influenciam no funcionamento e, principalmente, na construção dos sentidos do PA. Um desses aspectos é a dependência do PA com relação ao Interdiscurso. Mas antes de levantar uma discussão sobre a dependência do PA com relação ao Interdiscurso, gostaríamos de descrever um outro aspecto da enunciação do PA, a questão da desmetaforização.

#### 4- A desmetaforização

Para explicar este aspecto da enunciação dos provérbios alterados, recorreremos à distinção que abordamos anteriormente, proposta por Greimas, entre ditados e provérbios. Relembrando o que disse Greimas (1975), os provérbios são conotados e os ditados são denotados.

Dissemos também que tal distinção não nos seria útil. De fato não nos preocuparemos em distinguir provérbios de ditados, mas de qualquer forma levaremos em consideração que há provérbios que são conotados e há aqueles que não são.

Analisando os casos de PAs que pudemos encontrar em nossa pesquisa, podemos perceber que há um traço especial em certas alterações que é a quebra da conotação daqueles provérbios que originalmente eram conotados. A esse processo podemos chamar de desmetaforização.

Vejamos alguns casos:

*A cavalo dado não se olham os dentes* → *A cavalo dado não se olham os dentes para não levar mordida (PA1)*

*Depois da tempestade vem a bonança* → *Depois da tempestade o trânsito pára (PA23)*

*Depois da tempestade vem a gripe (PA24)*

*Em casa de ferreiro o espeto é de pau* → *Em casa de ferreiro só tem ferro (PA33)*

*Em terra de cego, quem tem um olho é rei* → *Em terra de cego, quem tem um olho é ciclope (PA34)*

*Em terra de cego quem tem um olho é caolho (PA35)*

*Em terra de cego, quem tem um olho é anormal (PA36)*

*Filho de peixe peixinho é* → *Filho de peixe faz bolhas na água com a boca (PA41)*

*Gato escaldado de água fria tem medo* → *Gato escaldado morre (PA42)*

*O pior cego é aquele que não quer ver* → *O pior cego é aquele que se recusa a ter cão (PA53)*



Podemos notar em todos esses exemplos, um processo de desmetaforização do provérbio. Nos enunciados originais percebemos que as palavras não apontam exatamente o seu referente “corriqueiro”, “literal”, etc. Pelo contrário, para as palavras de provérbios como estes que expusemos acima, não podemos buscar referentes no universo da significação literal, já que o sentido ficaria prejudicado. É o caso de *a cavalo dado não se olham os dentes*, em que o sentido não se dá no universo de cavalos e dentes, mas no universo das doações, dos presentes, ou seja, trata-se de uma advertência segundo a qual não se deve exigir algo daquilo que foi doado.

Assim também ocorre em *o pior cego é aquele que não quer ver* e *em terra de cego quem tem um olho é rei*, nos quais o sentido não gira em torno do problema da deficiência visual, mas em torno da evidência e da sobrelevação, respectivamente.

Em relação aos três provérbios destacados, notamos que, em seus respectivos PAs, há uma significação diferenciada, não mais metafórica. Em **PA1**, o que se pode notar é que com o acréscimo de *para não levar mordida*, o sentido se dá, diferentemente do provérbio, em torno da significação literal das palavras *cavalo* e *dentes*. Se tomarmos o enunciado como um texto humorístico, diremos que se trata de um texto que explora o duplo sentido, mas de uma maneira diferenciada, pois trabalha com o deslocamento do não literal para o literal. E o gatilho para que ocorra a mudança de *scripts* seria a palavra *mordida*.

Em **PA34**, **PA35** e **PA36** temos substituição do termo *rei* por *ciclope*, *caolho* e *anormal*, respectivamente. São as próprias substituições que funcionam como gatilho para a mudança do *script* proverbial para o não proverbial. A partir da exploração do *script* não proverbial, o sentido do enunciado passa a girar em torno do problema da deficiência visual, ou seja, *cego* passa a significar cego (deficiente visual) mesmo.

Em **PA53**, ocorre algo parecido com os exemplos do parágrafo anterior, pois também há substituição de um sintagma por outro (*não quer ver* por *se recusa a ter cão*). Aqui o gatilho é a palavra *cão*, e, assim como em **PA34**, **35** e **36**, o sentido se dá em torno da deficiência visual.

O mesmo processo ocorre nos outros enunciados que expusemos acima. Tanto em **PA23** e **24**, quanto em **PA33** e **PA41** há uma exploração da desmetaforização. O que ocorre, portanto, é um trabalho sobre a significação das palavras.

## 5 – Exploração do duplo sentido como um processo

Observamos no item anterior a existência de um grupo de PAs que promovem um processo de desmetaforização do provérbio. Este é, sem dúvidas, um aspecto bastante peculiar, mas que não é regra geral de funcionamento para todos os PAs, mesmo porque, como dissemos, há provérbios que originalmente nem são conotados (ver, por exemplo, *quem dá aos pobres empresta a Deus* ou *Deus ajuda a quem cedo madruga*).

No entanto, temos um processo que aparentemente funciona como eixo no funcionamento dos PAs, que é a exploração do duplo sentido.

O duplo sentido é um recurso tradicionalmente bastante explorado quando tratamos de textos humorísticos. Sabemos que em diversas piadas, o humor se dá, dentre outras coisas, pelo duplo sentido de uma palavra ou de uma expressão. Podemos perceber a exploração do duplo sentido nas piadas abaixo:

- *Sabe o que o passarinho disse pra passarinha?*

- *Não.*

- *Qué danoninho?*

*Domingo à tarde, o político vê um programa de televisão. Um assessor passa por ele e pergunta:*

- *Firme? O político responde:*

- *Não. Sírvio Santos.*<sup>23</sup>

Nesses dois casos notamos a exploração do duplo sentido. No primeiro exemplo, as possibilidades são: ler *danoninho* como o nome de uma bebida conhecida, ou ler como uma expressão, *danoninho = dar no ninho*. No segundo exemplo, temos outras duas possibilidades de leitura: *filme* compreendido como um cumprimento ou como variação de *filme*.

A exploração de tal recurso é comum no discurso humorístico, mas em se tratando de PAs, temos de fato um procedimento funcional. Não temos um duplo sentido funcionando apenas nos casos em que há o fenômeno da desmetaforização, ou seja, apenas naqueles casos em que o sentido das palavras deixa de ser “vazio” de referência para

---

<sup>23</sup> Exemplos extraídos de Possenti (1998).

assumir sua referência literal. Temos, também, o duplo sentido funcionando como uma parte de um processo semântico-discursivo nos demais casos de PAs.

Sem dúvida há uma recorrência à exploração do duplo sentido dos vocábulos empregados no enunciado proverbial, é o caso dos exemplos que utilizamos acima para ilustrar a desmetaforização ou de outros, por exemplo, **PA3**- *A fé remove montanhas, mas dinamite funciona melhor* e **PA11**- *Água mole em pedra dura tanto bate que acaba a água*, dentre outros.

No entanto, a questão do duplo sentido parece permanecer mesmo naqueles casos em que não há exploração do duplo sentido de vocábulos, ou seja, há uma exploração do sentido global do provérbio. Assim para um PA funcionar como um texto humorístico é necessário que haja uma leitura que consiga perceber a existências de dois discursos sobrepostos, o proverbial e o não proverbial, trata-se aqui também de um duplo sentido, mas numa esfera mais ampla, isto é, não aquele reservado apenas para a significação das palavras.

## **6 – Provérbios alterados, interdiscurso e humor**

Para uma das vertentes da AD, o interdiscurso é uma categoria muito relevante. Maingueneau (1984) fala em *primado do interdiscurso*, para uma certa tendência, da qual faz parte, que considera que o sentido (das palavras, dos enunciados) deriva em boa medida das relações interdiscursivas, grosso modo, dos sentidos que foram atribuídos antes e em outras enunciações.

Relembremos que em torno do termo interdiscurso, há uma certa confusão que esperamos ter já resolvido acima. Adotaremos, portanto, a definição (ou redefinição) que Maingueneau (Ibid.) atribuiu ao termo interdiscurso, no âmbito de sua semântica global.

Maingueneau (Ibid.) inscreve-se, portanto, na linha de pensamento daqueles que refletiram essencialmente sobre uma heterogeneidade constitutiva do dizer (ou seja, aquela que não é perceptível pelos aparelhos lingüísticos) como, por exemplo, aqueles que compuseram o círculo de Bakhtin e que se preocuparam com o dialogismo.

Tal inscrição implica na análise da relação entre o Mesmo do discurso e seu Outro. Como vimos no capítulo II dessa dissertação, a relação de um dizer com outros

dizeres tem sido objeto de estudo já há algum tempo pelas ciências da linguagem. Maingueneau também se preocupa com a constitutividade dessa relação em relação ao dizer. Por isso a remissão ao interdiscurso é aqui tão importante.

Dissemos acima que esse autor promove uma tripartição relevante na noção do interdiscurso. Tal tripartição corresponde a uma exploração do conceito de formação discursiva e suas relações em espaços diferenciados de dizer. A primeira categoria, como dissemos acima, é a de *universo discursivo*, conceito mais amplo que corresponde ao conjunto das formações discursivas que interagem em certa conjuntura; a segunda é a de *campo discursivo* que corresponde ao conjunto de formações que se encontram em concorrência; a terceira, *espaço discursivo*, é uma categoria relevante, posto que a partir dela e nela que o analista aplica as suas hipóteses com relação a subconjuntos de formações que julga necessário pôr em contato.

Assim, pensar neste “tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*” (MAINGUENEAU, 1984, p. 38).

O Outro, portanto, é pensado numa posição privilegiada, posto que ele não é visto apenas como um lugar estático, ao qual se fazem remissões explícitas, ao contrário:

*o Outro não deve ser pensado como uma espécie de “envelope” do discurso, ele mesmo considerado como o envelope de citações tomadas em seu fechamento. No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. (Ibid, p. 39).*

Devemos lembrar o que dissemos acima sobre a natureza *tópica* do provérbio, ou seja, o fato de que, por ser um reservatório de *topoi*, ele estaria ligado a um universo discursivo e não a um campo ou a um espaço. No caso do nosso objeto de estudo, há que se considerar uma série de outros fatores interdiscursivos.

Primeiramente tratemos do óbvio: para significar o PA necessita intrinsecamente da presença do enunciado proverbial, o que por si só já garante uma espécie de relação interdiscursiva. Assim um PA busca no universo discursivo um

provérbio susceptível de alterações e ao alterá-lo carrega sua significação para um campo específico do discurso, por exemplo, o discurso humorístico sobre as relações sexuais, sobre a “inteligência” das loiras, etc. Vejamos alguns casos:

**PA32:** *É dando que se ganha má fama.*

**PA86:** *Quem ri por último é loira.*

Em **PA32**, percebemos que se trata de um discurso comum sobre a sexualidade e, principalmente, sobre a sexualidade das mulheres<sup>24</sup>. Em linguagem corrente, sabemos que *dar* implica que alguém, no caso a mulher, mantém relação sexual com outra pessoa. Dessa maneira, o sentido do provérbio é deslocado de um universo discursivo para um outro discurso que não tem necessariamente relação com aquele universo e desse modo seu sentido é sobreposto pelo sentido da alteração proverbial.

Já em **PA86**, o que temos é o discurso do humor já bastante repetido sobre a suposta “burrice” das loiras. O fato é que podemos encontrar sem muitas dificuldades “piadas de loiras”, nas quais a regularidade gira em torno da falta de inteligência e, não raro, da disponibilidade sexual das mulheres loiras. Como nos casos abaixo:

#### ***Loira Esperta***

*A loira entra correndo em casa e grita:*

— *Papai, papai, eu vi dois ladrões roubando nosso carro!*

— *Você é capaz de reconhecê-los? - pergunta o pai.*

— *Não! - ela responde - Mas eu anotei a placa!*

#### ***Mamilo e Mama***

*Na faculdade, no meio de um papo entre amigos sobre anatomia, um engraçadinho resolveu sacanear uma loira:*

- *Carol, você sabe qual é a diferença entre o mamilo e a mama?*

*A loira, depois de alguns minutos pensando respondeu:*

- *“Mamilo” é o que me chupam... E “Mama” é uma ordem que me dão!*

Nestes dois exemplos, podemos perceber a estereotipagem típica do discurso humorístico sobre as loiras, em *Loira Esperta*, é a noção da falta de inteligência que é ressaltada pelo ato da loira de anotar a própria placa do carro da família que fora roubado.

---

<sup>24</sup> É possível também que esse PA faça sentido se aplicado às relações homossexuais, posto que *dar* não significa apenas manter relação sexual com alguém, mas manter relação sexual “passiva” com alguém. A dicotomia, em linguagem corrente seria *dar* e *comer*, que implicariam em *passividade* e *atividade*.

Em *Mamilo e Mama*, é a idéia da disponibilidade sexual, ressaltada pela recorrência, por parte da loira, ao explicar a diferença entre mamilo e mama, a um campo sexual.

No caso de **PA86**, o discurso corrente sobre as loiras é inserido pela substituição do sintagma *ri melhor* pelo *é loira*. Dessa maneira, o sentido do provérbio é, de certa forma, apagado pelo novo sentido construído pela alteração, mas subsiste, pois, em boa medida, é na relação com ele que o novo sentido se constrói.

O que conseguimos perceber é que embora o provérbio seja apresentado com seu sentido “comprometido” nas alterações, ele não pode ser, de maneira alguma, subtraído, nem o seu sentido “original”, nem a sua estrutura (ou pelo menos parte dela). Portanto temos uma relação de dependência entre enunciados e, num nível estrutural, podemos afirmar que tal relação é responsável pela produção de humor, posto que, para que o novo enunciado funcione como um enunciado humorístico, deve haver um reconhecimento do enunciado antigo no enunciado novo de modo que tal reconhecimento possibilite saber que se trata de uma alteração humorística.

O PA é, portanto, um típico enunciado que faz da heterogeneidade enunciativa o fundamento principal de seu funcionamento, pois se trata de um discurso que, de início, funda-se na veiculação de dois discursos distintos, o proverbial e o não proverbial.

Temos, no entanto, uma enunciação atípica, na qual a relação de dependência do outro é explicitada, mas ao mesmo tempo negada. O PA configura-se, então, como uma boa amostragem de fenômenos discursivos e também como veiculador de discursos diversos.

Outro aspecto relevante na construção do sentido do PA não diz respeito especificamente a essa relação de heterogeneidade mais aparente que viemos mostrando até aqui, mas à própria veiculação de dois discursos distintos por um mesmo enunciado. A distinção entre os dois discursos, pretendemos demonstrar, não depende especificamente da relação proverbial X não proverbial, mas de fatores de outra ordem.

## V – O DISCURSO DOS PROVÉRBIOS ALTERADOS

### 1 – Uma competência discursiva

Embora tenhamos uma heterogeneidade mostrada, promovida pela cristalização do provérbio, ou seja, no PA temos um constituinte que vem mostradamente de outro lugar (o provérbio), temos uma veiculação de outros discursos que não estão na (ou não são da) ordem do proverbial. O que ocorre por vezes (ou quase sempre) é que essa ordem proverbial é quebrada e há uma relação interdiscursiva muito mais ampla do que pode parecer. Ou seja, não se trata apenas de um enunciado que faz graça com o provérbio; além disso, o PA é um enunciado que significa a partir de relações interdiscursivas com outros discursos e não só com o discurso do provérbio.

Nesse primeiro momento consideraremos algumas proposições feitas por Maingueneau (Ibid.) a respeito do que ele chamou de *competência discursiva*. Tal conceito, a despeito do que possam pensar alguns, nada tem de reinstaurador de uma subjetividade consciente. Ao contrário, é pensado no universo das relações semânticas dos discursos e não tem a ver com uma competência individual, mas está mais ligado às próprias coerções impostas pelos discursos.

Assim, uma competência discursiva, para Maingueneau, supõe que o sujeito de um discurso só pode dominá-lo inscrevendo-se e apreendendo um *sistema de restrições semânticas* único desse discurso. Maingueneau postula que:

*O sistema de restrições semânticas que teremos que definir não visa de forma alguma engendrar frases gramaticais, mas a definir operadores de individuação, um filtro que fixa os critérios em virtude dos quais certos textos se distinguem do conjunto dos textos possíveis como pertencendo a uma formação discursiva determinada. (Ibid., p. 49).*

Dessa maneira, não se trata de um sistema de regras gramaticais de um discurso, mas de um sistema no qual, como o próprio autor diz, as estruturas da língua serão consideradas como “elemento prévio que se impõe ao discurso” (Ibid.) e as filtragens operadas se darão em dois domínios: o universo intertextual e os múltiplos dispositivos retóricos disponíveis num discurso.

Retomando uma noção de Foucault, sobre a raridade do enunciado, o autor propõe uma das características fundamentais da noção de competência discursiva: a idéia da pobreza do sistema de restrições. Segundo Maingueneau, “a “raridade” mais extrema que se pode aprender aqui é justamente a dos próprios sistemas de competência, tão pobres quando se pensa na imensidão e na diversidade da superfície textual que autorizam” (Ibid, p. 52).

Dessa forma, o autor delinea uma relação estreita entre a simplicidade/pobreza do sistema de restrições e a apreensão/dominação desse sistema pelo sujeito. Mas, adverte, ainda, que não há uma escolha “livre” dos discursos por parte dos Sujeitos, ela se dá por uma determinação histórica.

Maingueneau ainda fala de uma *competência interdiscursiva*. Este era o ponto em que gostaríamos de chegar. Em certo ponto de seu livro, o autor utiliza, para dar conta da concepção de discurso, o exemplo do pastiche. Tal exemplo permite que compreendamos como funciona o sistema de restrições de um discurso. Para Maingueneau, o produtor de um pastiche, para que possa fazê-lo, deve conhecer as regras de um discurso, na medida em que é a partir delas que conseguirá compor um grande número de enunciados novos. É aqui que introduz o conceito de competência interdiscursiva, o que solucionaria um problema com a imitação de um discurso. Para o autor, “o enunciador de um discurso dado não pode se colocar como falseador dos enunciados de seu Outro. Se ele procura ‘imitá-los’, só poderá produzir textos que decorrem de sua própria competência” (Ibid, p. 57). A competência interdiscursiva supõe dois tipos de aptidões:

- *a aptidão para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da (ou das) formação(ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro;*
- *a aptidão de interpretar, de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições. (Ibid.)*

Pensando esses pressupostos em relação à enunciação do PA, as relações interdiscursivas entre os enunciados mobilizados não se dão apenas, como já dissemos, naquele primeiro nível superficial já ressaltado, mas também em torno da mobilização de discursos e competências distintas.

Afirmamos acima o pertencimento do provérbio a um universo discursivo, por conta de sua natureza tópica, mas há que se reiterar tal afirmação: o provérbio deriva sim de



um universo discursivo, mas esse universo compreende uma gama bastante ampla de discursos, que pode, inclusive, ser pensada numa relação estreita com “todos” os falantes de uma língua. Dessa forma, o enunciador de um provérbio corresponderia ao número de falantes de uma língua.

Tal reiteração é importante para que pensemos novamente na relação entre PA e provérbio: o funcionamento do PA inclui, como pudemos notar acima, o provérbio como seu constituinte, mas isso não é um procedimento inexplicável ou derivado da “boa vontade” do sujeito falante, ao contrário, a estratégia adotada no PA é mobilizar discursos a partir da retomada de um enunciado que pode ser reconhecido por todos os falantes de uma língua, ou seja, o provérbio, posto que ele, por ser parte de um amplo universo discursivo, pode inclusive fazer parte do “dicionário” de uma língua.

Nossa hipótese é que quando tratamos de “imitação” proverbial, ou seja, do PA, temos uma espécie diferente de discursividade e de interdiscursividade. Estamos, pois, num nível interdiscursivo diferente daquele proposto por Maingueneau a respeito das imitações, já que não temos apenas uma competência discursiva trabalhando e produzindo enunciados de acordo com o seu sistema de restrições.

Isso pode ocorrer, é fato, com alguns exemplos de PAs, principalmente com aqueles em que há explicitamente uma subversão proverbial. É o caso de

**PA26:** *Devagar nunca se chega*

**PA76:** *Quem espera nunca alcança*

nos quais há um sentido absolutamente oposto do sentido do provérbio. Obviamente não se trata de imitação, mas de contestação da verdade proverbial. Nestes casos teríamos dois discursos sobrepostos e uma competência discursiva lendo o provérbio a partir de seu sistema de restrições. Mas esse não é um procedimento igual para todos os PAs.

Dizíamos, então, que, na maioria dos casos de PAs, não temos uma e apenas uma competência discursiva funcionando, mas competências de diferentes níveis.

Uma primeira competência diz respeito ao discurso do provérbio introduzido no PA. Essa parece ser uma relação que facilmente se explica: sendo o provérbio um enunciado reconhecido por “todos”, supõe-se que todos os falantes sejam competentes em “matéria” de provérbio para que possam reconhecer e compreender a alteração proverbial

como tal. Temos, portanto, uma competência no nível do universo discursivo, enquanto que no discurso estrito do PA, temos uma competência um pouco diferente dessa que se dá no nível do universo.

Vimos no último item do capítulo anterior, dois exemplos de PA (**PA32** e **PA86**) que veiculavam dois discursos distintos sobre a mulher. Num deles, tratava-se da questão da sexualidade feminina e uma certa visão machista sobre ela. No outro havia um discurso já bastante conhecido sobre a suposta “burrice” das loiras. Esses discursos distintos revelam que o material discursivo trabalhado pelos PAs é de natureza bem ampla, isto é, nós temos diversos discursos mobilizados pelos PAs que ultrapassam a questão provérbio X não provérbio, e nesses discursos mobilizados é que podemos encontrar novos níveis de competência (inter)discursiva.

## **2 – Enunciados polêmicos?**

Se fizermos uma leitura rápida nos dados que possuímos perceberemos que podemos separá-los em dois grandes grupos. No primeiro grupo de enunciados poderíamos reunir os enunciados que veiculam, por exemplo, algum discurso típico do humor (como no caso do discurso sobre as loiras), no outro grupo poderíamos reunir os enunciados que não têm necessariamente uma relação direta com discursos pré-estabelecidos por uma interdiscursividade humorística.

Dentro do primeiro grupo de enunciados poderíamos destacar PAs já mencionados acima, como os dados **PA32** e **PA86**, dentre outros. No segundo grupo teríamos discursividades estabelecidas no momento da enunciação. São alguns dos PAs que jogam com a metáfora e com a literalidade das palavras e expressões que compõem o provérbio (embora saibamos que no primeiro grupo tais estratégias também ocorrem).

Resta saber se estes dois grupos, que instauram duas discursividades distintas, em termos de efeitos de sentido são muito diferentes entre si. Ao primeiro grupo, gostaríamos de acrescentar ainda, por um motivo não muito óbvio, os enunciados que contradizem explicitamente os provérbios. O fato é que tentaremos tratar tais enunciados (tanto os que contradizem quanto os outros do grupo) considerando-os numa relação interdiscursiva clara e, às vezes, polêmica. Obviamente, no caso dos PAs que contradizem

há uma relação polêmica visivelmente estabelecida, no entanto, nos outros enunciados do grupo aparentemente não há. O que queremos defender é que mesmo não havendo uma polêmica aparente, pode haver alguma outra que não esteja estabelecida apenas no nível proverbial, ou seja, em alguns desses enunciados não temos uma polêmica entre proverbial e não proverbial, mas entre discursos outros que não o do provérbio.

Destacaremos abaixo os PAs que, no nosso ponto de vista, estariam inseridos no primeiro e no segundo grupo de enunciados, respectivamente:

### **Grupo 1:**

- PA2- A esperança e a sogra são as últimas que morrem;*
- PA4- A luz no fim do túnel, é um caminhão no sentido contrário;\**
- PA5- A ocasião faz o furto, o ladrão já nasce feito;*
- PA7- A roupa faz o homem;*
- PA9- A voz do povo é a voz do povo;*
- PA10- Água mole em pedra dura tanto bate até que cansa e pára*
- PA12- Água mole em pedra dura, tanto bate e nunca fura;*
- PA14- Alegria de pobre é impossível;*
- PA15- Antes à tarde do que nunca;*
- PA16- Antes só do que com violadores numa cela;*
- PA19- Carro a álcool, você ainda vai empurrar um;\**
- PA21- Como diria Edir Macedo: "Templo é dinheiro";\**
- PA22- Deitar cedo e cedo erguer dá imenso sono;*
- PA23- Depois da tempestade o trânsito pára;*
- PA24- Depois da tempestade vem a gripe;*
- PA25- Deus escreve certo por linhas tortas. Mas a besta da sua empregada não consegue nem anotar um recado;*
- PA26- Devagar nunca se chega;*
- PA27- Devo, não pago. Nego enquanto puder;\**
- PA28- Dize-me com quem andas e dir-te-ei que se for de carro eu quero uma carona;*
- PA29- Dizes-me com quem andas e eu te direi se vou contigo;*
- PA30- É chato ser bonito. Mas é muito mais chato ser feio;\**
- PA31- É dando que se engravida;*
- PA32- É dando que se ganha má fama;*
- PA35- Em terra de cego quem tem um olho é caolho;*
- PA36- Em terra de cego, quem tem um olho é anormal;*
- PA38- Em terra de homossexual, quem tem dois sexos é rei;*
- PA40- Errar é humano, acertar o alvo é muçulmano;*
- PA44- Há males que vêm para foder com todo mundo;*
- PA45- Há males que vêm para pior;*
- PA48- Mais vale um na mão do que dois no sutiã;*
- PA50- Não faça hoje o que podes deixar para amanhã;*
- PA51- Nos restaurantes baianos, a pressa é inimiga da refeição;*
- PA52- Nunca deixe para amanhã o que você pode fazer depois de amanhã;*
- PA53- O pior cego é aquele que se recusa a ter cão;*
- PA54- O Senhor é o meu pastor e fica latindo a noite inteira no quintal;\**
- PA55- Os ginecologistas sabem que é dedando que se recebe;*
- PA56- Os últimos serão desclassificados;*
- PA57- Os últimos serão os primeiros a reclamar;*
- PA58- Os últimos serão os primeiros a tomar bronca pelo atraso;*

PA60- Pau que nasce torto, mija fora da privada;  
PA61- Pau que nasce torto mija no chão;  
PA62- Quando um não quer o outro insiste;  
PA63- Quando um não quer o outro vira do lado e dorme;  
PA64- Quem ama o feio é cego;  
PA65- Quem ama o feio, é porque o bonito não lhe aparece;  
PA66- Quem cedo madruga fica com sono o dia inteiro;  
PA67- Quem cedo madruga passa o dia cansado;  
PA69- Quem corre alcança, quem anda nunca chega lá;  
PA70- Quem dá aos pobres cria o filho sozinho;  
PA71- Quem dá aos pobres, empresta. Adeus!;  
PA72- Quem dá aos pobres, fica com menos;  
PA73- Quem dá aos pobres nunca será uma bicha rica  
PA74- Quem dá aos pobres, paga o motel;  
PA75- Quem espera fica de saco cheio;  
PA76- Quem espera nunca alcança;  
PA77- Quem espera, sempre cansa;  
PA81- Quem não tem cão não caça;  
PA85- Quem o feio ama, é porque vê mal;  
PA86- Quem ri por último é loira;  
PA88- Quem ri por último é retardado;  
PA89- Quem ri por último não entendeu a piada;  
PA90- Quem ri por último ou é surdo ou retardado;  
PA95- Quem tudo quer, tudo tem;

## **Grupo 2:**

PA1- A cavalo dado não se olham os dentes para não levar mordida;  
PA3- A fé remove montanhas, mas dinamite funciona melhor;  
PA6- A pressa é a inimiga da refeição, pois quem chega cedo, come cru;  
PA8- A união faz o açúcar;  
PA11- Água mole em pedra dura tanto bate que acaba a água;  
PA13- Águas passadas já passaram;  
PA17- Antes tarde do que mais tarde;  
PA18- Cada macaco com a sua macaca;  
PA20- Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém... exceto à galinha!  
PA33- Em casa de ferreiro só tem ferro;  
PA34- Em terra de cego, quem tem um olho é ciclope;  
PA37- Em terra de cego, quem tem um olho vê cada coisa;  
PA39- Em terra de sapo, cuidado com o veneno deles;  
PA41- Filho de peixe faz bolhas na água com a boca;  
PA42- Gato escaldado morre;  
PA43- Há males que vêm para o bem, mas a maioria vem para o mal mesmo;  
PA46- Já que a primeira impressão é a que fica, use uma impressora laser!  
PA47- Mais vale tarde do que muito mais tarde;  
PA49- Mais vale um pássaro no "chão" do que "bois" voando;  
PA59- Para bom bebedor meia garrafa basta;  
PA68- Quem com ferro fere não sabe como dói;  
PA78- Quem fala o quer não leva desaforo pra casa;  
PA79- Quem não arrisca, não se lixa;  
PA80- Quem não tem cão caça latindo;  
PA82- Quem não tem cão não gasta dinheiro com veterinário;  
PA83- Quem não tem padrinho morre pagando;  
PA84- Quem nunca comeu melado nunca vai ter cárie;  
PA87- Quem ri por último é porque está conectado a 2400 bps;

*PA91- Quem tem boca vai ao dentista;*  
*PA92- Quem tem boca vai a Roma? Meu fogão tem quatro e não saiu da cozinha;*  
*PA93- Quem tem pressa come cru, quem não tem fica com fome;*  
*PA94- Quem tudo quer fica enchendo o saco pedindo;*  
*PA96- Quem vê cara não vê o resto;*  
*PA97- Se Maomé não vai à montanha, então vai à praia;*  
*PA98- Sol e chuva, vou sair de guarda-chuva.\*<sup>25</sup>*

## 2.1 – Subversões autênticas

Os primeiros casos que gostaríamos de analisar são os PAs que se estabelecem numa relação polêmica explícita com os provérbios originais, na qual os traços positivos do discurso do provérbio são compreendidos pelo discurso do PA como negativos.

Em dois desses casos, a estratégia parece ser bem simples, pois se trata apenas de negações explícitas de provérbios reconhecidos. São os casos: **PA26** – *devagar nunca se chega* e **PA74** – *quem espera nunca alcança*.

A relação polêmica estabelecida, como dissemos, passa pela negação explícita do dito proverbial. Em **PA26**, trata-se da subversão do provérbio *devagar se vai ao longe*, e em **PA76**, da subversão de *quem espera sempre alcança*. Em ambos os casos, a subversão se dá pela inserção do advérbio *nunca*.

Nesses dois casos, o que podemos notar é que, novamente temos uma relação interdiscursiva, e agora também polêmica, no campo da proverbialidade. Dessa maneira, as negações dos provérbios atestados instauram uma discursividade que lida estreitamente e explicitamente com o problema da verdade proverbial, ou seja, nos novos enunciados, a verdade proverbial é “contestada” explicitamente pela negação.

Assim, temos uma direção argumentativa contrária nestes dois exemplos: enquanto em *devagar se vai ao longe*, ressalta-se a importância da tranquilidade, da paciência, em **PA26**, privilegia-se justamente o contrário, numa crítica explícita ao que é dito no provérbio. Do mesmo modo, temos em *quem espera sempre alcança*, uma valorização, novamente, da paciência, enquanto que em **PA76**, temos uma desvalorização

---

<sup>25</sup> Os PAs marcados com asterisco não têm como correspondentes originais provérbios atestados, mas enunciados que são de outro domínio. Portanto, o modo como vínhamos definindo *provérbio* aqui não contempla os correspondentes originais desses PAs. É o caso do dado **PA54**- *O Senhor é o meu pastor e fica latindo a noite inteira no quintal*, cujo correspondente original é *o Senhor é meu pastor e nada me faltará*, proveniente do salmo 23 do livro dos Salmos da Bíblia, ou do dado **PA19**- *Carro a álcool, você ainda vai empurrar um*, cujo correspondente original é, na verdade, um slogan publicitário *carro a álcool, você ainda vai ter um*.

de tal virtude. No entanto, se observarmos novamente o primeiro grupo de enunciados, notaremos que há casos em que, mesmo não veiculando uma contradição explícita do dito proverbial, há contradição da verdade proverbial. Destaquemos três exemplos: **PA4** – *a luz no fim do túnel é um caminho no sentido contrário*; **PA50** – *não faça hoje o que pode deixar para amanhã* e **PA67** – *quem cedo madruga passa o dia cansado*.

Notemos que as estratégias de argumentação não são constituídas apenas pela negação da verdade proverbial, como nos exemplos acima, mas mesmo assim, podemos perceber que há uma contestação da verdade proverbial. É o que ocorre em **PA4**, nesse exemplo, a contestação se dá indiretamente, pela inserção de *é um caminho no sentido contrário*. Com tal inserção, a verdade veiculada pelo provérbio *uma luz no fim do túnel*, cuja idéia principal é a valorização da esperança, é contestada, pois se trata de dizer que a esperança (representada pela *luz no fim do túnel*) não passa de algo que não existe, ou que não vale a pena esperar, já que se trata de *um caminho no sentido contrário*, o que representa algo ruim.

Algo parecido ocorre em **PA50**, a diferença é que não temos a inserção de novos termos no significante proverbial, mas uma inversão na ordem das coisas. Em *não deixe para amanhã o que pode fazer hoje*, ocorre uma valorização da aplicação ao trabalho, do esforço, etc. Mas em **PA50** há, ao contrário, uma valorização da preguiça, e isso se dá pela inversão na posição dos verbos (*deixar, poder e fazer*) e os dêiticos (*hoje e amanhã*) do enunciado proverbial.

Já no dado **PA67**, há uma estratégia diferente da maioria dos PAs, visto que não se trata da primeira parte do provérbio que é aqui veiculada, mas da segunda, ou seja, do provérbio *Deus ajuda a quem cedo madruga*, é justamente *quem cedo madruga* que serve como elemento proverbial nessa subversão. Novamente, o que temos é uma desvalorização do dito proverbial, o caráter positivo ressaltado pelo provérbio, notadamente sobre o trabalho (*quem cedo madruga* – obviamente para trabalhar), é negativizado pela alteração (*passa o dia cansado*).<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Mesmo nos dados em que temos subversões autênticas, nos quais o dito proverbial é contestado de maneira explícita (assim como nos outros dados e textos em que figuram PAs) há um certo paradoxo: o PA, para significar, necessita do seu outro e ao necessitar dele acaba por citá-lo. Dessa forma, ao mesmo tempo em que há uma contestação do dito proverbial, há também um reforço da existência do próprio provérbio, há uma colaboração na difusão dos ditos proverbiais.

Nossa conclusão é que, num primeiro subgrupo de enunciados do primeiro grande grupo de PAs, o sentido do novo se dá em torno de uma tensão entre proverbial e não proverbial. E essa tensão é que podemos ver como polêmica. Assim, muitos dos casos de PA podem ser encarados como um discurso polêmico, mas não como uma polêmica, encarada como “uma sucessão mais ou menos longa de textos que se opõem sobre uma “questão”, um tema de debate ou uma rede de questões conexas” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 379).

Portanto, o discurso de alguns PAs pode ser encarado como um discurso polêmico. *Polêmico*, entraria aqui como um adjetivo e “refere-se a um certo regime do discurso, em que a fala tem um claro objetivo de refutação” (Ibid., p. 380), dessa forma, “o discurso polêmico é um discurso *desqualificador*, o que quer dizer que ele ataca um *alvo* e põe a serviço desse objetivo pragmático dominante [...] todo o arsenal de seus procedimentos retóricos e argumentativos.” (KERBRAT-ORECCHIONI citado por CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 380).

Maingueneau (1984 e 1987) trabalha com a hipótese de uma *interincompreensão regrada*, para as relações discursivas construídas em torno de uma polêmica. Em *Gênese dos Discursos*, sua preocupação se dá em torno de dois discursos devotos, o Humanismo Devoto e o Jansenismo, que em certo momento da História estabeleceram uma relação polêmica.

O autor compreende que as relações interdiscursivas de um espaço discursivo dado, o qual pode ser considerado como “rede de interação semântica” (MAINGUENEAU, 1984, p. 103), determinam um processo de “tradução” de discursos. Dessa forma, na polêmica, um discurso “interincompreende” seu Outro, de modo que “traduz” os semas positivos de seu Outro como negativos e os negativos como positivos.

Utilizando um exemplo do próprio autor, o enunciador jansenista deve

*mostrar que a função de “harmonização” que se encontra na raiz do sistema de seu Outro associa duas categorias que devem permanecer antonímicas, e não define, pois, categorias positivas. Nessa perspectiva, o sistema humanista devoto aparece como /Mistura/ ímpia de contrários que não confessa como tal: compete então ao enunciador jansenista levar essa /Mistura/ (...) ao registro negativo; a /Moderação/, por exemplo, será analisada como uma /Fraqueza/ mascarada. (Ibid, p.107).*

O autor faz ainda uma distinção entre os dois discursos envolvidos na polêmica: ele chama de “*discurso agente* aquele que se encontra na posição de tradutor e de *discurso paciente* aquele que é assim traduzido” (Ibid., p. 103). Acrescenta ainda que a “noção de discurso agente remete a um único papel: em uma polêmica, os papéis de agente e paciente se alternam constantemente” (Id., 1987, p. 122).

Aqui é que temos uma certa diferença entre a polêmica analisada pelo autor e o discurso polêmico do PA. Trata-se de um discurso que se funda polemicamente, mas não há o estabelecimento de uma polêmica. Portanto só podemos ler um dos discursos como agente, ou seja, o do PA. O que, no entanto, não nos proíbe de formular considerações sobre uma possível interincompreensão constitutiva do discurso dos PAs.

Retomando os exemplos de negação expostos acima, notaremos que em **PA26** *devagar nunca se chega* e em seu correspondente proverbial *devagar se vai ao longe* (assim como em **PA76** e seu correspondente proverbial), os semas positivos e os semas negativos do discurso proverbial são os mesmos do discurso não proverbial, porém eles entram nesse discurso em ordem inversa:

<i>Devagar se vai ao longe</i> <i>Quem espera sempre alcança</i>		<i>Devagar nunca se chega</i> <i>Quem espera nunca alcança</i>	
<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>	<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>
Paciência	Impaciência	Impaciência	Paciência

Dessa forma, adotando o que propõe Maingueneau sobre interincompreensão, a discursividade dos PAs que contradizem os provérbios funda-se num espaço discursivo próprio da proverbialidade e o discurso do PA interincompreende seu outro, tornando negativo e positivo o que no discurso proverbial é positivo e negativo respectivamente.

É possível, pois, aplicar a proposta da interincompreensão, mesmo não se tratando exatamente de uma interincompreensão conforme pensada por Maingueneau, posto que só teríamos um discurso agente que é o discurso do PA.



## 2.2 – Recurso ao sexo

Em alguns dos dados expostos acima no grupo 1, é a temática sexual que predomina. É sabido, também, que tal temática é recorrente no discurso humorístico em geral. Portanto, não é nada difícil encontrar piadas, anedotas, ou mesmo programas humorísticos de TV, nos quais o sexo reina soberano.

Possenti (1998), fornecendo uma das hipóteses pelas quais justifica o seu interesse pelas piadas, afirma:

*As piadas são interessantes porque são quase sempre veículo de um discurso proibido, subterrâneo, não oficial, que não se manifestaria, talvez, através de outras formas de coletas de dados, como entrevistas. Outra face da mesma característica é que as piadas veiculam discursos não explicitados correntemente (ou, pelo menos, discursos pouco oficiais). Segundo as piadas, por exemplo, as pessoas casam por interesse (e não por amor), os governantes são ridículos (e não competentes e dedicados) (...), etc. (POSSENTI, 1998, p. 26).*

No nosso ponto de vista, o recurso ao sexo em textos humorísticos tem a ver com essa predisposição do humor em falar de coisas que são, de certa forma, proibidas socialmente. Podemos afirmar que o sexo, em nossa sociedade, é um tema que sofre inúmeras restrições, para não dizer que se trata de um tema tabu. Assim, o humor, munido dessa predisposição ao subterrâneo, trata do sexo de maneira mais ou menos “livre”.

Encontramos, portanto, piadas como:

*Uma noiva muito nervosa, casou virgem e ficou muito brava com o marido. Ela achou que ele estava parecendo um tarado na noite de núpcias. Muito nervosa e tremendo, falou, soluçando:*

— *Carlos! Eu exijo maneiras na cama. Como se a gente estivesse na mesa!*

*O marido deita-se na cama, ajeita o pijama, sorri para ela e pergunta:*

— *Está bem. Está melhor assim, meu amor?*

— *Sim.*

— *Ótimo. Então vamos lá. Querida, você pode me passar a vagina, por gentileza?*

e

*Após uma longa viagem pela África, o amigo desabafa:*

— *Cara, tô mal... Tô arrasado...*

— *Que foi, cara? — interrompe o amigo — Acabou de voltar de férias e já está com essa cara de bunda?*

— *É que aconteceu uma coisa super chata lá, cara... Imagina que eu tava lavando o rosto na beira do rio e apareceu um gorila enorme na minha frente, quer dizer, nas minhas costas. Ele me agarrou, me apertou... E me comeu, cara! Ele me comeu!*

— *Te comeu? Puxa... Que chato mesmo... Mas quer um conselho? Esquece isso! Ninguém vai saber... Você sabe, gorila não fala!*  
— *Pois é!* — *concordou ele* — *Não fala, não telefona, não manda notícias...*

que, embora tratem de matérias distintas, abordam o sexo de um modo, inclusive, grosseiro. Abordagem que, num outro discurso, provavelmente não seria possível.

No primeiro grupo de enunciados, a temática sexual pode ser encontrada em:

*PA15- Antes à tarde do que nunca;*  
*PA16- Antes só do que com violadores numa cela;*  
*PA31- É dando que se engravida;*  
*PA32- É dando que se ganha má fama;*  
*PA38- Em terra de heterossexual, quem tem dois sexos é rei;*  
*PA48- Mais vale um na mão do que dois no sutiã;*  
*PA62- Quando um não quer o outro insiste;*  
*PA63- Quando um não quer o outro vira do lado e dorme;*  
*PA70- Quem dá aos pobres cria o filho sozinho;*  
*PA73- Quem dá aos pobres nunca será uma bicha rica;*  
*PA74- Quem dá aos pobres paga o motel.*

Em *PA16*, o provérbio *antes só do que mal acompanhado* é invertido para a temática sexual com a troca do sintagma *mal acompanhado* pelo *com violadores numa cela*. Além do vocábulo *violadores*, que poderia inserir sozinho a temática sexual, se fizermos uma leitura mais global do enunciado descobriremos também um discurso marginal sobre a situação das instituições de detenção brasileiras.

Dessa forma, podemos afirmar que o discurso sexual é introduzido no enunciado pela veiculação do vocábulo *violadores*, enquanto que o discurso sobre a detenção no Brasil, introduz-se pelo vocábulo *cela*. O discurso marginal a que fizemos menção acima é aquele que trata das relações entre os detentos. Segundo tal discurso, os detentos veteranos defloram os novatos, num ato de demonstração de autoridade.

Já em *PA38*, *em terra de heterossexual, quem tem dois sexos é rei*, o provérbio *em terra de cego quem tem um olho é rei* é alterado para servir a um discurso que, de certa forma, não é próprio do discurso do humor sobre a homossexualidade. Pelo contrário, se lermos algumas piadas sobre homossexuais, veremos que o discurso ali veiculado tem um caráter fortemente deturpador da figura do homossexual, promovendo uma imagem, normalmente, promíscua de tais indivíduos:

*Para fazer uma surpresa no dia do aniversário do namorado Bernardo, Bruno resolveu tatuar as iniciais dos dois em suas próprias nádegas, ou seja, um "B" em cada uma.*

*Para melhorar o efeito surpresa, enquanto seu namorado tomava um banho, Bruno tirou a roupa e postou-se de quatro na cama.*

*Assim que Bernardo entrou no quarto, perguntou:*

*- Ei, quem é esse tal de Bob?*

*A bicha entra num banheiro público para fazer xixi. Ao lado dela está um corcunda fazendo o mesmo.*

*Quando a bicha percebe o tamanho descomunal do pau do aleijado, diz:*

*— Minha nossa! Se eu tivesse um assim, ficava com ele na boca o tempo todo!*

*E o corcunda:*

*— E você acha que eu sou corcunda por quê, querida?*

Percebemos, portanto, que o discurso das piadas acima não coincide com aquele veiculado pelo PA, temos, portanto, um discurso anti-homofóbico, que não estabelece polêmica com o discurso proverbial, posto que aproveita de sua estabilidade semântica e estrutural para valorizar não um discurso sobre esperteza e inteligência, como o que é valorizado pelo provérbio, mas um discurso que valoriza a homossexualidade, colocando-a como uma virtude, ou seja, *quem tem dois sexos é rei...* Voltaremos a esse enunciado mais adiante, no item em que trataremos dos textos e dos PAs.

Em **PA48**, *mais vale um na mão do que dois no sutiã*, é o provérbio *mais vale um pássaro na mão do que dois voando* que serve como base para a alteração proverbial. O aspecto interessante desse dado é a elipse do termo a que se refere o numeral *um* do novo enunciado. No enunciado proverbial, *um* refere-se a *pássaro*, e *dois* refere-se a uma elipse de *pássaros*, já no enunciado alterado, temos uma elipse que é explicitada por uma palavra-chave (um gatilho...), que é *sutiã*. Tal palavra promove a descoberta da elipse, ou seja, o termo elíptico a que *um* se refere, é *seio*, e o termo referente de *dois*, é *seios*. O discurso sobre sexualidade entra aí, a elipse de *seio*, no sintagma *mais vale um Ø na mão*, sugere que para o ato sexual um seio “disponível” seria melhor que dois “guardados”. A esse enunciado também voltaremos no item que trata dos textos e dos PAs.

Tanto em **PA62**, *quando um não quer o outro insiste*, quanto em **PA63** *quando um não quer o outro vira do lado e dorme*, a alteração se dá em torno do mesmo provérbio: *quando um não quer dois não brigam*. Em **PA63**, o discurso subterrâneo da sexualidade é mais evidente, posto que o sintagma *o outro vira do lado e dorme* destaca duas idéias correntes sobre sexo: o local em que costuma ser realizado (num quarto e preferencialmente numa cama) e o horário (à noite, posto que as pessoas dormem à noite).

Assumimos, ainda, que a leitura do enunciado **PA62** como um enunciado de cunho sexual, é de nossa responsabilidade, mas que ele também pode ser lido de outra forma, o que no nosso ponto de vista excluiria o caráter humorístico do PA. No nosso entendimento, ler tal PA sem passar pela questão sexual, o exclui também de uma leitura humorística. Dessa forma, se compreendêssemos que o complemento do verbo *insistir* fosse, por exemplo, *na briga* (para manter a verossimilhança), o humor desapareceria, já que uma briga entre duas pessoas não seria um tema fértil para o humor. Em contrapartida, se entendermos o complemento do verbo *insistir* numa leitura de cunho sexista, o humor pode ser estabelecido, já que o sexo, como vimos, é um dos temas preferidos do humor.

Tais afirmações também nos permitem ler o dado **PA15** *antes à tarde do que nunca*, como um enunciado que aborda a temática sexual. Afirmamos no parágrafo precedente que o dado **PA63** destacava duas idéias correntes sobre sexo, uma delas sobre o horário que as pessoas costumam praticá-lo (à noite). Essa mesma idéia corrente é que no faz ler o enunciado como veiculador de um discurso sobre o sexo. Assim, nessa leitura do enunciado, a idéia que se veicula é que à tarde não seria o melhor horário para a prática sexual, mas que é melhor praticá-lo neste horário do que jamais praticá-lo.

Se quisermos ler polêmica nesses enunciados, notaremos que nesses PAs com cunho sexual a polêmica não se estabelece nos níveis proverbial e não proverbial (e mesmo que, às vezes, não há polêmica estabelecida) como nos enunciados com negação explícita que expusemos acima, mas num outro nível que é o nível dos discursos que os novos enunciados veiculam.

Em **PA16**, por exemplo, o discurso sobre a sexualidade nas casas de detenção poderia ser arrolado de uma forma oficial, que provavelmente destacaria a questão das visitas íntimas, criadas para que os presos (ou presas) tenham encontros com suas parceiras (ou parceiros), e de uma maneira mais marginal (caso do PA), que destacaria um lado mais sórdido das relações entre os detentos. Ou, se quisermos destacar um outro enunciado, como em **PA38**, no qual há uma polêmica nitidamente estabelecida, entre os discursos homofóbicos e anti-homofóbicos.

### 2.2.1 – Duplo sentido do verbo dar

Boa parte dos enunciados com cunho sexual que destacamos no item anterior não foram ainda explorados. Isso se deve a uma característica semântica comum que notamos, o duplo sentido do verbo dar. Resolvemos, portanto, reuni-los em um item único. São eles: **PA31** *é dando que se engravida*; **PA 32** *é dando que se ganha má fama*; **PA70** *quem dá aos pobres cria o filho sozinho*; **PA73** *quem dá aos pobres nunca será uma bicha rica*; **PA74** *quem dá aos pobres paga o motel*.

Começamos pelos desvios do provérbio *é dando que se recebe*, **PA31** e **PA32**. Estes dois dados veiculam uma discursividade sobre sexo e feminilidade, mais especificamente uma certa discursividade sobre a sexualidade feminina. Longe do politicamente correto, tais dados deflagram uma discursividade que não é a de uma visão igualitária sobre o direito ao sexo e sobre a liberdade sexual.

Podemos afirmar que, se enunciados como esses sobrevivem ainda hoje na sociedade, é porque as coisas não estão absolutamente resolvidas (talvez nunca estejam...) no campo da sexualidade.

Para os discursos que se inscrevem nessa tendência conservadora (ou machista) sobre a sexualidade, a figura feminina, ou melhor, a figura da boa moça, sempre está associada à virgindade, à pureza, etc. Quando um desses traços foge dessa convenção há uma repreensão discursiva estabelecida, ou seja, para as mulheres que não se mantêm “puras”, os adjetivos que serão atribuídos a elas serão sempre pejorativos.

Todas essas afirmações sobre essa discursividade cabem perfeitamente ao dado **PA32**. Em todos os dados que elencamos acima, o discurso sobre sexo é introduzido por uma leitura possível do verbo *dar* com duplo sentido. Neste dado não é diferente; num primeiro momento, *dar* pode significar o ato de doar algo, sentido atrelado ao provérbio *é dando que se recebe*, mas deve significar também, como inclusive significa em linguagem corrente, ter relação sexual (como dissemos acima, no caso das mulheres...). Dessa forma, praticar um ato sexual, para uma mulher, no discurso do PA, significa *ganhar má fama*, ou seja, na sociedade em que tal discurso circula, provavelmente (ou certamente), a mulher não possui a mesma liberdade sexual que o homem.

Já no dado **PA31**, a discurso sobre a sexualidade feminina parece não ser tão enfático quanto é no dado que expusemos no parágrafo anterior. Parece, inclusive, que é uma simples e grosseira tradução do modo como ocorre a reprodução dos seres humanos, ou seja, é dando (praticando sexo) que se engravida. No entanto, o que queremos defender é que não há um discurso inocente sendo veiculado ou uma simples constatação do modo como se dá a reprodução humana. Há, de certa forma, toda uma interdiscursividade para tratar da sexualidade feminina que passa por questões polêmicas, como gravidez, virgindade, adultério, etc. No caso do nosso dado, a exploração se dá em torno da gravidez.

Seguindo a lógica desse discurso corrente sobre a sexualidade feminina, o enunciado pode ser lido não apenas como uma constatação grosseira, mas também como uma certa reprovação sobre a liberdade sexual feminina. Uma hipótese que nos faz pensar dessa forma é a constatação de que o humor se dá em torno dessa possível dupla significação do verbo dar. Assim, o que é passível de riso é o ato de dar (praticar sexo), no entanto, para o correlato masculino do verbo *dar*, ou seja, *comer*, que em linguagem corrente significa ter relação sexual (mas agora para o homem – assim uma mulher *dá* e um homem *come*), essa mesma propensão ao riso não ocorre da mesma forma, talvez porque *comer* seja símbolo da virilidade masculina, muito valorizada por esse discurso sobre a sexualidade.

Ainda sobre esse dado, vale lembrar que em nosso conjunto de dados, encontramos um PA, no qual o verbo *comer* é veiculado: **PA6** *a pressa é a inimiga da refeição, pois quem chega cedo, come cru*, mas como se pode perceber, o verbo figura em seu sentido literal.

Os outros dados que utilizam da técnica do duplo sentido do verbo dar serão analisados também em conjunto, já que são todos desvios do mesmo provérbio: *quem dá aos pobres empresta a Deus*.

Analisaremos, portanto, os seguintes enunciados: **PA70** *quem dá aos pobres cria o filho sozinha*; **PA73** *quem dá aos pobres nunca será uma bicha rica*; **PA74** *quem dá aos pobres paga o motel*. Ainda trataremos de dois outros dados que não utilizam a mesma técnica do duplo sentido do verbo *dar*, mas que, por serem desvios do mesmo provérbio, consideramos conveniente analisar juntamente com os demais: **PA71** *quem dá aos pobres, empresta. Adeus!* e **PA72** *quem dá aos pobres fica com menos*.

O que nos chama a atenção em todos esses casos é a disparidade temática presente entre eles e o provérbio original. Em **PA74**, por exemplo, o tema do novo enunciado é o sexo, que, como dissemos acima, em certas circunstâncias é um tabu social, pois dificilmente é encarado liberalmente pela sociedade. O fato de um enunciado revelador de um discurso humorístico que tem como tema principal o sexo fundar-se ou compor-se a partir de um provérbio de origem religiosa (cf. MAGALHÃES JR., 1977, p. 269 e LACERDA et al., 2003, p. 372) traz um elemento relevante para o efeito de humor, pois, tanto a igreja quanto a sociedade não abordam a sexualidade da maneira que tal provérbio alterado aborda.

Sabemos que o catolicismo (religião predominante no Brasil) tem uma posição conservadora em relação ao sexo, tanto que o voto de castidade e o celibato são fundamentos que existem há séculos para os religiosos da Igreja Católica – e continuam existindo –, assim como mantém sua posição em relação à sexualidade dos fiéis, considerada apenas em termos de procriação da espécie humana.

Essa posição conservadora da igreja não combina, pois, com a visão veiculada por tal PA. Portanto, ao tratar do tema sexo, o enunciado não veicula apenas o humor com um tema bastante recorrente (o sexo), mas também há um embate de sentidos, que só mesmo uma “convivência” de discursos distintos no mesmo enunciado pode causar.

Ao enunciar **PA74**, além da produção de humor, existe um fator importante a ser ressaltado, que é a desestabilização do estatuto de verdade universal do provérbio. Uma das faculdades dos PAs é causar uma quebra na estabilidade proverbial, embora sua existência seja, como vimos, paradoxal, pois ao mesmo tempo em que desestabiliza, depende do seu Outro para significar.

A crueza com que tal PA fala desse tema nos faz pensar justamente no que é antagônico a essa significação sem rodeios, ou seja, na maneira como a sociedade e também a igreja tratam do tema, “rodeando” (ou mesmo proibindo) e nunca de maneira incisiva, mesmo porque se trata de um tabu. Obviamente, não estamos querendo dizer que o enunciado faz o que a sociedade não faz, isto é, tratar do assunto incisivamente. Pelo contrário, há aqui apenas uma abordagem mais direta sobre o assunto, o que por si só, em outros textos já é passível de produção de humor, mesmo porque, embora de maneira velada, é uma abordagem compartilhada socialmente.

No entanto, temos que considerar que o tema é abordado. Há no enunciado uma significação relativa ao sexo dada pela sua superfície linguística que é a seguinte: a versão original *quem dá aos pobres, empresta a Deus*, que encerra um conselho que diz que ao se doar alguma coisa a uma pessoa de poder aquisitivo baixo, se estaria estabelecendo uma relação de empréstimo com Deus (o que seria uma boa troca), perde seu sentido com a substituição do sintagma *empresta a Deus* por *paga o motel*. Assim, na versão alterada, explorando o duplo sentido do verbo *dar*, o significado se altera para algo semelhante a: a mulher que tiver relação sexual com uma pessoa pobre deverá pagar a conta do motel.

Indo um pouco além dessa interpretação superficial, podemos notar que a enunciação de **PA74** pode funcionar como escape de uma proibição social (o sexo como tabu), mas também como veiculadora de uma certa visão popular da sexualidade. Num dos aspectos, **PA74** pode ser considerado como um enunciado subversivo. Por outro lado, serve ao mesmo mecanismo de estabilização da alteridade discursiva a que a enunciação do provérbio serve, mas de outra maneira, veiculando uma idéia fortemente ligada ao senso comum sobre o sexo: quando a mulher pratica sexo, diz-se que ela “dá” para o homem.

Da mesma forma, os outros dois dados que alteram o sentido do provérbio *quem dá aos pobres empresta a Deus* para um campo sexual, **PA70** e **PA73**, veiculam tanto uma discursividade sobre a sexualidade feminina (**PA70**) quanto uma outra discursividade, agora sobre a homossexualidade (**PA73**). Em **PA70**, temos um discurso semelhante ao discurso que abordamos no dado **PA31** *é dando que se engravida*. Mas aqui entra um novo ingrediente, um discurso sobre a criação dos filhos. Se levarmos a sério o discurso de **PA70**, veremos que se faz um juízo sobre a relação entre a paternidade e a pobreza. Para o discurso desse PA, um pai pobre não cria, não sustenta, não cuida de seus filhos.

Já em **PA73**, temos um outro discurso, que é sobre a homossexualidade, não menos pejorativo que o discurso veiculado pelas alterações que falam sobre a sexualidade feminina. Começamos pela designação do homossexual promovida pelo PA, *bicha*, notadamente um substantivo pejorativo. Outro fator que contribui para essa visão pejorativa do homossexual é a afirmação *nunca será uma bicha rica*. Essa afirmação, embora pareça banal, revela uma outra questão que não está na superfície discursiva. Para tal discurso os homossexuais recebem dinheiro para fazer sexo, tanto que se eles *derem* para uma pessoa pobre nunca conseguirão ser ricos. Essa visão da homossexualidade como prostituição não



é notada nos outros dados que expusemos, somente neste em que a figura central é claramente o homossexual.<sup>27</sup>

Notamos ainda que, entre os outros dois dados desse conjunto de alterações do mesmo provérbio e os três que expusemos acima, embora surgidos do mesmo provérbio, há uma diferença temática fundamental. Enquanto o primeiro conjunto reporta-se a um certo discurso sexual para subverter a significação do provérbio, utilizando uma idéia corrente nos discursos humorísticos, como vimos acima, sobre as relações sexuais entre homens e mulheres, nos dois outros dados há uma certa aproximação do próprio sentido do provérbio, para operar a subversão.

Sabemos que a idéia principal do provérbio é a vinculação a Deus da doação (mencionada no provérbio) feita aos indivíduos menos abastados financeiramente, ou seja, o ato de doar aos pobres faria com que Deus contraísse uma dívida com o doador, o que faz com que o empréstimo, no âmbito do discurso religioso em que o provérbio se insere seja algo interessante.

Em **PA71** *quem dá aos pobres, empresta. Adeus!* e **PA72** *quem dá aos pobres fica com menos*, opera-se a subversão de sentido na tentativa de deturpação tanto de uma visão positiva em relação à hipotética doação feita aos pobres, quanto da relação entre o doador e Deus, conforme o provérbio. Embora com mínimas modificações na estrutura significante do provérbio, a significação do provérbio e de sua alteração **PA71**, assim como entre o provérbio e a outra alteração **PA72**, é bastante distinta.

Uma das principais diferenças entre o primeiro conjunto e o segundo conjunto de alterações é a manutenção da significação do verbo *dar* no segundo conjunto. Enquanto que nos três primeiros enunciados analisados há subversão de sentido do provérbio partindo de um possível duplo sentido do verbo dar, em que há aproveitamento do sentido ligado a uma questão sexual feminina e também homossexual, esses dois últimos dados mantêm a significação do verbo dar introduzida pelo provérbio. No entanto, obviamente, não é por isso que não haveria mudança de significação.

---

<sup>27</sup> Há ainda um outro aspecto que pode colaborar na construção do duplo sentido do verbo dar: a ausência do objeto do verbo. Hipoteticamente: em *Clarice deu a maçã ao seu colega*, notamos que o objeto direto *a maçã* exclui qualquer possibilidade de duplo sentido, no entanto, se excluirmos o objeto direto e mantemos o indireto, o sentido do verbo pode também se alterar. Dessa forma, percebemos uma questão sintática incidindo no sentido dos enunciados.

De acordo com **PA71**, doar algo a uma pessoa pobre, que não possua recursos financeiros, é um ato de empréstimo, como no enunciado proverbial. A diferença é que a dívida não é mais assumida por Deus, que não figura no novo “provérbio”, a dívida passa a ser do próprio receptor, ou seja, é o próprio pobre que contrai a dívida. Portanto não existe mais uma relação de dívida entre o doador e Deus. Por ser uma dívida contraída pelo receptor da doação (os pobres) é ele quem deveria pagá-la. No entanto, não é isso que ocorre, segundo **PA71**. É o que se depreende da estrutura *dá...empresta. Adeus!* Há uma diferença entre o significado do provérbio e dessa alteração já no que diz respeito ao ato de dar: no provérbio, o receptor recebe uma doação e esse é seu único papel, na alteração não é isso que ocorre, aqui o doador estaria “dando emprestado”, emprestando e não de fato dando. Um resumo da interpretação superficial desse enunciado seria algo como: no ato de dar algo a uma pessoa pobre, está se emprestando, mas seria um empréstimo sem devolução ou sem pagamento. O uso da interjeição *adeus* é que proporciona tal interpretação: *adeus* funciona como despedida do que é emprestado ao doador.

Portanto, o tema central abordado em **PA71** é a impossibilidade que os pobres têm de pagar um empréstimo. Note-se que há uma generalização do indivíduo pobre como “mau pagador”. Não é de um indivíduo que se está falando nessa nova versão proverbial, assim como não é de um sujeito pobre específico que se está falando no provérbio, mas dos pobres como um todo, como uma categoria, uma classe social. Na visão desse provérbio alterado, toda essa classe não teria como pagar um empréstimo.

Primeiramente, em termos de subversão, tal alteração funciona muito bem, pois deturpa todo o sentido do enunciado original, que veicula uma religiosidade e um fundamento: *é necessário ajudar aos pobres*. Toda a idéia da solidariedade cristã parece pautada no que o provérbio estabelece: aquele que doa aos pobres está próximo de Deus (*empresta a Deus*). De fato, ser solidário é uma das principais características do catolicismo atualmente. Ser solidário seria, pois, seguir uma regra da religião.

O que **PA71** faz é deturpar a ligação a esse pressuposto religioso, dizendo que certamente, ao ser solidário, o sujeito jamais terá o que deu (ou emprestou) de volta. Esse é um dos aspectos relevantes a serem ressaltados para uma interpretação mais detalhada de tal exemplo de provérbio alterado, já que ao deturpar o sentido anterior, o novo enunciado relaciona-se interdiscursivamente com ele, pois contém toda uma discursividade anterior a

ele sobre a visão religiosa da doação para poder subvertê-la com um discurso “novo” sobre esse mesmo tema. Há ainda um outro aspecto bastante relevante que não deve ser deixado de lado, que é a imagem que se faz do pobre. Pelo que dissemos acima, parece-nos claro que podemos afirmar que o novo enunciado veicula um estereótipo dos indivíduos pobres, que é o estereótipo de que eles não têm como pagar um empréstimo. No âmbito do PA, esse seria um traço do pobre a ser ressaltado.

Freud (1905), fazendo uma categorização dos chistes em inocentes e tendenciosos, diz o seguinte:

*Um chiste não tendencioso dificilmente merece a súbita explosão de riso que torna os chistes tendenciosos assim irresistíveis. Já que ambos os tipos podem ter a mesma técnica, podemos suspeitar de que os chistes tendenciosos, em virtude de seu propósito, devem ter fontes de prazer disponíveis, às quais os chistes inocentes não teriam acesso.*

*Os propósitos dos chistes podem facilmente ser passados em revista. Onde um chiste não tem objetivo em si mesmo – isto é, onde não é um chiste inocente – pode servir a apenas dois propósitos, que podem ser subsumidos sob um único rótulo. Ou será um chiste ‘hostil’ (servindo ao propósito de agressividade, sátira ou defesa) ou um chiste ‘obsceno’ (servindo ao propósito de desnudamento). (FREUD, 1905, p.116)*

Bergson (1983) caracteriza o riso como uma espécie de reprovação social:

*O riso é essa própria correção. O riso é certo gesto social, que ressalta e reprime certo desvio especial dos homens e dos acontecimentos. (BERGSON, 1983, p. 50)*

*É cômico quem siga automaticamente o seu caminho sem se preocupar em fazer contato com outros. O riso ocorre no caso para corrigir o desvio e tirar a pessoa do seu sonho. (Ibid, p. 72)*

Embora seja uma visão bastante antiga sobre o riso, vimos acima inclusive que se trata de uma concepção clássica do riso, parece-nos relevante, ao analisar esse dado **PA71**, invocar tal concepção. No trecho de Freud acima transcrito, o que vale ressaltar não é somente a diferenciação feita entre chistes tendenciosos e inocentes, mas também o fato de o chiste tendencioso ser, como o autor mesmo diz, irresistível em termos de riso. Portanto, segundo Freud, há uma certa atração pelo que é tendencioso, ao que é *hostil* ou *obsceno*. O humor que serve a um propósito de hostilidade ou de obscenidade funcionaria, então, melhor que um outro que não serve a esse propósito. O riso fácil, irresistível, estaria atrelado ao prazer que a hostilidade e a obscenidade produzem. Isso aproxima os

pensamentos de Freud e de Bergson, pois, para um chiste (ou um outro texto humorístico) funcionar como tendencioso, servindo ao propósito específico da hostilidade, é necessário que se ressalte uma característica, ou pseudocaracterística, de uma pessoa, de um povo, de uma classe social, de uma categoria, etc., que seja considerada condenável<sup>28</sup>. Dessa maneira, o riso funcionaria, como nos diz Bergson, como correção desse “desvio” considerado condenável.

Notadamente o enunciado **PA71** serve, de certa forma, a esse propósito da hostilidade, pois ressalta uma característica (como vimos, a idéia de que o pobre não consegue pagar um empréstimo), que provavelmente, como em outros casos, deve ser falsa, e a toma como verdadeira para servir ao propósito específico do riso, ou seja ressalta-se uma visão que se tem do indivíduo pobre para que sirva a uma espécie de rebaixamento de uma classe social (*pobres*). De fato o que nos interessa é observar as relações interdiscursivas que se estabelecem na enunciação do novo enunciado, principalmente em relação às perspectivas sobre a doação. Partindo desse pressuposto de que o riso serve como uma reprovação social, tentaremos demonstrar o funcionamento discursivo do enunciado.

Descrevemos o provérbio alterado como um enunciado heterogêneo, pois nele estão presentes tanto a voz de um Outro enunciador (a *vox populi* do provérbio original) quanto à voz de um novo enunciador, que é aquela que produz o novo significado do provérbio e os sentidos de ambos os textos são divergentes. Trata-se de uma relação interdiscursiva, já que há um contato explícito de discursos funcionando no mesmo enunciado.

O “novo provérbio” toma emprestado um trecho do provérbio original, e por isso não exclui a permanência do Outro em sua significação. O fato de não excluí-lo não interfere numa reinterpretação. Na verdade, é isso o que ocorre. Maingueneau faz a seguinte afirmação acerca da possibilidade de tentativa de compreensão por parte de um discurso dos enunciados de outros discursos:

---

<sup>28</sup> Normalmente, como já afirmamos acima, a característica ressaltada nesse tipo de texto é falsa, funcionando como estereótipo, no entanto, não deixa de ser vista como algo condenável. É o que ocorre, por exemplo, com as piadas racistas sobre negros, nas quais ressalta-se pseudocaracterísticas (como sujeira, falta de caráter, não-humanidade, etc.), que são levadas às últimas conseqüências no ato de denegrir a imagem de tal etnia. Outro exemplo bastante comum: as piadas sobre portugueses, nas quais se ressalta a pseudocaracterística da “burrice” dos portugueses.

*A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele.* (MAINGUENEAU, 1984, p. 103)

Ao ressignificar o provérbio, **PA71** constrói um ponto de vista, acerca da pobreza e da restituição de empréstimos, que é seu, mas que vem em contraposição à idéia veiculada em *quem dá aos pobres empresta a Deus*. É, pois, uma construção de um simulacro do discurso Outro.

Ao enunciar **PA71**, constrói-se, a partir de um fechamento semântico, a visão deturpada da tese do provérbio original. A partir desse fechamento semântico é que se consegue um tipo específico de simulacro, muito recorrente em textos humorísticos, que é o estereótipo: a partir de uma idéia que se tem dos indivíduos pobres, constrói-se uma característica geral para toda essa classe social e que vai ser muito útil para a produção do humor.

A visão de que os pobres não podem pagar o empréstimo e o apagamento da figura de Deus (aquele que pagaria o empréstimo ao doador) colabora para a deturpação do que é dito no provérbio. O discurso do novo enunciado expõe um fato novo, que não é cogitado no seu Outro: a possibilidade de um não pagamento ao empréstimo. Tal possibilidade de significação só é possível por uma inversão do verbo *dar*: em **PA71**, dar aos pobres = emprestar aos pobres; no provérbio, dar aos pobres = emprestar a Deus. O fato de o novo discurso tratar o ato da doação a uma pessoa como empréstimo à mesma pessoa é uma maneira de ressaltar o traço não previsto no provérbio.

Toda a inversão feita funciona como item de reinterpretação do ato de doar ao pobre. Nessa reinterpretação, o novo enunciado se fecha no seu sistema semântico incompatível com o do provérbio original (ver MAINGUENEAU, 1984, p.112) para apresentar uma visão da doação ao pobre que é um simulacro da visão religiosa, mesmo porque ressalta um traço não cogitado antes.

Utilizando a hipótese de Maingueneau de que “o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de interincompreensão regrada” (Ibid., p. 22), **PA71** só poderia ver como traço

negativo aquilo que para o provérbio seria positivo, e vice-versa. Assim, em **PA71**, doação = negativo e no provérbio, doação = positivo<sup>29</sup>, mas principalmente porque foi possível, na estrutura superficial do provérbio parodiado, ressignificar o verbo *dar*, mudando o destinatário do empréstimo. Portanto, o novo enunciado compreende o provérbio original ao seu modo, dentro de suas possibilidades discursivas e semânticas.

Voltando ao que diz Bergson sobre o riso, o pobre serve como objeto de riso em **PA71** porque é rebaixado socialmente em sua impossibilidade de pagar o empréstimo, o que de fato não configura um erro, mas algo que é passível de riso. Nesse mesmo sentido, Maingueneau diz que “polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável” (ibid: 114). Assim, ao instaurar uma certa polêmica, **PA71** ressalta algo não dito pelo provérbio: a impossibilidade do pagamento. Esse seria o erro, na concepção do “novo”, a ser ressaltado do discurso Outro.

O que torna ainda mais interessante esse contato entre discursos é que esse erro só é erro na concepção do discurso do novo enunciado. São as restrições desse discurso que lhe permitem ver um erro no discurso do provérbio original. É dessa maneira que devemos enfatizar a heterogeneidade aqui, observando de que maneira a alteridade é lida pelo discurso Mesmo. É por construir um simulacro, uma imagem distorcida do Outro que o discurso de **PA71** vê um erro no seu Outro.

Se nos reportarmos a outros textos humorísticos, veremos que a questão da construção de um simulacro é bastante recorrente. Possenti, defendendo que as piadas quase sempre constroem um estereótipo daquilo que é seu tema, diz, ao analisar algumas piadas sobre gaúchos, que:

*No caso dessas piadas, funciona exemplarmente a mais conhecida estratégia discursiva responsável pela emergência de piadas. Tal estratégia consiste em opor a um discurso público e positivo (no caso, a da provalada macheza do gaúcho) um discurso “subterrâneo”, de certa forma reprimido, contrário ao anterior (no caso o da suposta veadice do gaúcho). Assim, se no discurso público – das músicas, das conversas do dia-a-dia, das narrativas, das trovas – se constrói e cultiva uma imagem do gaúcho macho, as piadas o representarão da forma inversa mais direta e picante: ele não será franzino ou medroso, outras*

---

<sup>29</sup> Da mesma forma, no dado **PA72**, ressaltado acima, a doação é vista de um modo negativo e contrapõe-se ao discurso do provérbio.

*tantas formas opostas à macheza, mas homossexual passivo.* (POSSENTI, 2002, p. 161)

De fato, o que ocorre em **PA71** é algo parecido com o que ocorre com as piadas sobre gaúchos, loiras, mineiros, portugueses, negros, homossexuais, etc.: ressalta-se um ponto negativo (às vezes, ou quase sempre, irreal), que contraria uma visão positiva sobre o assunto. Nesse enunciado o ponto negativo relaciona-se ao ato da doação ao pobre – pelo fato de ele não poder pagar, não é interessante *dar* –, o que jamais seria associado a ele no discurso Outro, justamente porque é um traço semântico negativo para o discurso religioso de que faz parte a versão original do provérbio, ou seja, não é possível, e não é importante, para o discurso religioso, projetar uma imagem da doação ao pobre como aquela propalada por **PA71**.

Nesse enunciado há uma contraposição mais direta ao provérbio, que é tomado justamente para uma constituição mais polêmica de significação. Não é o que ocorre, como vimos, nos enunciados em que figura o duplo sentido do verbo *dar* para uma conotação sexual. Nesses outros enunciados também podemos recorrer à construção de simulacros, porém da imagem sexual da mulher e do homossexual, que só é possível porque é produzido por um discurso dito machista, que também não consegue produzir nada além de simulacro do outro sexo, pois suas restrições semânticas não permitem. Dessa forma, para um discurso como o presente em **PA74**, sempre que houver a figura da mulher, ela sempre terá um traço de inferioridade ao homem. No discurso de **PA71**, sempre que houver a presença da figura do pobre, a matriz semântica desse discurso o fará relacionar o pobre com um possível calote.

### 2.3 – Loiras

Aproveitando o conceito de simulacro que expusemos acima, retomaremos um dado que apresentamos brevemente, **PA86** *quem ri por último é loira*. Como dissemos, esse dado aproveita-se de um estereótipo corrente no discurso humorístico, o da loira “burra”. Aqui o estereótipo é veiculado pela demora no riso da loira, ou seja, percebemos que se trata de uma veiculação de tal estereótipo por conta do *rir por último* que é atrelado à idéia

da falta de inteligência das loiras. Temos, portanto, aqui, uma significação que se dá absolutamente atrelada ao interdiscurso, já que em nenhum momento há alguma menção da “burrice” da loira. Tal noção é imposta por uma leitura interdiscursiva do enunciado **PA86**.

O que queremos defender é que o processo de estereotipagem não se dá de forma independente do interdiscurso. Dessa forma, a construção de um estereótipo depende, em certos casos, primeiramente de discursos em “contato”, em seguida da construção de simulacros, gerados por um sistema global de interincompreensão regrada.

Esse dado é um belo exemplo de como um estereótipo funciona. Diferentemente de muitas piadas sobre loiras, em que há uma narração de um fato absurdo protagonizado por uma loira (vide as duas piadas acima no capítulo IV item 6) – o que pode promover uma leitura apenas textual, ou seja, toda a “burrice” da loira seria construída no texto específico da piada – no dado **PA86**, não há veiculação explícita da “burrice” da loira ou de algum fato narrado para que possamos apreender a sua falta de inteligência, essa noção depende do interdiscurso para que possa ser compreendida como tal. Vejamos outras alterações do mesmo provérbio *quem ri por último ri melhor*:

**PA87** *quem ri por último é porque está conectado a 2400 bps*

**PA88** *quem ri por último é retardado*

**PA89** *quem ri por último não entendeu a piada*

**PA90** *quem ri por último ou é surdo ou retardado*

Nestes exemplos podemos perceber uma diferença fundamental com relação ao dado **PA86**, todos eles, de certa forma, explicam o motivo do “atraso” do riso (uma conexão de internet lenta, uma deficiência mental, um incompreensão ou uma surdez) e em nenhum deles há veiculação de um estereótipo para explicar o “atraso” do riso, o que ocorre no dado **PA86**, nele a explicação da demora do riso se dá da seguinte forma:

<b>Enunciado</b>	<b>Estereótipo</b>	<b>Sentido</b>
<i>Quem ri por último é loira</i>	<i>Loira é burra</i>	<i>Loira é burra e por isso ri com atraso</i>



Podemos compreender, dessa forma, a dependência que o sentido do enunciado tem com relação ao estereótipo humorístico da loira. Mas, voltando à questão da construção do estereótipo, veremos que o estereótipo da loira é um bom exemplo para que possamos conferir se a hipótese da dependência de um simulacro se confirma.

A hipótese de que certos estereótipos funcionam como simulacro foi primeiramente levantada por Possenti (2002). Em artigo sobre estereótipos e identidade, o autor defende que o estereótipo, embora pareça universal, é construído pelo outro discurso:

*Deveria ser evidente que os estereótipos são construídos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como sendo o(s) Outro(s) para algum grupo. Mas, eventualmente, esta relação interdiscursiva é ofuscada ou apagada – quando o confronto não aparece na própria piada –, e o efeito é a impressão de que o estereótipo é universal, que não tem condições históricas de produção, ou, pelo menos, que essas condições não incluem efetivas relações de confronto com uma alteridade. (Ibid., p. 158).*

Dessa forma, no nosso ponto de vista, alguns estereótipos, principalmente os explorados pelo discurso humorístico, são produzidos obrigatoriamente por uma relação polêmica do Mesmo com seu Outro, e esta relação, quase sempre, como alertou Possenti, é apagada. Dessa maneira, no caso das loiras, o discurso agente (o produtor do estereótipo) não se identifica como um discurso de um grupo que combate outro, sua identidade é apagada, talvez pelo próprio funcionamento do humor. Veremos, também, que em outros enunciados figuram estereótipos diversos e que também neles opera-se tal apagamento.

Possenti, no mesmo artigo, levanta hipótese, absolutamente aceitável, sobre o discurso agente das piadas sobre loiras. Para ele, o discurso das piadas é uma retomada do velho discurso machista sobre a inferioridade feminina e a superioridade masculina. Portanto, a personagem da loira do discurso humorístico, representaria não uma categoria, mas todas as mulheres. Ainda, segundo o autor, o crescente número de piadas sobre loiras pode ser explicado pelas suas condições históricas de produção, que seriam “as enormes conquistas sociais e profissionais relativamente recentes das mulheres, que os homens no fundo gostariam de suprimir, porque competem diretamente com eles. Não só tomam seus lugares no trabalho, mas ferem suas mais profundas convicções ideológicas relativamente aos respectivos lugares de um e de outro gênero” (Ibid, p. 166).

Dessa maneira, o discurso das piadas seria uma resposta de um discurso machista às novas conquistas femininas. A alteração proverbial que nos propusemos a analisar engrossa o caldo desse discurso machista que, como dissemos acima, pauta-se em duas noções estereotípicas: a da loira burra e sexualmente disponível. Tais noções se completariam na resposta machista sobre o sucesso das mulheres:

*Este discurso não passa, portanto, de manifestação requeitada da velha distinção entre inteligência masculina e sensibilidade (no máximo) feminina, que serviu aos homens para discriminar as mulheres. Mas há mais, há outro problema a ser resolvido. Ele pode ser resolvido assim: como, sendo burras, as mulheres conseguem o sucesso que conseguem? É deste espaço, para responder a essa outra pergunta, que surgem as piadas de loiras que dizem que elas são sexualmente disponíveis. Segundo outro discurso dos homens, elas só conseguem tal sucesso apelando para o velho recurso do sexo. (Ibid.)*

Contudo é ainda necessário que levemos em consideração um fator de relevância, o próprio fato de o enunciado analisado ser uma alteração proverbial. Devemos focalizar a atenção em dois aspectos, o apagamento da identidade do discurso agente, bem como a universalização proveniente de tal apagamento.

Com relação ao apagamento da identidade autora do discurso do novo provérbio, podemos dizer que ele é ainda mais reforçado pelo fato de o novo enunciado se fundar numa relação explícita com o provérbio *quem ri por último ri melhor*. Sabemos que o provérbio é um enunciado veiculado (necessariamente...) sem uma autoria específica. A idéia da burrice da loira é ainda mais reforçada por este aspecto proverbial, conservado no novo enunciado, posto que é um dos aspectos que contribuem para o efeito de verdade universal, conseguido pelos provérbios de maneira geral.

Dessa forma, aproveitando do significante proverbial, bem como de suas características genéricas (enunciado curto, estrutura bimembre, anonimato autoral...), o dado **PA86** contribui para um certo efeito de sentido que pode ser agregado ao discurso machista sobre as “loiras”, o efeito de essa idéia da burrice ser, com a veiculação do PA, também, a exemplo do seu correspondente original, uma “verdade” universal. Portanto, a proverbialização do estereótipo da loira faz com que haja um efeito de universalização de tal noção que, pelo intermédio das próprias características genéricas proverbiais, é ímpar.

## 2.4 – Baianos

Novamente temos um dado, e a exemplo do anterior, único em nosso conjunto de enunciados, que significa pela veiculação de um estereótipo:

**PA51** *nos restaurantes baianos, a pressa é inimiga da refeição*

Aqui o estereótipo é o da propalada preguiça do baiano. Para o discurso humorístico, o estereótipo do baiano é o de ser preguiçoso:

*O baiano chega numa estação de trem em Minas e pergunta ao bilheteiro:*

- Ochente! O senhor sabe se o trem das cinco já passou, sabe?
- Sim senhor, já passou.
- E o trem das cinco e meia?
- Também já passou...
- E o Expresso Mineiro, que hora que vai passar?
- Daqui a meia hora.
- E o que vai pra São Paulo?
- Meu senhor, por que você não me fala logo o trem que quer pegar aí eu te falo se passou ou não passou!
- Och... Mas eu não quero pegar nenhum trem não senhor!
- Então por que pergunta?
- É que eu quero atravessar a linha! E o senhor sabe como é, eu gosto de andar bem devagar.

José Simão, em coluna na Folha de São Paulo do dia 12 de julho de 2005:

*Olha a manchete: “Paleontólogo descobre preguiça gigante na Bahia”. Deve ser trisavó do Dorival Caymmi. Rarará.*

Novamente a noção de simulacro pode muito bem funcionar aqui. Evidentemente não se trata de um discurso do baiano sobre o baiano, mas de um discurso outro sobre o baiano. Nesse caso, o discurso, como no caso das loiras, também tem fonte enunciativa apagada, sugerindo uma certa universalidade da noção do baiano preguiçoso.

O que funciona nesse PA é o discurso do preconceito regional. Novamente utilizando a noção do simulacro, um outro grupo (paulistas, cariocas, mineiros, qualquer um que não o baiano) estabelece uma discursividade (sobre o baiano) a partir de um simulacro do Outro. Tal discursividade destaca uma certa característica do grupo denegrado – a preguiça –, talvez impulsionado por um traço que é ressaltado no discurso outro que seria a festividade. No discurso do provérbio alterado, a festividade entra pela “porta negativa”, ou seja, aqui *festividade* é lida como *preguiça, pouca propensão ao trabalho*.

Num âmbito mais amplo, o enunciado analisado pode ainda buscar denegrir um grupo ainda maior de sujeitos. A exemplo do que acontece com o discurso machista sobre as loiras, que ultrapassa a categoria das loiras para atingir uma categoria maior que é a das mulheres, no dado **PA51** o grupo que pode aparecer representado pelo gentílico *baiano* é o do nordestino.

De fato sabemos que há um certo discurso corrente no sudeste do país que combate preconceituosamente a presença de nordestinos nessa região. Sujeitos que para cá migraram em busca de trabalho são, portanto, vítimas de tal discurso, tachados como invasores e, às vezes, vítimas até de violência física<sup>30</sup>. Tal enunciado se encaixaria nesse discurso perfeitamente, já que veicula uma imagem do baiano (e do nordestino...), que por ser estereótipo dificilmente condiz com a realidade, posto que o que se ressalta é um lado negativo do outro.

Nesse enunciado temos a alteração do provérbio *a pressa é inimiga da perfeição*, nele *perfeição*, pela afinidade sonora, facilmente se transforma em *refeição*. Mas o desvio ainda conta com o acréscimo de um sintagma: *nos restaurantes baianos*. Dessa forma, não seria apenas uma constatação sobre uma suposta verdade (os apressados não conseguem comer direito), o que ocorre, por exemplo, em outro dado: **PA6** *a pressa é a inimiga da refeição, pois quem chega cedo, come cru*, mas também uma veiculação e confirmação do estereótipo do baiano preguiçoso, ou seja, para o discurso de tal PA, não adianta ter pressa nos restaurantes baianos porque neles trabalham os baianos, que são preguiçosos, e que provavelmente demorarão em fazer a comida...

Em **PA51**, assim como nos dados anteriores **PA86** e **PA71**, cada um tratando de um tema diferente, predomina o humor tendencioso, agressivo, que ressalta uma pseudocaracterística veiculando-a como verdadeira. Lembrando ainda que, no caso dos PAs, o estereótipo ganha um aspecto a mais que é o da universalidade proveniente de uma certa proverbialização, ou seja, o proverbial, mesmo que alterado, de certa forma, atesta uma verdade muitas vezes mentirosa.

---

<sup>30</sup> Tal discurso parece ter a mesma origem do discurso de diversos grupos europeus, que com atitudes xenófobas mantêm sempre um certo ar de desprezo e ódio com relação aos imigrantes que entram nos países mais ricos para trabalhar.

## 2.5 – Sogra

Outro enunciado que explora um estereótipo para significar é o dado **PA2** *a esperança e a sogra são as últimas que morrem*. Mas, notadamente neste dado, não há a veiculação de um estereótipo construído a partir de uma disputa entre dois grupos sociais, mas de posições-sujeito distintas: *sogra X nora* ou *sogra X genro*. Estamos, portanto, no campo das relações familiares.

Este é também um dos estereótipos mais produtivos do discurso humorístico, o da sogra mexeriqueira/inconveniente. Para tal discurso as sogras estão sempre se intrometendo na vida dos casais, dando opiniões, denegrindo a figura do genro ou da nora (mais frequentemente do genro), etc. No enunciado exposto acima, a figura da sogra é tratada com uma certa violência ao se constatar que elas são as últimas a morrer.

No provérbio que serve para a alteração, há valorização da esperança ao dizer que ela é a última a morrer, ou seja, numa situação hipotética de desespero, a enunciação do provérbio *a esperança é a última que morre* serviria para trazer um certo alívio, um alento, posto que ainda restaria a esperança. Já no PA, não há nenhum tipo de subversão com relação ao que é dito no provérbio original, ou seja, a verdade proverbial não é contradita, mas acrescida de uma outra “verdade”: *as sogras também morrem por último*. E, na visão do discurso humorístico sobre as sogras, este seria um fato terrível, pois assim, elas (as sogras) teriam mais tempo para importunar a vida dos casais (e principalmente dos genros).

Assim, podemos dizer que nesses enunciados em que há a veiculação de estereótipos, o efeito de sentido conseguido pelas alterações proverbiais, além da própria veiculação dos estereótipos, seria a validação desses últimos sendo encarados como novas “verdades”, ou seja, o que haveria de novo aqui, seria a colocação do peso da proverbialização na veiculação de estereótipos, fazendo com que estes se tornem ainda mais universais.

## 2.6 – Cegos

Há ainda um conjunto de dados, desvios de dois provérbios distintos, que, utilizando do processo de desmetaforização mencionado acima, expõe a figura do cego.

**PA35** *em terra de cego quem tem um olho é caolho* e **PA36** *em terra de cego quem tem um olho é anormal*, desvios do provérbio *em terra de cego quem tem um olho é rei*, assim como **PA53** *o pior cego é aquele que se recusa a ter cão*, desvio do provérbio *o pior cego é aquele que não quer ver*, utilizam-se do processo de desmetaforização para significar.

Sabemos que nos dois provérbios originais, a palavra *cego* não refere exatamente ao indivíduo com deficiência visual, ela é um elemento conotado. Ela pode, no primeiro provérbio, significar uma consideração em torno da inteligência e da falta dela, assim como pode significar, no segundo caso, alguma consideração em torno dos indivíduos que se recusam a acreditar em algo, portanto, ela, raramente (ou nunca), seria associada ao deficiente visual.

O que ocorre é que nas três alterações, temos uma “volta” ao sentido literal da palavra, ou seja, nelas *cego* só pode referir o cego mesmo. Dessa forma, com a volta da significação literal, os PAs passam a veicular uma discursividade acerca da deficiência visual que não é própria, por exemplo, do discurso politicamente correto que vem dominando a cena da inclusão social.

Aqui, o discurso passa longe da questão da integração do deficiente, visto como cidadão. Nos dois primeiros dados, por exemplo, temos discursos marcados por uma certa visão discriminante, ou seja, que ressalta a deficiência e vê nela um defeito. Em **PA35** *em terra de cego quem tem um olho é caolho* e em **PA36** *em terra de cego quem tem um olho é anormal*, o que conseguimos perceber é que a figura do deficiente é posta num patamar inferior ao do enunciador, ou seja, aquele que tem apenas um olho é *caolho* ou *anormal*.

Há um certo discurso aqui que difere em certo ponto do estereótipo do cego veiculado no discurso humorístico, isto é, normalmente, o cego é percebido pelo discurso humorístico como esperto, mesmo contando com a deficiência. Em tal discurso a deficiência visual faz com que o cego “veja” além do que o seu interlocutor vê (quando temos piadas, por exemplo, que se utilizam do diálogo).

Mas tal diferença pode ter a ver com uma resposta à discursividade sobre a deficiência que é aquela veiculada pelo discurso da inclusão. Sabemos que há uma certa preocupação, atualmente, em tentar fazer com que o deficiente físico seja incluído à sociedade, de forma que possa trabalhar, assumir papéis sociais normalmente, como fazem os outros cidadãos. Aliado a essa preocupação, vemos surgir um discurso sobre a

deficiência mais ou menos inédito. É o discurso que prega a diminuição (ou a extinção) do preconceito contra tais indivíduos, de forma que o deficiente passa a ser visto como um cidadão comum, com limitações, mas apto a exercer seu papel.

Nossa hipótese é que os enunciados que expusemos acima veiculam uma discursividade de repúdio a essa idéia da inclusão, posto que reiteram a deficiência como defeito (ver as adjetivações *caolho* e *anormal*). Da mesma maneira, o dado **PA53** *o pior cego é aquele que se recusa a ter cão* reforça a idéia do cego como defeituoso. Segundo tal PA, todo cego deve ter cão, não importando se necessita de um cão guia ou não, se tem condições econômicas, espaciais, etc. para tanto.

Especulando sobre as condições de produção de tal dado, percebemos que se trata de um enunciado contemporâneo à popularização da imagem do uso do cão-guia pelos deficientes visuais (que de certa forma é recente). Tal especulação sugere ainda um reforço de que o discurso, do dado **PA53** em especial, surge em contraposição ao discurso da inclusão.

## **2.7 – Conflitos políticos**

O procedimento de construção de estereótipos parece ser o mesmo do que destacamos acima, assim quando se tem discursos em concorrência, a produção de simulacros parece se dar de forma até natural. Não é diferente do que podemos perceber no dado que analisaremos a seguir.

Trata-se de um dado que é bastante revelador sobre o processo de construção de estereótipos, posto que, no nosso ponto de vista, ele trabalha com um discurso relativamente original sobre um determinado assunto.

O assunto em questão é os mais ou menos recentes conflitos políticos gerados por disputas em torno do controle das matrizes energéticas derivadas de combustíveis fósseis, em especial do petróleo. Trata-se de um assunto que vem tomando corpo desde conflitos mais antigos como a tentativa de invasão do Afeganistão por soviéticos, até conflitos mais recentes como a guerra do Iraque (com solução ainda indefinida), promovida pela invasão de tal país por tropas norte-americanas. O discurso que deriva desses conflitos

todos, em especial no caso que analisaremos, resulta, na construção de simulacros. Um deles diz respeito à suposta agressividade dos muçulmanos.

Em **PA40** *errar é humano, acertar o alvo é muçulmano*, é exatamente um simulacro construído por um certo discurso ocidental a respeito de um povo oriental que é veiculado.

Os conflitos que mencionamos acima vêm sendo protagonizados pelos EUA e tiveram um ápice com a queda das Torres Gêmeas do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, em que integrantes do grupo Al Qaeda, liderado pelo conhecido Osama Bin Laden, conseguiram chocar dois aviões, em um ataque suicida, nas torres do famoso edifício comercial nova-iorquino. Após o fato ocorrido em onze de setembro, os EUA promoveram uma invasão ao Afeganistão como resposta.

Nasce, portanto, no decorrer de algumas décadas de lutas entre ocidentais e orientais uma discursividade polêmica, nos termos formulados por Maingueneau (1984), em que, para nós, protagoniza a versão ocidental neoliberal sobre o assunto. Dessa forma, tal discurso organiza a forma de compreensão do outro fundada nas suas regras semânticas. Há, inclusive, uma interdiscursividade tragicamente engraçada em torno dos protagonistas dos conflitos. Nas poucas vezes em que é dada voz ao lado muçulmano da história, ouvimos uma designação aos EUA que é a seguinte: *demônios*. Por parte dos EUA, principalmente na figura de seu atual presidente George W. Bush, a designação aos indivíduos do outro lado é dada como *eixo do mal*.

O que fica é que ambos os discursos têm regras semânticas parecidíssimas, isto é, onde o ocidental lê bem, o oriental lê mal e vice-versa, o que demonstra uma certa pobreza do sistema de restrições semânticas dos discursos<sup>31</sup>. O nosso dado é fundado nessa interdiscursividade e institui uma imagem do muçulmano, que provavelmente não é real, ou seja, o *muçulmano acerta o alvo* e dessa forma é violento, briguento, etc. Note-se ainda a generalização, mais um aspecto conveniente para a construção de estereótipos. Aqui, não é um muçulmano que é violento, mas todos, ou seja, *acertar o alvo* seria uma característica muçulmana.

Destaquemos, ainda, uma certa dicotomia presente no dado **PA40**:

---

<sup>31</sup> Ver MAINGUENEAU, 1984, p. 52 e 64.



*Errar é humano, acertar o alvo é muçulmano,*

em que pode ocorrer um cruel efeito de sentido. Se o humano erra e o muçulmano acerta, pode-se compreender que se trata de uma categoria e de outra categoria:

*errar → humano*

*acertar → muçulmano,*

donde se pode inferir que para tal discurso, muçulmano não é humano<sup>32</sup>. Tal efeito de sentido pode ainda ser reforçado pela própria presença da dicotomia *humano/muçulmano*, já que a estrutura do enunciado sugere uma oposição, e ela se dá em torno dos vocábulos *humano* e *muçulmano*.

## **2.8 – Trabalho**

Um outro assunto que mostra uma certa predominância entre os PAs é o trabalho. Sabemos que diversos provérbios tematizam e valorizam a questão do trabalho duro, por exemplo, *Deus ajuda a quem cedo madruga* ou *o trabalho dignifica o homem*. Nos provérbios alterados percebemos uma tendência à desvalorização do trabalho. É o que podemos perceber em:

**PA22** *deitar cedo e cedo erguer dá imenso sono;*

**PA50** *não faças hoje o que podes deixar para amanhã;*

**PA52** *nunca deixe para amanhã o que você pode deixar para depois de amanhã;*

**PA66** *quem cedo madruga fica com sono o dia inteiro;*

**PA67** *quem cedo madruga passa o dia cansado.*

---

<sup>32</sup> Pode-se ainda inferir que se trata de um discurso em que a figura do muçulmano não é estereotipada como formulamos. Dessa forma, muçulmano não seria humano, mas mais que humano, pois *acerta* enquanto o humano *erra*. Embora se trate de uma leitura possível, acreditamos que uma leitura que ressalte uma suposta não humanidade do muçulmano faz mais sentido, posto que não temos apenas a divulgação de uma propriedade do muçulmano. Ele de fato tem uma propriedade a mais que o humano (que é acertar enquanto o outro erra), mas uma propriedade ruim, pois ele *acerta o alvo*.

Um dos dados em que temos uma subversão bastante interessante é o dado **PA50**, posto que esse enunciado se utiliza apenas da inversão dos termos do provérbio original, ou seja, apenas com o trabalho sobre o significante proverbial se consegue inverter toda a significação. Dessa forma onde se lia *deixar*, lê-se *fazer* e assim por diante.

O traço relevante, como já apontamos, é a desvalorização do trabalho. Chamamos a atenção, novamente, para a tensão entre proverbial e não proverbial. Aqui, como nos casos analisados acima (item 2.1), parece haver uma clara tensão entre os sentidos dos provérbios e das alterações proverbiais. Enquanto o proverbial valoriza o trabalho (*Deus ajuda a quem cedo madruga*), o não proverbial desvaloriza.

Mas, ultrapassando essa questão da tensão proverbial, é possível perceber que há veiculação de um certo discurso que pode ser derivado de uma dicotomia de discursos. Uma das partes dessa dicotomia é o discurso que, sem nenhum problema, pode ser representado pelos provérbios – é o discurso da valorização do trabalho. A outra parte, que aparece aqui representada pelo não proverbial, pelos PAs, parece derivar de um discurso bastante veiculado sobre o brasileiro. É o discurso do “jeitinho brasileiro”, sobre a indolência que se diz característica do brasileiro<sup>33</sup>.

Essa idéia de que o brasileiro é folgado, preguiçoso pode ser percebida em qualquer um dos dados que demonstramos acima, mas principalmente nos dados **PA50** e **PA52**. Novamente o que vemos estabelecido é um trabalho sobre um estereótipo, dessa vez é o estereótipo do brasileiro, que mesmo sem figurar nominalizado nas alterações proverbiais, pode ser percebido pela via interdiscursiva, ou seja, podemos inferir que, sendo tais alterações funcionais na língua portuguesa do Brasil, e sabendo que há uma discursividade e conseqüentemente um estereótipo sobre o brasileiro que veicula uma imagem da preguiça, tais alterações proverbiais podem ser derivadas de tal discurso.

## 2.9 – Conclusão

Pudemos observar nessa análise de diversos enunciados do primeiro grupo que a heterogeneidade discursiva funciona de uma maneira bastante produtiva, mas ainda

---

<sup>33</sup> Essa idéia pode ser percebida inclusive na literatura. Citando um exemplo clássico, é o que ocorre em *Macunaíma* de Mário de Andrade, em que um dos traços fundamentais do herói brasileiro é a preguiça.

pudemos perceber que mesmo que quiséssemos tratar os PAs como novas verdades universais, teríamos sérios problemas. Assim como seus correspondentes originais, os PAs não trazem nenhum discurso absolutamente novo (se é que isso é possível...). Neles funcionam idéias, noções, discursos tão preestabelecidos quanto o discurso proveniente dos provérbios.

Tentamos, portanto, demonstrar, principalmente nos dados que nos forneceram a veiculação de estereótipos, que, mesmo em discursos que se querem inovadores<sup>34</sup>, há uma certa raridade do enunciado fundadora dos discursos<sup>35</sup>. Assim, em nossos dados, figuram discursos que são, na verdade retomadas de idéias e noções de discursos já estabelecidos.

Outro aspecto que consideramos de relevância é a tentativa de demonstrar que os estereótipos, ou ao menos alguns deles, derivam de certa forma de uma concorrência discursiva que gera a construção de simulacros do outro, posto que este último é percebido dentro de um sistema de interincompreensão regrada.

Dessa forma, podemos afirmar que alguns estereótipos são, de fato, simulacros e que a funcionalidade do estereótipo depende de sua universalização, que passa pelo apagamento da fonte enunciativa, o que nos PAs é bastante comum. Outra questão relevante é que, se temos, portanto, simulacros, devemos considerar a dependência do estereótipo de um interdiscurso, já que os simulacros só surgem de uma relação interdiscursiva.

### **3 – Enunciados inocentes?**

O segundo grupo de enunciados aparentemente não veicula discursos do campo humorístico, eles parecem recorrer a técnicas diferenciadas para produzir o humor que não a veiculação de discursos preestabelecidos.

---

<sup>34</sup> O efeito da inovação pôde ser percebido em algumas alterações do título das listas de provérbios alterados, que normalmente é *corrigindo velhos ditados*. Numa dessas alterações figurava o seguinte título *Ditados populares com versão mais realista*. O título mais corrente será objeto de análise posterior.

<sup>35</sup> Foucault postula a raridade dos enunciados de uma Formação Discursiva. Posto de uma maneira redutora, isso quer dizer que um discurso não é uma fonte inesgotável de enunciados novos, reforçando, ainda, o caráter histórico do sentido (Ver FOUCAULT, 1969, p. 137).

É o que ocorre, por exemplo, nos dados **PA11** *água mole em pedra dura tanto bate que acaba a água* e **PA12** *água mole em pedra dura, tanto bate e nunca fura*, cuja técnica para a produção do humor, passa pela questão do nonsense.

Dessa forma, embora os dados do segundo grupo sejam em menor número, não dá para afirmar que os PAs veiculam apenas discursos correntes do campo humorístico sobre um determinado assunto (como no dado **PA38**, por exemplo), embora essa seja uma característica que pode ser atribuída a uma boa parte dos PAs. Também não podemos traçar uma discursividade comum aos PAs, mesmo porque cada um deles trata de temas diferentes, é como se cada um veiculasse um discurso, que pode ou não ser corrente no humor.

Da mesma forma, não podemos afirmar que sempre temos uma relação polêmica como fundadora desses enunciados, mas pudemos perceber que em boa parte deles isso é verdadeiro. Assim, aparentemente, temos, no segundo grupo de PAs, enunciados que são de certa forma inocentes, pois analisados separadamente não veiculam nem uma subversão do dizer proverbial nem discursos comuns sobre algum assunto específico.

Assim, a utilização de um provérbio atestado como base para a produção do riso não pode ser encarada, *a priori*, como uma contestação da verdade proverbial. No nosso ponto de vista, os enunciados do segundo grupo têm mais a ver com um trabalho lúdico com a língua do que com uma veiculação de discursos correntes ou polêmicos sobre determinado assunto.

Mas, essa “inocência” deixa de ser verdadeira se analisarmos, por exemplo, tais enunciados inseridos em um texto específico. Um dos textos que destacaremos a seguir tem a capacidade de veicular vários desses enunciados juntos. Nele, tentaremos demonstrar que, mesmo os enunciados que podem ser considerados como um humor “inocente”, passam a ter um outro estatuto, que não mais o da inocência.

## VI – O PROVÉRBIO ALTERADO NO TEXTO

### 1 – Cenas de enunciação e ethos

Na análise que faremos dos textos que nos propusemos a analisar utilizaremos conceitos da AD que aqui ou ainda não mobilizamos ou os mobilizamos de forma superficial, destaque-se os conceitos de *ethos* e *cena enunciativa*.

Antes de introduzir tais conceitos, consideraremos duas categorias discursivas: as noções de tipo e gênero do discurso, conforme compreendidas por Maingueneau (1987 e 1998). Para o autor, a noção de tipo engloba a noção de gênero, e esta última pode ser compreendida a partir da relação de coerção que mantém com um texto específico numa conjuntura específica. Assim, um gênero é uma espécie de categorização textual que, organizado pelas condições de emergência dos discursos, delimita estrutura, como se dá a circulação, etc. de um determinado texto:

*Rótulos como “epopéia”, “vaudeville”, “editorial”, “talk show” etc. designam o que habitualmente entendemos por **gêneros de discurso**, isto é, dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. (MAINGUENEAU, 1998, p. 61).*

Nessa concepção, podemos perceber, que a existência de um gênero depende da conjuntura sócio-histórica, dessa forma é que “se há gêneros a partir do momento que vários textos se submetem a um conjunto de coerções comuns e que os gêneros variam segundo os lugares e as épocas, compreender-se-á facilmente que a lista de gêneros seja, por definição, indeterminada.” (Id., 1987, p. 35). Maingueneau afirma, então, que

*na via aberta pela pragmática, a tendência consiste em passar de uma concepção do gênero como conjunto de características formais, de procedimentos, a uma concepção ‘institucional’ (...). Isto não significa, evidentemente, que o aspecto formal seja secundário, mas apenas que é preciso articular o ‘como dizer’ ao conjunto de fatores do ritual enunciativo (Ibid., p. 36).*

Já a categoria de *tipo*, que como dissemos engloba a noção de gênero, está associada

*a vastos setores da atividade social. Assim, o 'talk show' constitui um gênero de discurso no interior o tipo de discurso 'televisivo' que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais vasto, o tipo de discurso 'midiático', em que figurariam também o tipo de discurso radiofônico e o da imprensa escrita (Id., 1998, p. 61).*

No entanto, Maingueneau alerta, ainda, que se pode dividir os gêneros não apenas pelo setor de atividade, mas através de outras invariantes, como

*um lugar institucional: como o hospital, a escola, a empresa, a família etc. (...) o estatuto dos parceiros do discurso: discurso entre crianças e adultos, entre crianças, entre homens e mulheres, entre mulheres, entre superiores e inferiores etc. (...) um posicionamento de natureza ideológica: o 'discurso socialista' ou o 'discurso católico' de tal época ou de tal lugar... (Ibid, p. 62).*

Introduzidas essas duas categorias, trataremos de uma problemática bastante interessante formulada por Maingueneau, a questão da *cena de enunciação*. Sabemos que, para Maingueneau, o conceito de *ethos* vem fortemente ligado ao de cena de enunciação no que diz respeito à questão da distribuição de papéis imposta pelos gêneros do discurso (utilizando o exemplo do próprio autor: “num panfleto de campanha eleitoral teremos um candidato dirigindo-se a eleitores” (MAINGUENEAU, 2006, p. 112), no qual os papéis distribuídos pelo gênero específico do panfleto são eleitores e candidato) e mesmo em torno de uma cenografia discursiva, que pode fornecer o tom específico a partir do qual fala o enunciador.

Mencionamos acima o conceito de *ethos*, mas deixamos de explicitá-lo. O fato é que tal noção pode ser encontrada na AD, em Maingueneau (1987, 1998 e 2006)<sup>36</sup>, mas aparece na retórica antiga, para a qual o conceito designava “as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer: não o que diziam a propósito deles mesmos, mas *o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem*” (MAINGUENEAU, 1987, p. 45).

Na AD, entretanto, alerta Maingueneau, é necessário haver um duplo deslocamento, de modo que é necessário apagar traços de uma subjetividade consciente e ao mesmo tempo traçar uma nova maneira de ver o *ethos* em relação ao falado/escrito:

---

<sup>36</sup> É possível notar indícios de elaboração de um *ethos* discursivo já em *Gênese dos Discursos* (ver MAINGUENEAU, 1984, p. 94 – o modo de enunciação).

*Em primeiro lugar, [a AD] precisa afastar qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista”, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório (...)*

*Em segundo lugar, a AD deve recorrer a uma concepção do ethos que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito (...). Na realidade, mesmo os corpus escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma “voz”. Embora o texto seja escrito ele é sustentado por uma voz específica. (Ibid, p. 46).*

O autor reforça ainda que “a fé em um discurso, a possibilidade de que os sujeitos nele se reconheçam presume que ele esteja associado a uma certa voz (que preferimos chamar de *tom*, à medida que seja possível falar do ‘tom’ de um texto do mesmo modo que se fala de uma pessoa)” (ibid.). Mas alerta que o ethos não é composto apenas pelo tom, mas que este tom está

*associado a um caráter e a uma corporalidade. O ‘caráter’ corresponde a este conjunto de traços ‘psicológicos’ que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer (...) não se trata aqui de caracterologia, mas de estereótipos que circulam em uma cultura determinada. Deve-se dizer o mesmo a propósito da ‘corporalidade’, que remete a uma representação do corpo do enunciador de uma formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura (ibid.).*

O autor introduz, a partir dessa noção de corporalidade, o conceito de *incorporação*, que designa o modo de apropriação de um ethos discursivo pelo interlocutor. Esta noção, segundo o autor, pode atuar sobre três registros:

- a enunciação da obra confere uma “corporalidade” ao fiador, ela lhe dá corpo;
- o destinatário incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de relacionar-se como o mundo habitando seu próprio corpo;
- essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso. (Maingueneau, 2006: 62, 63)

Um dos aspectos que consideramos mais relevantes nessa concepção de ethos vem da idéia do *fiador*, também formulada por Maingueneau (2006). De certa forma, o tom específico que se pode depreender do discurso seria apreendido pelo interlocutor como algo que valide este discurso. Assim, qualquer texto “tem uma ‘vocalidade’ específica que

permite relacioná-la a uma caracterização do corpo do enunciador (...) a um ‘fiador’ que, por meio de seu ‘tom’, atesta o que é dito”. (Maingueneau, 2006: 61).

Voltando à noção de cena de enunciação, em Maingueneau (2006), ela subdivide-se em três outras categorias: a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia*, e não deve ser compreendida como o contexto de produção do discurso, mas como o espaço instituído pelo próprio discurso e pelo gênero do discurso.

A cena englobante diz respeito aos tipos discursivos e para enfrentar o problema dos gêneros de discurso particulares, Maingueneau formula a noção de *cena genérica*, que é obviamente definida pelos gêneros de discurso.

Posto que estas duas cenas “definem em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido” (ibid.), há um outro tipo de cena que pode intervir na construção da cena enunciativa, a *cenografia* que se instaura pelo próprio discurso e não pelo tipo ou pelo gênero.

## 2 – Textos

### 2.1 – Uma lista

O primeiro texto que propomos análise mais aprofundada é uma lista de PAs que circula pela internet há algum tempo. A análise que faremos levará em conta o fato desta lista apresentar-se, estruturalmente, de maneira bastante estável no ambiente da internet, o que nos leva a pensá-la como um texto específico. Vejamos o texto:

#### D3-

##### ***CORRIGINDO VELHOS DITADOS***

*É dando..... que se engravida.*  
*Quem ri por último..... é retardado.*  
*Quem não arrisca..... é porque não tem caneta.*  
*Alegria de pobre..... é impossível.*  
*Quem com ferro fere..... não sabe como dói.*  
*Sol e chuva..... vou sair de guarda-chuva.*  
*Em casa de ferreiro..... só tem ferro.*  
*Devo, não pago..... Nego enquanto puder.*  
*Quem tudo quer..... tudo tem.*  
*Quem tem boca vai..... ao dentista.*



*Gato escaldado ..... morre.*  
*É chato ser bonito..... Mas é muito mais chato ser feio.*  
*Quem espera,..... sempre cansa.*  
*Quando um não quer..... o outro insiste.*  
*Os últimos..... serão desclassificados.*  
*Quem não tem cão..... não caça.*  
*Carro a álcool,..... você ainda vai empurrar um.*  
*Há males..... que vem para pior.*  
*Água mole em pedra dura tanto bate .. que acaba a água.*  
*Se Maomé não vai à montanha,..... então vai à praia.*  
*A esperança e a sogra..... são as últimas que morrem.*  
*Quem dá aos pobres,..... paga a conta do motel.*  
*Depois da tempestade..... vem a gripe.*  
*Quem vê cara..... não vê o resto.*  
*Devagar..... nunca se chega.*  
*Antes tarde..... do que mais tarde.*  
*Boca fechada..... não fala.*  
*Águas passadas..... já passaram.*  
*Em terra de cego..... quem tem um olho é caolho.*  
*Quem cedo madruga..... fica com sono o dia inteiro.*

Como dissemos, trataremos a lista acima como um texto, e, como tal, ela pertence a um gênero do discurso. Podemos dizer que a lista penetra o tipo humorístico por uma via tortuosa, pois se trata de um gênero do cotidiano. Sabemos que os gêneros que se ligam fielmente e tradicionalmente ao tipo humorístico são as piadas, as tiras (quadrinhos), as charges etc. e que têm como principal mote a provocação do riso. Assim, não podemos dizer, *a priori*, que uma lista, seja ela do que for, constitui, como gênero, o tipo humorístico do discurso.

Falamos da *lista* como gênero do cotidiano, pois pensamos nela justamente na medida em que se relaciona pragmaticamente com a vida cotidiana. Assim é que temos listas de compras, de músicas, de automóveis, de medicamentos, de nomes etc., servindo cada uma delas a propósitos específicos do dia-a-dia.

Por isso dizemos que ela se incorpora ao tipo humorístico por via tortuosa, pois não é um gênero privilegiadamente de tal tipo e também por se tratar de um texto cujos lugares sociais previamente estabelecidos são muito pouco móveis, tanto que, por vezes, o destinatário e o enunciador são a mesma pessoa nesse gênero discursivo<sup>37</sup>. Por ser de pouca mobilidade, a introdução do gênero lista no tipo humorístico faz com que essa baixa mobilidade seja alterada.

---

<sup>37</sup> É o caso, por exemplo, das listas de compra de mantimentos, que elaboramos para ir ao supermercado.

Assim, podemos dizer que os lugares sociais de enunciação que em outros discursos são dados pela cena genérica, como no exemplo do panfleto eleitoral, ou mesmo em outros gêneros cotidianos, como a receita médica, na qual os papéis são definidos também pela cena genérica, ou seja, em tal gênero, sabemos que há um lugar preestabelecido para a instituição médica (no caso para o médico que assina e prescreve um medicamento) e para um paciente (talvez ainda haja outro papel, o do farmacêutico, dada a tradicional ilegibilidade das letras de médico...), no nosso caso, os lugares são provenientes de uma inversão genérica.

A princípio, o gênero lista pode ser lido como um gênero tipicamente cotidiano. Mas como se estabelece como um subgênero do gênero lista, ou seja, nossa lista é de provérbios alterados e se incorpora ao tipo humorístico, ela ganha um status diferenciado, o de texto humorístico, como a piada e a charge. Assim, ela ganha outros papéis, principalmente para o enunciador.

O que queremos propor é que, embora haja uma tripartição da cena enunciativa, essas três categorias não devem ser analisadas separadamente, como se uma não influenciasse diretamente a outra, ou seja, uma cena genérica só faz sentido se pensada em relação a uma cena englobante, e esta última somente pode ser pensada em relação à cenografia.

No caso do dado que analisamos aqui, é a sua entrada para um tipo discursivo humorístico que possibilita que uma lista de provérbios alterados seja compreendida como um gênero humorístico e, ao penetrar nesse tipo é que seus papéis discursivos são definidos, ou seja, é na confluência entre uma cena englobante e uma cena genérica que há a definição dos papéis.

Nossa lista, ao ser inserida no tipo humorístico, adquire um status diferenciado, passando a ser um gênero humorístico. No entanto, conservam-se alguns aspectos formais, o que possibilita, inclusive, a caracterização desse texto como pertencente ao gênero lista e fornece também pistas para a construção do ethos discursivo e do sentido global da lista como texto.

Um desses aspectos é a concisão. Podemos dizer que uma boa lista não deve ser, de maneira alguma, redundante (a não ser que esse seja o objetivo do texto), assim como os itens que a compõem não devem ser de grande extensão, senão o estabelecimento

da coesão fica comprometido. Tal concisão, aliada a outros aspectos, como, por exemplo, em alguns textos, a ordenação alfabética, possibilita que os itens sejam facilmente encontrados (como na lista telefônica). Ora, as listas são gêneros utilitários e, portanto, seus itens devem ser sucintos. Nossa lista atende a essa questão, mas, nesse caso, o estabelecimento dessa coerência genérica não pode ser visto como o objetivo último da conservação dos aspectos formais do gênero lista; é, antes, um índice da construção do sentido do texto.

Acreditamos, então, que a mobilização de um gênero conciso como a lista tem a ver com a própria construção do ethos discursivo desse texto, que vai balizar o sentido que se pode depreender dele como um todo.

No entanto, a construção do ethos discursivo desse texto não se dá apenas por instituição de papéis e pelos aspectos formais impostos pela cena genérica, mas se dá também de acordo com a cenografia.

Focalizaremos nossa atenção, para delimitar a cenografia do texto, em dois aspectos elementares, mas fundamentais para o funcionamento do texto. Trata-se da questão da autoria e do título do texto.

Mencionamos acima que, embora não sendo tradicionalmente um gênero humorístico, essa lista assim se insinua. Isso compõe sua cenografia, e esse aspecto cenográfico, aliado a outro – tal texto circula na internet sem autoria definida –, faz com que possamos aproximar a lista mais ainda do tipo humorístico e de um gênero bastante comum desse tipo, a piada. Mas o aspecto que queremos ressaltar para a constituição do ethos do texto é a própria veiculação da lista sem uma autoria definida.

Com relação ao título do texto, ele é, na verdade, um dos espaços de margem de manobra do enunciador, porém um espaço privilegiado, pois não está exposto às coerções genéricas dos enunciados proverbiais, como estão as alterações sintagmáticas contidas nos provérbios alterados.

### **2.1.1 – Das pistas ao ethos**

Nossa hipótese é que o ethos desse discurso reivindica e, principalmente, simula uma posição de autoridade, composta na relação entre as características cenográficas

e genéricas do discurso enquadradas na cena englobante humorística. Assim, a validação e a instituição desse dizer, desses novos e “reenunciáveis” enunciados, passa pela questão da constituição desse ethos de “autoridade”.

A constituição de um ethos desse tipo, no caso específico do nosso dado, é relevante para que funcione como texto humorístico, já que essa seriedade simulada (pelo ethos de “autoridade” que configuraremos adiante) promove um efeito de sentido, o de uma enunciação séria (e mesmo sábia), para, em seguida, conduzir ao riso, provocado pelas insólitas alterações dos enunciados previamente conhecidos, que são parte do *Thesaurus* das comunidades discursivas em que as alterações circulam.

A primeira característica que mobilizaremos diz respeito à própria cena englobante. É fato que o humor é tido estereotipicamente pela sociedade como crítico. Segundo Possenti (1998), esse é um dos lugares-comuns a respeito do humor. Ora, se a idéia que se tem do humor é a de que ele é crítico, o próprio enquadramento da lista no tipo humorístico começa a delinear a simulação de um ethos de “autoridade”, a partir do pré-construído que propõe que o humor é crítico e, sendo assim, pode veicular verdades.

Outra questão, que ressaltamos acima, diz respeito a uma característica do gênero lista: a concisão. Esse aspecto tem uma relação estreita com a funcionalidade do texto, pois, quando ressaltamos tal aspecto, notamos que ele pode propiciar tanto uma fácil veiculação do texto (por conta das proporções físicas) como uma fácil memorização, já que os itens que compõem a lista são (e devem ser) de pequena extensão.

Assim, se tal lista tem como principal objetivo instaurar novos enunciados e se esses enunciados são alterações de provérbios conhecidos e se estes últimos são também um gênero sucinto, posto que, na maioria das vezes, sua estrutura é formada apenas por dois sintagmas verbais, temos então uma relação delineada: para veicular alterações proverbiais, recorre-se a um gênero que, como os provérbios, deve ser conciso, para que as alterações possam também fazer, à semelhança dos provérbios, parte do “dicionário da língua”.

Esse aspecto da concisão, embora pareça banal, pode ter, inclusive, ajudado a proporcionar uma estabilização da lista como texto. Essa estabilização pôde ser notada em breve pesquisa feita com a ajuda do buscador Google (um dos buscadores mais utilizados).

O item “corrigindo velhos ditados” apresentou cerca de 1100<sup>38</sup> entradas em novembro de 2006, mas o que nos surpreendeu mais não foi o número de entradas, e sim o fato de que a maioria dessas entradas trazia a mesma lista, sem nenhuma alteração, desde o título até o último enunciado. O que nos faz pensar novamente nos provérbios, já que se trata de um dos gêneros mais estabilizados numa sociedade. Desse modo, se queremos configurar a simulação de um ethos de “autoridade” da lista, esse parece ser um dado importante, pois, assim como o provérbio, a lista apresenta-se bastante estabilizada (fundamentalmente no ambiente da internet)<sup>39</sup>.

Com isso, o enunciador da lista, no seu papel humorístico “crítico” determinado pelo gênero lista incorporado ao tipo humorístico, elabora novos enunciados que veiculam “novas verdades universais”, legitimadas pela construção do ethos de “autoridade”. O reaproveitamento de aspectos formais do discurso que se quer alterar é um mecanismo de construção desse texto. Como notamos, há a manutenção da estrutura do enunciado proverbial, assim como se veiculam os novos enunciados a partir de um gênero conciso e estabilizado.

No entanto, a construção do ethos da lista ainda passa por outras pistas, acima destacadas, deixadas pela própria cenografia discursiva. Uma delas é a questão da autoria, ou melhor, do anonimato autoral.

O problema posto pelo anonimato parece ser da mesma natureza: há um aproveitamento de uma característica do próprio provérbio, ou seja, a questão de ele ser uma enunciação anônima. Esse aspecto, mais uma vez, aponta para a simulação de um ethos de “autoridade”, na medida em que a lista se assemelha ao próprio provérbio, tido normalmente como a “sabedoria das nações”.

Mas há ainda outro aspecto a ser ressaltado, que também trabalha na construção do ethos desse discurso: o título “corrigindo velhos ditados” demonstra o tom específico do

---

<sup>38</sup> O número não representa nada, perto do número de falantes que reconhecem ou utilizam um provérbio, mas não deixa de ser relevante ao demonstra que o texto encontra-se bastante estabilizado no ambiente da internet.

<sup>39</sup> É possível encontrar em nossos dados exemplos de textos que possuem o mesmo título, mas que têm pequenas diferenças, como **D1**, **D2** e **D4**, nos quais percebemos ou uma quantia menor ou maior de PAs. Tais dados foram propositalmente colhidos para que seja possível notar as poucas variações da lista possíveis de se encontrar. Veremos ainda um texto bastante diferente, em que apenas o título e alguns enunciados coincidem, o dado **D6**.

enunciador da lista<sup>40</sup>. Não se trata de simples alterações proverbiais, mas de *correções*, ou seja, corrige-se o que é velho, provavelmente porque tais ditados, por serem velhos, não serviriam mais à conjuntura contemporânea à nova enunciação. Os “novos provérbios” veiculariam, portanto, novos valores, novas verdades, nos quais o enunciador é autoridade.

Esse último aspecto cenográfico ainda nos faz lembrar de estabelecer uma relação com o problema do regime de participação. Dessa maneira, o enunciador não se exime desse regime; pelo contrário, ele está incorporado a ele para poder dele tirar proveito. Assim é que o enunciador fala de seu lugar como membro da comunidade na qual o provérbio circula, pois somente assim pode propor as alterações e as novas “verdades universais”.

No entanto, a constituição de um ethos de “autoridade” não esgota a constituição do ethos efetivo de tal discurso. Como ressaltamos, esse ethos de “autoridade” é, em parte, uma simulação, que inclusive pode ser pensada em relação à produção do humor do texto, uma vez que, ao simular uma seriedade, o enunciador da lista valoriza o efeito surpresa que provoca o riso<sup>41</sup>.

Ao simular tal seriedade/autoridade, obtém-se um efeito de sentido contrário ao que seria validado pelo suposto ethos efetivo da lista, ou seja, tal simulação promove um efeito de seriedade, de uma enunciação séria, que, no entanto, é parcialmente quebrada pela produção de humor.

Portanto, a constituição do ethos efetivo da lista passa pela simulação do ethos de “autoridade”, e também pela alteração dos enunciados proverbiais com propósitos humorísticos. Logo, um ethos efetivo deriva não só da simulação de seriedade, mas do processo de paródia a que o provérbio é submetido no texto.

Na lista funciona, então, um ethos zombeteiro, escarnecedor, no qual a simulação da seriedade/autoridade é incorporada ao processo de paródia, fazendo com que haja não somente uma simples paródia proverbial, mas uma paródia que se origina na confluência entre uma simulação de autoridade e o ato de parodiar.

---

<sup>40</sup> Há ainda outro dado que não possui o mesmo título da lista, o dado **D5**. Trata-se também de uma lista de PAs, mas o título, ao contrário do dado **D3**, parece revelar mais claramente que se trata de um ethos debochado.

<sup>41</sup> Sobre a questão de o humor ser produzido pelo imprevisto, ver Skinner (2002).

O ethos, aqui, constitui-se diferentemente de outros discursos em que os provérbios alterados figuram. É o caso da canção "Bom Conselho" de Chico Buarque, em que há nitidamente a constituição de um ethos sério na subversão que contesta as verdades proverbiais:

## **D7-**

### ***Bom Conselho***

*Ouçã um bom conselho*

*Que eu lhe dou de graça*

*Inútil dormir*

*Que a dor não passa*

*Espere sentado*

*Ou você se cansa*

*Está provado*

*Quem espera nunca alcança*

*Ouçã, meu amigo,*

*Deixe esse regaço*

*Brinque com meu fogo*

*Venha se queimar*

*Faça como eu digo*

*Faça como eu faço*

*Aja duas vezes antes de pensar*

*Corro atrás do tempo*

*Vim de não sei onde*

*Devagar é que*

*Não se vai longe*

*Eu semeio o vento*

*Na minha cidade*

*Vou pra rua e bebo a tempestade.*

Diante disso, não se trata de afirmar que a lista seja uma enunciação inocente, na qual as alterações seriam simples mecanismos para produzir o riso. A simulação de um

ethos de “autoridade” revela um outro aspecto dessa enunciação, a própria questão da subversão. A mobilização de um ethos pensado nesses moldes (que zomba, simulando seriedade) ainda nos faz retornar a outro problema, aquele relacionado ao processo de construção dos enunciados alterados, ou seja, o desvio, nas formas da captação e da subversão. Como podemos notar, na própria lista há exemplos tanto de captação quanto de subversão. No entanto, não há exemplos de captação se o sentido do texto for relacionado ao ethos que configuramos aqui.

Tanto a simulação de um ethos de “autoridade”, quanto a constituição de um ethos escarnecedor apontam para a questão da subversão. Um ethos de “autoridade” incidiria no sentido global da lista, pois o texto veicularia verdades e, em sua ótica, as “velhas deveriam ser corrigidas”. Dessa maneira, só poderíamos ter um caso de subversão, mesmo porque é a própria verdade proverbial que é contestada.

Se consideramos que se trata de um ethos escarnecedor, não podemos afirmar que se quer instaurar novas verdades, mas, sim, trocar das verdades proverbiais por meio da paródia. No entanto, tal mecanismo não é, de maneira alguma, como dissemos, inocente: a própria verdade proverbial é contestada; humoristicamente contestada.

## 2.2 – Uma letra de música

Podemos estender algumas afirmações que fizemos sobre a lista de PAs a um outro texto de origem totalmente diferente. Trata-se de uma letra de música na qual, diferentemente do texto anterior, figura um único PA, o dado **PA48** *mais vale um na mão do que dois no sutiã*. A letra de música em questão é de autoria do grupo Mamonas Assassinas, que fazia músicas com aspecto humorístico. Vejamos o texto:

### D15-

#### *Vira-vira*

*Mamonas Assassinas*

*Fui convidado pra uma tal de suruba,  
Não pude ir, Maria foi no meu lugar  
Depois de uma semana ela voltou pra casa,  
Toda arregaçada não podia nem sentar.  
Quando vi aquilo fiquei assustado,  
Maria chorando começou a me explicar.  
Aí então eu fiquei aliviado,*



*E dei graças a Deus porque ela foi no meu lugar*

*Roda, roda e vira, solta a roda e vem  
Me passaram a mão na bunda e ainda não comi ninguém  
Roda, roda e vira, solta a roda e vem  
Neste raio de suruba, já me passaram a mão na bunda,  
E ainda não comi ninguém!*

*Ó Manoel olha cá como eu estou  
Tu não imaginas como eu estou sofrendo  
Uma teta minha um negão arrancou  
E a outra que sobrou está doendo*

*Oh Maria vê se larga de frescura  
Eu te levo no hospital pela manhã  
Tu ficaste tão bonita monoteta  
**Mais vale um na mão do que dois no sutiã**<sup>42</sup>*

*Roda, roda e vira...*

*Oh Maria essa suruba me excita*

*Arrebita, Arrebita, Arrebita*

*Então vai fazer amor com uma cabrita*

*Mas Maria isto é bom que te exercita*

*Bate o pé, arrebita, arrebita*

*Manoel tu na cabeça tem titica  
Larga de putaria e vá cuidar da padaria.*

*Roda, roda e vira...*

Assim como na lista de PAs, temos um outro gênero do discurso que não se liga estritamente ao tipo humorístico que é a letra de música. Novamente temos, portanto, um gênero que não compõe tradicionalmente o tipo humorístico, mas que funciona muito bem em seus propósitos de produção de riso.

No entanto, gostaríamos de focalizar a atenção na cenografia desse texto, que, no nosso ponto de vista, é a parte da cena enunciativa que “promove” a entrada do texto para o tipo humorístico.

Destaquemos inicialmente, o tema do texto, novamente o sexo (ou as conseqüências de uma “suruba”). Falamos acima de uma certa licença que permite o humor tratar de certos temas tabus e acrescentamos que o sexo é um desses temas reprimidos

---

<sup>42</sup> Grifo nosso.

socialmente. Acrescentemos aqui que, em certos casos, o humor trata dos temas tabus de uma forma não muito sutil, e como dissemos, às vezes, até de uma forma grosseira. É o caso desse texto (vide os vocábulos *suruba*; *bunda* e *putaria* e as expressões *ainda não comi ninguém*; *uma teta minha um negão arrancou e então vai fazer amor com uma cabrita*). Dessa forma, a crueza com que o tema é tratado pode muito bem ligar tal texto ao tipo humorístico.

Outra questão é a presença de duas vozes bem distintas no texto, a voz de Maria e de Manoel. A letra da música compõe-se, portanto, de uma narração promovida pelo personagem Manoel, e de um diálogo protagonizado pelos dois personagens. Mas a presença de duas vozes não seria um aspecto relevante para a produção do humor, ela se torna relevante porque temos um diálogo entre personagens estereotipados.

Na verdade é um diálogo entre personagens construídos pelo texto como portugueses. Novamente destaques a relevância de uma interdiscursividade trabalhando como construtora de sentidos. Aqui a possibilidade de interpretação dos personagens como portugueses deriva em boa medida de outros discursos. Não é construído, portanto, no texto, mas sim, por imagens e idéias preestabelecidas que figuram em outros discursos.

Do campo humorístico, podemos destacar algumas influências interdiscursivas. Uma delas é a questão da nomeação dos personagens. É sabido que no discurso humorístico os personagens portugueses são sempre chamados de *Manoel* e *Maria*. Outro vocábulo que deriva de um discurso humorístico e que veicula uma imagem estereotipada do português é *padaria*. Dessa forma, para o discurso humorístico, os portugueses se chamam *Manoel* e *Maria* e trabalham (ou são donos) de *padarias*. Há ainda um outro aspecto que não figura no texto escrito, mas que é possível recuperar no texto cantado, a interjeição *raios*. A música inicia, na verdade, com um grito que é esta interjeição. Novamente outra palavra que é fortemente vinculada ao português pelo discurso humorístico.

Incorporemos ainda à construção do personagem português, outras “pistas” cenográficas. Uma delas é o próprio nome da canção, *Vira-vira*, referência à dança típica portuguesa (Vira), reforçada ainda pela música e pelo ritmo (bastante próximos do Vira português). Há também o sotaque, um certo simulacro do sotaque lusitano da língua portuguesa, e o uso do pronome tu e de verbos conjugados em segunda pessoa do singular (*tu não imaginas...; tu ficaste...*).

Mas há algo diferente nesse texto, que não é da ordem do discurso humorístico sobre os portugueses, a veiculação de uma imagem de um português depravado sexualmente. Dessa forma, não figura nesse texto, o estereótipo do português burro.

Em contrapartida, há uma tendência do texto em valorizar o absurdo – *uma teta minha um negão arrancou* –, que sugere um ato sexual (sexual?) muito mais violento do que se pode imaginar. Ou ainda é possível notar a presença de um certo absurdo na parte final do texto, em que se pode notar um certo desejo sexual por parte de Manoel ao ver Maria no estado em que se encontra (*Oh Maria essa suruba me excita*).

Dessa forma, a hipótese que formulamos é que o PA que figura no texto, *mais vale um na mão do que dois no sutiã*, alteração do provérbio *mais vale um pássaro na mão do que dois voando*, serve como uma validação do discurso do absurdo. É como que se para validar o discurso de tal texto, o personagem Manoel recorresse a uma voz de autoridade e, a exemplo do que ocorre com os provérbios, que são invocados, na maioria das vezes, a validar um discurso específico, encontrasse uma voz de autoridade no PA.

Obviamente que não se trata de um discurso de autoridade, nem de um ethos de autoridade que seja fiador de tal discurso. O que queremos defender é que no jogo do texto o enunciado proverbial alterado funciona dessa maneira, validando o discurso de *Manoel*, ou seja, no campo do discurso humorístico a que o texto se insere, vale a autoridade de um PA, mas se saímos do fechamento desse campo, veremos, novamente, que se trata de uma simulação de autoridade. Mesmo porque a autoridade de tal enunciado só valeria no interior do discurso humorístico. De qualquer forma, o ethos de tal discurso passa também por essa simulação que, assim como na lista, fornece elementos para a produção do riso.

Outro texto em que podemos notar uma simulação de seriedade é o dado abaixo, também colhido com a ajuda do buscador Google, aliás, uma das poucas variações encontradas nas entradas obtidas através da expressão *corrigindo velhos ditados*:

## **D6-**

### ***Corrigindo velhos ditados***<sup>43</sup>

*Autor: Daniel Fiuza*  
*25/01/2002*

---

<sup>43</sup> O dado fora transcrito da forma como foi encontrado em seu ambiente original. Possíveis equívocos ortográficos ou gramaticais não são de nossa responsabilidade.

*É dando que se recebe  
Será que isso é verdade?  
Tenho as minhas duvidas!  
Falo pra toda a cidade  
A coisa normal da vida  
É dando que se engravida  
Isso sim é a realidade.*

*Aquele que ri por último  
Não acho que ri melhor  
Não entendeu a piada  
Por isso é que ele ri só  
Demorou pra entender  
O que se pode fazer  
Só se pode sentir dó.*

*Quem com ferro fere  
Às vezes nem é ferido  
Mas eu te digo que dói  
Falo sem ser atrevido  
O delito fica impune  
O criminoso imune  
Fica tudo escondido.*

*Lá na casa do ferreiro  
O espeto não é de pau  
Lá o espeto é de ferro  
E o Ferreiro é o tal  
É metálico o que faz  
Na madeira é incapaz  
É uma verdade cabal.*

*Eu devo e nunca pago  
Eu nego enquanto puder  
Essa é a grande verdade  
Sendo homem ou mulher  
Deve e não quer pagar  
Pode morrer de apanhar  
Só vai pagar se quiser.*

*Quem tem boca vai a Roma  
Esse é um ditado realista  
Quem tem boca acaba indo  
Procurar um bom dentista  
Para trata bem do dente  
Depois viajar contente  
Num turismo especialista.*

*Qualquer gato escaldo  
Não tem medo de água fria  
Porque se cair na fervura  
Morre, e nunca mais mia  
Vira um bichano finado  
Com o pêlo escapelado  
Só fica a fotografia.*

*Quem espera sempre alcança  
Que mentira mais cabeluda  
Quem espera sempre cansa  
Eu falo ninguém se iluda  
Pode espera a vida inteira  
Digo-te não é brincadeira  
Pra pobre mais nada muda.*

*Se um não quer dois não briga  
E claro que pode brigar  
Se um te der uma porrada  
Lógico que vai revidar  
A briga só depende de um  
Se agredir mais algum  
A briga já vai começar.*

*Males que vem para o bem  
Isso é falso eu vou falar  
Se vem o mal na tua vida  
A tendência e piorar  
O mal será sempre ruim  
Infelizmente é assim  
E nunca mais vai mudar.*

Aqui o título funciona como na lista de PAs: é um índice do trabalho do sujeito em que se pode notar a estratégia de simulação de seriedade/autoridade. Mas podemos notar, ainda, outros índices do trabalho de simulação de autoridade.

Antes de falar sobre tais índices, vale a pena observar a estratégia de montagem do poema, que não deixa de ser bem peculiar. Nele cada estrofe é montada a partir de um enunciado base, que na verdade é um provérbio que será alterado. Também a alteração que ele sofrerá em seguida é um tanto quanto estabilizada, posto que nas alterações propostas no texto podemos ler algumas já existentes.

Na primeira estrofe temos o enunciado base *é dando que se recebe* e uma alteração “atestada” *é dando que se engravida*; na segunda estrofe, o enunciado *quem ri por último ri melhor* e alteração *quem ri por último não entendeu a piada*; na terceira estrofe, o enunciado *quem com ferro fere com ferro será ferido*; na quarta estrofe, o enunciado *em casa de ferreiro o espeto é de pau*; na quinta estrofe, o enunciado base *devo, não nego, pago quando puder* e uma alteração “atestada” *devo, não pago, nego enquanto puder*; na sexta estrofe, o enunciado *quem tem boca vai a Roma* e a alteração *quem tem boca vai ao dentista*; na sétima estrofe, o enunciado *gato escaldado de água fria tem medo* e a alteração *gato escaldado morre*; na oitava estrofe, o enunciado *quem espera sempre alcança* e a

alteração *quem espera sempre cansa*; na nona estrofe, o enunciado *se um não quer dois não brigam* e na décima estrofe, o enunciado *há males que vêm para o bem* e a alteração *há males que vêm para pior*.

Na primeira estrofe, por exemplo, notamos o trabalho do sujeito nas indagações e afirmações do enunciador,

*É dando que se recebe*  
*Será que isso é verdade?*  
*Tenho as minhas duvidas!*  
*Falo pra toda a cidade*  
*A coisa normal da vida*  
*É dando que se engravida*  
*Isso sim é a realidade.*

ou na última estrofe,

*Males que vem para o bem*  
*Isso é falso eu vou falar*  
*Se vem o mal na tua vida*  
*A tendência e piorar*  
*O mal será sempre ruim*  
*Infelizmente é assim*  
*E nunca mais vai mudar.*

Dessa forma, podemos notar também a simulação de um ethos sério, que novamente serve como elemento de produção de humor. Assim é que podemos notar uma estratégia de imposição de uma suposta seriedade que é trabalhada no texto e promove o riso na medida em que as alterações humorísticas aparecem ou se deixam ler.

### 2.3 – Algumas tiras

Diferentemente de alguns dos dados acima expostos, os dados que exporemos abaixo são de um gênero discursivo que compõe tradicionalmente o tipo discursivo humorístico. São algumas tiras (três na realidade) em que figuram de forma mais ou menos central as estratégias de desvio proverbial.

Dessa forma, já de antemão, por se tratar de tiras e por estas serem gêneros de um tipo humorístico, a simulação de um ethos de “autoridade” não parece ser verdadeira

aqui, posto que para gêneros tipicamente humorísticos um ethos desse tipo talvez não faça muito sentido, nem consiga ser fiador de um discurso jocoso.

Mas há características da ordem da cena genérica que podem ser associadas com a própria estrutura e modo de significação do PA. Vejamos os dados abaixo:

#### D12-



#### D13-



Tipicamente, nas tiras, o último quadrinho é que serve como gatilho, como elemento surpresa para a produção do riso. Nos dois dados acima é exatamente isso o que ocorre. Há, no entanto, um aspecto diferenciado. Vimos que uma das estratégias de produção de humor nos PAs é a substituição de parte da estrutura proverbial, normalmente a segunda parte ou alguma palavra dela. De início não há nenhum tipo de alteração proverbial, porém veremos que as alterações, embora não sejam perceptíveis na estrutura do provérbio, ocorrem de acordo com as próprias regras de funcionamento do PA.

No dado **D12**, o provérbio *se Maomé não vai até a montanha, a montanha vai até Maomé* sofre alteração de acordo com a característica genérica destacada acima, ou

seja, na última parte do texto, na qual figura a surpresa que desencadeia o humor, há aspectos cenográficos que fazem o provérbio ser (re)lido de outra forma. Assim, o texto, como a maioria dos PAs, promove uma alteração no sentido do provérbio inserindo elementos novos na enunciação.

Os elementos a que fazemos referência são os seguintes: os homens bebendo em uma mesa aparentemente de bar, a mulher obesa e a pergunta que ela faz, *esqueceu nosso encontro Maomé*. Novamente temos um caso de desmetaforização, promovida pela cena final da historinha, o que parecia ser elemento conotado, *Maomé* e *montanha*, têm “reestabelecido” um referente pontual.

No dado, o estabelecimento dessa referenciação pontual ocorre por conta da possibilidade de leitura de um discurso marginal sobre a obesidade. Assim, na tira, é-se obrigado a relacionar o vocábulo *montanha* com a personagem obesa, posto que, para certos discursos, é comum nomear obesos com nomes pejorativos, como *baleia*, *rolha de poço*, etc., nomes que os relacionem com objetos, coisas, animais que sejam absurdamente grandes.

Algo parecido ocorre no dado **D13**. O que afirmamos sobre a alteração do provérbio anterior também é válido para este, ou seja, a tira faz o provérbio ser alterado a partir de um acréscimo sintagmático em seu último quadro.

Aqui temos um PA figurando de maneira central. Enquanto que no dado anterior tínhamos a veiculação de um discurso corrente sobre a obesidade e a alteração proverbial funcionando como mote do riso, em **D13**, parece ser a própria alteração do provérbio que é o mote principal.

Vejamos, no entanto, outro dado, em que o humor e a alteração não dependem especificamente de uma estratégia de leitura que valorize a surpresa do final do texto, mas, de certa forma, de uma relação interdiscursiva da imagem central da tira:



## D14-



Temos nesta tira, um enunciado que, de certa forma, valoriza a homossexualidade (enunciado que já expusemos). No entanto, ainda podemos perceber um convívio de dois discursos diferentes sobre o mesmo assunto, a homossexualidade. Para explicar o humor da tira talvez seja necessário recorrer às tiras do mesmo autor que foram publicadas antes no mesmo jornal.

Na verdade, trata-se de uma série de tiras nas quais os protagonistas, Rocky e Hudson (os cowboys gays), revoltam-se contra o humorista do jornal da cidade, cujas piadas sempre tendiam à homofobia. Dessa forma, invadem o jornal e passam a formular piadas com fundo “anti-homofóbico”

A tira em questão é a última da série e parece representar os dois discursos, um que veicula a imagem do homossexual que, de certa forma, é comum; e outro que faz parte de uma anti-homofobia.

Quando dizemos que se trata da convivência de discursos distintos sobre a homossexualidade é porque, no nosso ponto de vista, é possível ler em fragmentos do texto os dois discursos. Temos, por exemplo, a expressão em francês, *coq au vin*, que na verdade é o nome de um prato da culinária francesa, tal expressão pode fazer mobilizar uma discursividade sobre o homossexual que veicula um estereótipo do homossexual empolado, “fresco”, com certa propensão a coisas delicadas. A recorrência ao idioma francês é outro índice da estereotipagem do homossexual, já que é um idioma que, para certo discurso, frequentemente é associado à efeminação.

Por outro lado, o PA *em terra de homossexual quem tem dois sexos é rei*, como dissemos acima, pode ser lido como um típico discurso anti homofóbico, pela presença do

vocábulo *rei*, que nitidamente valoriza a figura do homossexual, figura que se pode captar na expressão *quem tem dois sexos*.

Um outro aspecto bastante interessante de tal tira é que há uma pluralidade vocal até de certa forma incomum nas tiras. Temos, portanto, as vozes dos personagens, que são obviamente as vozes que “validariam” o discurso da homofobia e a voz de uma outra “pessoa” que pode ser compreendida como o enunciador, que valida um outro discurso, o da anti homofobia. De qualquer forma, é um texto bastante intrigante, posto que os discursos aparentemente não se contradizem. Assim, para o discurso da tira, seria interessante ter “dois sexos”, mas isso não excluiria a “frescura” dos homossexuais.

## **2.4 – Seriedade**

Há alguns textos em que a enunciação dos PAs não serve somente (ou não serve mesmo...) à produção do riso. São textos que têm um certo tom de seriedade e que podem servir, muitas vezes, a um discurso moralista ou censurador.

Da mesma forma, a produção do riso fica, nestes textos, em segundo plano (ou não chega a ser posta). Assim, se especularmos sobre o ethos desses textos, que nos propomos a analisar abaixo, veremos que há uma diferença fundamental dos exemplos que expusemos acima. Aqui não há apenas uma simulação de seriedade, mas uma seriedade corporificada por esse ethos sério. É o que poderemos notar no primeiro dado que exporemos, em que a captação de um provérbio reconhecido confere um certo valor de verdade ao dito, de modo que o enunciador possa ser também reconhecido como portador dessa verdade.

Dessa maneira, poderemos notar que, mesmo em se tratando de PAs cujo objetivo é quase sempre a produção do riso, há uma certa dependência do sentido dos textos e do sentido dos PAs de categorias discursivas específicas, como as já mencionadas cenas enunciativas e a condição de produção. Dessa forma, a incidência do PA no sentido do texto, ou do texto no sentido do PA variaria, em boa medida, de acordo com certos aspectos, como o gênero do discurso, as condições de produção e, sem dúvidas, o ethos discursivo.

### 2.4.1 – O provérbio alterado como reprovação moral

Um dado bastante curioso e que colhemos em ambiente pouco convencional para a ciência é o seguinte:

#### D8-

*O grande problema do IEL e do IFCH é que muitos lêem Caras na cantina e arrotam Foucault por aí.*

Para compreender tal enunciado é necessário que façamos antes uma explicação: trata-se de um enunciado que veicula um discurso de reprovação a pessoas de dois institutos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o *IEL* e o *IFCH* mencionados no enunciado são, respectivamente, o Instituto de Estudos da Linguagem e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de tal universidade.

A reprovação se dá em torno da suposta leitura a que se faz referência no enunciado. Observando a materialidade discursiva, veremos a reprovação em um vocábulo estratégico: *Caras*. Para o posicionamento discursivo do enunciador, o vocábulo mencionado acima incide negativamente no sentido do texto, de forma que se propala uma certa leitura efetivamente feita, *Caras*, e uma que na verdade não seria feita, *Foucault*, mas *arrotada*, simulada. Assim, há reprovação de uma simulação de leitura (*arrotar Foucault*) e de uma leitura efetivamente feita (*lêem Caras*).

Dessa maneira, o provérbio captado *comer mortadela e arrotar peru* (ou qualquer uma das variações possíveis) empresta ao novo enunciado, e às palavras mencionadas acima, registros negativos e positivos, ou seja, para tal posicionamento discursivo, *Caras* seria uma leitura ruim (registro negativo) e *Foucault* seria a leitura boa (registro positivo)<sup>44</sup>.

Para compreender os registros como negativo e positivo é necessário que façamos questionamentos em torno da condição de produção desse discurso. Assim, é necessário que compreendamos o que representa *Caras* e *Foucault*. *Caras* é o nome de uma revista interessada em demonstrar a intimidade de artistas e pessoas, que por algum motivo sejam famosos. O registro negativo deriva daí. Para o posicionamento discursivo de tal

---

<sup>44</sup> Como no provérbio: *mortadela* é o registro negativo e *peru*, o registro positivo..

enunciador, seria pouco construtivo que pessoas desses dois institutos lessem uma revista como *Caras. Foucault*, conhecido pensador e historiador francês, entra como registro positivo, já que seria uma leitura conveniente.

#### **2.4.1.1 – Cenas**

Um pouco da história da coleta do dado talvez explicita um pouco e traga vestígios de cenas de enunciação que possam caracterizar o ethos censurador de tal discurso. Como dissemos, não se trata de um texto convencional, pelo contrário, trata-se de um texto que fora coletado num dos banheiros do Instituto de Estudos da Linguagem (o mesmo *IEL* mencionado no texto). É, portanto, um “pensamento” de banheiro, uma frase de parede de banheiro.

Entramos, então, novamente pela questão do gênero do discurso. Trata-se de um gênero nada formal, no qual normalmente há uma certa licença para se tratar de assuntos normalmente não tratados em outros textos (nisto há uma certa aproximação do tipo de discurso humorístico), normalmente o sexo, a homossexualidade, a prostituição e ainda “normas de conduta”, frases de ordem, etc. Há também, neste gênero textual, uma certa liberdade em veicular palavras de baixo calão, fortemente ancorada na autoria anônima.

Aspectos genéricos que podem, sem dúvida, ser relacionados à enunciação proverbial, principalmente no que diz respeito à autoria e à questão da conduta e da ordem. Assim, um texto que convenientemente pode (e pôde) ser captado para servir de frase de banheiro é o provérbio, principalmente por seu aspecto conciso.

O encaixamento de um gênero em outro é um aspecto que pode ajudar a delinear um ethos censurador, fazendo com que a captação sirva como estratégia de reprovação de atitudes de indivíduos de uma instituição.

É verdade que se trata de um gênero bastante estranho para ser moralista, mesmo porque, se pensarmos em seu suporte textual, a parede, as portas de um banheiro público, etc., notaremos que escrever em tais suportes não revela uma boa conduta moral, mas, por outro lado, se pensarmos que certos discursos moralistas partem de pessoas pouco confiáveis ou mesmo imorais...

Mas há ainda outros aspectos, fundamentalmente cenográficos, há pouco mencionados, que podem compor um ethos fiador de um discurso moralista. Trata-se dos vocábulos que expusemos acima:

O grande problema do IEL e do IFCH é que muitos lêem **Caras** na cantina e arrotam **Foucault** por aí.

Voltemos aos vocábulos *Caras* e *Foucault*. Quando se diz que nesses dois institutos tidos como referência de pesquisa e ensino no Brasil, alguns (ou melhor *muitos*) lêem a revista *Caras* ao invés de ler coisas importantes (como Foucault, por exemplo...), e o pior *arrotam* (isto é dizem que lêem, afirmam que sabem) *Foucault por aí* é uma reprovação e uma acusação grave. Ou seja, para esse discurso, há um problema com *muitas* pessoas<sup>45</sup> desses dois institutos universitários, o de ler uma coisa fútil e dizer que lêem e que sabem uma coisa séria. Assim, reprova-se uma conduta, que não se esperaria de indivíduos como os que estão sendo censurados, a partir da captação de um provérbio atestado.

#### 2.4.2 – Um moralismo invertido

Um outro texto, bastante peculiar inclusive, é o texto *Moral e Civismo* que veremos abaixo. Dizemos que se trata de um texto peculiar porque ele não deixa de ser bastante diferente dos textos convencionais de seu gênero. Trata-se de uma coluna semanal do jornalista Fernando Bonassi da Folha de São Paulo:

**D9-**

##### *Moral e Civismo*

*Fernando Bonassi*

*Cuspir no prato em que se come para não se acostumar à caridade oferecida em nosso nome. Dar à pena a morte que ela merece. Ir beber a muita sede que o tal do pote contém. Ensinar o mal a quem sempre praticou o bem. Tirar o doce das crianças que precisam crescer.*

---

<sup>45</sup> Aparentemente se trata de uma reprovação aos alunos desses institutos, já que no mesmo texto aparece ainda um ambiente onde a leitura ruim seria efetivamente feita, a *cantina*, espaço tradicionalmente muito mais freqüentado por alunos do que por qualquer outra pessoa (professores, funcionários, etc.) das faculdades e universidades em geral.

*Negar os pobres de imaginação. Tocar os podres de espírito. Repartir com o diabo o pão amassado. Ajoelhar se for rezar. Erguer-se para contradizer. Dizer adeus aos deuses em questões de humanidade. Tomar a minha liberdade onde o outro deixa de avançá-la. Cobiçar para saber perdoar. Não complicar a mulher para o próximo. Ignorar os outros como a si mesmo. Evitar os muito vivos. Enterrar os meio mortos. Tratar indiferentemente com deferência como se todos fossem diferentes. Ter classe de bailarina, paciência de Jó e malícia de vagabunda. Roubar o perdão de pelo menos um ladrão. Chutar os assassinos dos cachorros indefesos. Escovar os dentes cariados dos cavalos doados. Entregar uma boiada para sair da briga dos mais burros. Esfaquear a ponta dos murros. Esvaziar a ação da reação. Dar contra-mão à palmatória.*

*Libertinagem ainda que tardia! Pois é de velho que o vinho vivifica... Respeitar e aproveitar os corpos amados como cristos abraçados às deliciosas cruces de pecados.*

*Cair em tentação. Arrepende-se com resignação. Fazer mais do que a obrigação e menos que o floreio.*

*Romper com os arreios dos costumes consentidos. Para os amigos, a mesma lei dos inimigos. Não depender dos prejuízos dos juízos dos juizes sobre as nossas culpas. Não se deixar prender nas cadeias da reprodução. Mostrar a mesma face. Pagar com outras moedas. Devolver os desaforos para as casas de onde partiram. Contestar as idéias de consenso dos sonsos que as pariram. Meter-se com aquilo que não deve ser chamado. Ser o cunhado dos parentes. Manter-se a mútua distância necessária daquilo que for próximo e íntimo demais. Ademais, impor-se limites. Perder as estribeiras. Sufocar o irrespirável. Dançar no silêncio conforme a música que é sonogada. Regar a tempestade depois da bonança, alcançar a desesperança última e serena dos que morrem primeiro.*

*Na dúvida, aceitar mais que enjeitar; resolver e afofar mais que esmagar e amassar. Resolver mais que ajeitar. Arriscar-se a perder já que para ganhar todos os tolos mais espertos já aprenderam a jogar por essas bandas e cassinos...*

*Mandar para escanteio as pedras dos meios dos caminhos ao invés de lapidá-las com esmero nas páginas das revistas onanistas. Escrever mil imagens pra o que vale uma palavra dessas. Transmitir o calor de uma palavra dada como quem dá alguma coisa de valor.*

*Cutucar a dor da ferida com a vara curta da explicação.*

*Pedir proteção. Dar segurança. Ter férias. Tirar trabalho.*

*Pagar o preço caro dos conselhos baratos que forem seguidos. Escolher não ser escolhido. Não ser conduzido. Não conduzir.*

*Não faltar aos atos impensados ou falhar na ambigüidade da razão. Agir dez vezes antes de pensar. Corrigir a pressa da imperfeição.*

*Não à coisa pública um destino de privada.*

*Saborear o prato quente da vingança com a frieza da sabedoria. Ser e não ser. Não deixar os cadáveres ilustres nos passarem por cima quando se levantarem para nos governar. Desgovernar os certos. Deseducar os errados. Deixar escapar o único pássaro da mão. Apreciar com ironia a crueldade dos outros que estão voando em comemoração à gravidade da situação.*

*Amargar a trivialidade do que for água com açúcar. Adoçar o lar onde quer que esteja. Conhecer o pouco que se tem como tudo aquilo que nos falta. Considerar meninos e meninas inocentes mesmo que adultos provem o contrário. Dormir, sonhar e acordar para contar os pesadelos da realidade.*

*Saber a oportunidade de se retirar sem ser convidado pelo eleitorado... Pois é relevando que se é relevado.*

*Convém também informar desde logo que o melhor do Brasil até pode ser o brasileiro, se isso for assim tão importante... mas então é importante assim esclarecer que o melhor do brasileiro também não é o Brasil.*

*E para encerrar, por que não lhes perguntar: que tipo de ordem é essa, companheiros? E o progresso? É para quem, meus camaradas?*

*Que os próximos 180 e tantos anos sejam de independência para todos esses seres quase desumanos, já que só a morte parece ser a sorte comum a qualquer um neste pedacinho de terrinha.*

Podemos observar que se trata de um texto que é construído a partir da alteração não só de provérbios atestados, como também de expressões idiomáticas e até de

mandamentos da igreja católica. Este é um dos aspectos que fazem desse material um texto diferenciado, posto que na maioria das vezes um texto jornalístico não é composto por tantos e tantos ditos populares.

Convém, contudo, esclarecer certos aspectos da cena enunciativa do texto que nos parecem primordiais para a compreensão e para a produção dos efeitos de sentido do texto. Trataremos, portanto, da questão do gênero e do suporte.

Falamos que o texto em questão é uma coluna semanal do autor, mas não falamos que se trata de um espaço em que normalmente os autores escrevem crônicas, às vezes de caráter puramente literário, às vezes de caráter um tanto filosófico, etc. Mas se estamos tratando de fato de uma crônica, devemos aproveitar o ensejo para fazer questionamentos sobre o papel de características genéricas no sentido do texto.

A crônica é um dos gêneros de discurso em que certos aspectos podem variar bastante, principalmente no que diz respeito ao assunto, ao tema. É fato também que o tema normalmente é utilizado como meio para se chegar a uma reflexão sobre a realidade, sobre o cotidiano, etc. Este era um dos aspectos que gostaríamos de ressaltar, o uso da crônica como texto para reflexão, no nosso caso, essencialmente no que diz respeito ao fato de *ser brasileiro*.

Outros aspectos derivam do suporte<sup>46</sup>. Vagamente mencionamos o nome do jornal do qual o texto foi extraído, porém há certos aspectos desse suporte textual que devemos ressaltar: trata-se de um texto que fora extraído de um caderno do jornal Folha de S. Paulo que se chama *Ilustrada*; o espaço normalmente é reservado a uma crônica; no caderno circulam textos que tratam de cultura e afins. Ou seja, não se trata apenas de um jornal, mas de um caderno (e de um espaço dentro desse caderno) que trata de um tema específico.

Mas restam ainda certas características que não são nem da ordem do gênero, nem mesmo do suporte, ou seja, são aspectos cenográficos. Um deles e que deve muito ser levado em consideração é a data do texto, que elucidará boa parte dos problemas: *cinco de setembro de 2005*.

---

<sup>46</sup> Embora o suporte pareça um problema não muito relevante, Maingueneau alerta que não é apenas um meio, mas que ele também influencia certos aspectos do gênero do discurso, e que a sua mudança pode acarretar mudanças também no plano da recepção, na circulação, no modo de leitura, etc. (ver Maingueneau, 1998: 72).

Sabemos que a data de publicação de um texto, no tipo jornalístico, é muito importante, pois os textos que normalmente fazem parte desse tipo são, de certa forma, temporais. Aqui a data tem um papel relevante, pois cinco de setembro é a antevéspera da data da Independência brasileira.

Novamente temos um aspecto que se insere numa confluência entre as três cenas. Normalmente, a importância da data é comum em alguns textos jornalísticos, como a notícia, a reportagem e o editorial (estes dois últimos em menor escala), mas não é muito importante em outros textos, como no artigo de opinião e na crônica. Assim é que a data de publicação entra nos aspectos que estamos ressaltando pela “porta” da cenografia, mas liga-se ao tipo jornalístico por uma questão genérica, isto é, na maioria dos textos de um jornal a data é relevante. Porém, este não é o nosso caso, posto que a crônica não é um gênero cuja data de publicação seja absolutamente relevante, ou seja, o que vale para outras crônicas não está valendo para essa em específico. Portanto, temos um aspecto que pode ser relacionado ao tipo jornalístico penetrando um gênero em que tradicionalmente a data não tem demasiada importância.

Ressaltados esses aspectos, podemos agora notar alguns dos efeitos de sentido que o texto veicula. Notadamente, trata-se de um texto que não é de fácil manejo e cujos sentidos não são de fácil apreensão. Dessa forma, acreditamos que uma das formas pelas quais podemos nos perguntar pelos sentidos de tal texto possa ser um questionamento sobre seu ethos.

Vimos até aqui demonstrando alguns ethos debochados, que derivam em boa medida de um tipo de discurso humorístico, mas que se fortalecem por uma simulação de seriedade (e de autoridade em alguns casos). Nesse texto, aparentemente não temos uma simulação de seriedade, mas uma simulação de deboche. Assim teríamos um enunciador que simularia um deboche, uma enunciação jocosa, mas que no fundo está preocupado em propalar um discurso moralista.

É o que podemos notar ressaltando o início do texto e seu título: o título *Moral e Civismo* instaura uma certa seriedade, que pode inclusive ser afirmada pela questão do suporte (trata-se de um espaço de reflexão) e pelo gênero, e o leitor é levado a pensar num texto sério, mas essa imagem de seriedade vai aos poucos sendo quebrada pelo efeito que promovem no texto as alterações proverbiais. Assim, logo no início, com a enunciação



*cuspir no prato em que se come* ou *ir beber a muita sede que o tal do pote contém*, a discursividade da seriedade instaurada pelo título vai cedendo espaço a uma “jocosidade”, a uma inversão de boas condutas.

Mas o texto não tem apenas este aspecto da inversão da boa conduta (que em boa medida deriva das alterações proverbiais). Temos que novamente trazer à tona os aspectos cenográficos, a data do texto, e um outro ingrediente que não tocamos ainda, a parte final do texto.

O que queremos defender é que temos sim um ethos sério, que valida tal discurso, mas que a estratégia de validação do discurso passa agora não mais por uma simulação de seriedade, mas por uma simulação de jocosidade. Tentaremos mostrar que alguns trechos do texto são fundamentais na construção desse ethos e dos sentidos que ele pode validar.

O título do texto sugere uma discursividade séria que é quebrada em seguida por algumas alterações de provérbios e expressões. Mas a data do texto e seu trecho final não deixam “escapar” uma certa seriedade que estaria já contida no pré-discursivo. Vejamos o que diz o trecho final:

*E para encerrar, por que não lhes perguntar: que tipo de ordem é essa, companheiros? E o progresso? É para quem, meus camaradas?*

*Que os próximos 180 e tantos anos sejam de independência para todos esses seres quase desumanos, já que só a morte parece ser a sorte comum a qualquer um neste pedacinho de terrinha.*

Fica evidente neste trecho que está se tratando da questão da Independência, não só pelo vocábulo que aparece, mas pela menção aos *180 e tantos anos* de independência, a veiculação das palavras *ordem* e *progresso* e da expressão *pedacinho de terrinha* (relembrando Portugal de quem o Brasil foi colônia).

No nosso ponto de vista, há nesse trecho um certo restabelecimento da seriedade, e ela se dá exclusivamente pelas questões que são postas: *que tipo de ordem é essa, companheiros? e e o progresso? É para quem, meus camaradas?*

Há, portanto, uma certa contestação de uma ordem e de um progresso, não apenas porque se trata das palavras que figuram em nossa bandeira, mas porque todo o texto é construído por alterações de “ordens”, que seriam o proverbial. Assim alterar o proverbial seria alterar uma ordem vigente, a ordem da dita boa moralidade, que é

ressignificada toda ela em termos de contestação e encorajamento (*Chutar os assassinos dos cachorros indefesos. Escovar os dentes cariados dos cavalos doados. Entregar uma boiada para sair da briga dos mais burros. Esfaquear a ponta dos murros. Esvaziar a ação da reação. Dar contra-mão à palmatória...*).

### 2.4.3 – Outra letra de música

De compreensão muito mais simples que o texto anterior, o texto abaixo veicula um discurso sobre a situação dos migrantes nas grandes cidades que é mais ou menos típico em certas músicas:

#### D16-

##### *Notícias de Terra Civilizada (Belchior e Jorge Melo)*

*Era uma vez um cara do interior  
Que vida boa, “Minas Gerais”.  
Rádio notícias de terra civilizada  
Entram no ar da passarada  
E adeus paz.*

*Agora é vencer na vida  
O bilhete só de ida  
Da fazenda pro mundão.  
Segue sem mulher nem filhos  
Oh! Brilho cruel dos trilhos  
Do trem que sai do sertão.*

*E acreditou no sonho  
Da cidade grande  
E enfim se mandou um dia  
E vindo viu e perdeu<sup>47 48</sup>  
E foi parar por engano  
Numa delegacia.*

*Lido e corrido relembra  
Um ditado esquecido  
Antes de tudo um forte.*

*Com fé em Deus um dia  
Ganha a loteria*

---

<sup>47</sup> Grifo nosso

<sup>48</sup> Novamente temos um enunciado cujo correspondente original não é um provérbio, tal como definimos acima. Ele não possui, portanto, um caráter específico de aconselhamento, possui marcas de primeira pessoa, pouco comuns nos provérbios e, além disso, é uma frase atribuída a Júlio César, portanto, com uma autoria definida.

*Pra voltar pro norte.*

O discurso a que fizemos referência acima é o da difícil situação enfrentada por migrantes que saem de seus lugares de origem para “tentar a vida” em cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro.

Acreditamos que os efeitos de sentido que se podem depreender da música em questão derivam em boa medida de uma dicotomia que é instaurada por uma certa ironia que pode ser lida no título da música e em alguns versos. A dicotomia seria uma visão de terra civilizada e uma visão de terra não civilizada. Porém, antes de falar dessa questão da civilização, veremos alguns aspectos que acreditamos ser importantes para os sentidos que podem surgir da canção.

Um desses aspectos é o uso do *Era uma vez*. Sabemos que esse é um recurso (e uma expressão fixa da língua) muito utilizado nos contos de fadas, nas fábulas, etc. Se tomarmos apenas este aspecto para análise, seríamos levados a discorrer sobre um texto para crianças, e, conseqüentemente, sobre um ethos que validasse um discurso de histórias infantis, mas, aparentemente, não é a partir desse pressuposto que o texto funciona. Assim é que o aproveitamento de uma expressão como *era uma vez*, que vem de outros gêneros que não as canções, parece instituir uma outra questão, que também deriva desses mesmos textos nos quais a expressão *era uma vez* é veiculada.

Teoricamente, as fábulas e contos de fada sempre narram um fato com o propósito do aconselhamento. A canção acima parece proceder da mesma forma, ou seja, ao aproveitar de uma expressão fixa da língua muito utilizada nesses textos aconselhadores, a canção também absorve o próprio propósito desses textos: aconselhar. Mas não é somente por este aspecto que podemos chegar a essa conclusão. Há ainda mais dois trechos do texto que podemos ligar a esse propósito.

Um deles é o trecho em que o enunciador menciona um certo ditado:

*Lido e corrido relembra  
Um ditado esquecido  
Antes de tudo um forte.*

neste trecho, podemos notar o funcionamento do provérbio (embora não tenhamos, de fato, veiculado aqui, um provérbio atestado) em um texto, ou seja, o da validação de uma idéia,

de uma atitude. Assim, mais uma vez, somos levados a acreditar que o texto serve ao propósito da advertência, posto que, juntamente com a expressão fixa, a menção a um provérbio também tem a ver com a questão do aconselhamento.

Por outro lado, temos também um PA veiculado no texto, *vindo, viu e perdeu*, que poderia, sem dúvidas, atrapalhar tudo o que dissemos sobre o propósito do texto. No entanto, podemos observar que não é isso que ocorre, o PA funciona aqui, primeiramente, como um provérbio funciona, validando um discurso.

Assim, o que notamos é que há um outro ingrediente que é imposto pelo PA, a validação de um discurso sobre o civilizado e o não civilizado e não funcionando (o PA) como índice de um aconselhamento.

Como dissemos acima, facilmente é possível notar no texto uma tensão entre civilizado e não civilizado. E para tal discurso, o civilizado não é a grande cidade, inserida como *terra civilizada* pelo título (*notícias de terra civilizada*), isso, sem dúvidas, porque o sujeito *vai* para a cidade *vê* e *perde*. Dessa forma, a troca do verbo *vencer* por *perder*, passa a validar uma discursividade sobre a grande cidade: a de que ela não é civilizada, como se poderia pensar lendo o título do texto.

Mas há um outro aspecto que talvez seja conveniente levar em consideração. Embora o dito célebre *vim, vi, venci* não seja um provérbio, e de tal maneira não funcione como um enunciado aconselhador, quando temos a alteração *vindo viu e perdeu*, essencialmente na já mencionada troca do verbo *vencer* por *perder*, ocorre uma certa “volta” ao princípio do aconselhamento. Indiretamente há um certo efeito de sentido na troca desses verbos que pode ser aproximado ao sentido de aconselhamento do texto, pois ao tomar o dito célebre e alterá-lo, o enunciador faz com que haja uma demonstração do que acontece com os indivíduos que vão para a cidade grande. É essa demonstração que serve ao texto como um todo, no que diz respeito ao seu propósito de aconselhar.

De certa forma, trata-se de um discurso responsivo sobre essa relação do homem do campo com a cidade, um discurso que não se quer citadino, mas interiorano, é o discurso da *vida boa*, “*Minas Gerais*”, ou seja, que valoriza a vida do campo em detrimento de uma vida urbana, esta última posta como difícil e injusta (*e foi parar por engano / numa delegacia*).

Voltando à questão do aconselhamento, ainda podemos fazer menção ao ethos de tal discurso, que pode ser compreendido como um ethos sábio e conselheiro, que seria o fiador de tal discurso, e esse ethos é perceptível, em boa medida, pela veiculação tanto de um suposto provérbio, como de um PA e ainda da recorrência ao *era uma vez*.

## CONCLUSÃO

Não tivemos nenhuma intenção de exaurir esse objeto de estudo que é o provérbio alterado, posto que, como tentamos demonstrar, trata-se de uma enunciação peculiar e que pode, indubitavelmente, ser estudada por outras áreas da Lingüística ou por outras disciplinas. Portanto, este trabalho não é (nem pretende ser) a palavra definitiva sobre o assunto.

Mesmo que quiséssemos isso, sabemos que deixamos de analisar uma série de dados que, sem dúvida alguma, poderia demonstrar outros aspectos dos PAs, dos discursos, etc. Obviamente houve uma questão de escolha: não poderíamos analisar todos os dados que conseguimos encontrar, isso tornaria o trabalho demasiadamente longo e talvez cansativo. A escolha dos dados que foram analisados passou por questões que consideramos pertinentes, assim como os temas trabalhados nos PAs ou traços deles que levantassem aspectos de seu funcionamento semântico-discursivo.

Dessa forma, ao considerarmos os PAs como enunciados humorísticos, pudemos perceber, em boa medida, discursos correntes do próprio humor, como o discurso sobre as “loiras” e os nordestinos. Partindo dessa constatação (que como vimos também, não é válida para todos os PAs), tentamos demonstrar que o funcionamento do PA depende de forma intrínseca de relações interdiscursivas, sejam elas explícitas (como aquela que obrigatoriamente tem com o provérbio) sejam elas implícitas (as que mantém com outros discursos – do humor ou não). Portanto, há uma aproximação e uma defesa das teorias que postulam uma heterogeneidade do dizer e daquelas que defendem uma raridade do enunciado.

Por outro lado, mesmo sabendo que os PAs, por si sós, representam discursos diversos, não nos contentamos em analisá-los separadamente. Tentamos demonstrar, também, o seu funcionamento nos textos e, como se pode notar, dentro de uma diversidade de gêneros textuais, o que ocorreu por dois motivos. Um deles é a própria dificuldade em encontrar textos em que os PAs aparecem. O outro, está mais ligado à própria diversidade de temas e discursos que os PAs representam, assim, resolvemos analisar textos de natureza diversa, posto que não seria satisfatório, nem produtivo (dada a dificuldade em encontrar textos), analisar apenas textos de um gênero.

Ao analisar textos, podemos perceber que o PA não “fornece” ao texto apenas a discursividade que ele representa, mas também aspectos de seu funcionamento: o próprio fato de ele se apresentar em concorrência explícita com o provérbio ou o fato de ele ser, ou poder ser, um enunciado humorístico, mesmo que isso, no texto, seja utilizado como máscara para um outro objetivo.

Fica também o registro de que, mesmo de uma forma “torta”, há no PA uma certa resistência da própria enunciação proverbial. Assim, a já mencionada existência paradoxal do PA contribui para a permanência e o emprego desse patrimônio lingüístico: o provérbio.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Posições 1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 167 p.
- \_\_\_\_\_. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros Castro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 127 p.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. La nature des topoï. In ANSCOMBRE, J. C. **Théorie des Topoï**. Paris : Kimé, 1995 *apud* SANTOS, Mônica Oliveira (2004). **“O Provérbio é um Comprimido que Anda de Boca em Boca”**: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial. 2004. 243 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades Enunciativas. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, Iel, Unicamp, n. 19, p. 25-42, jul./dez.1990.
- \_\_\_\_\_. Heterogeneidade Mostrada e Heterogeneidade Constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In \_\_\_\_\_. **Entre a Transparência e a Opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Trad. Alda Scher; Elsa Maria Nitsche Ortiz. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, p. 11-80.
- BAKHTIN, Mikhail (1929). **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra Rio de Janeiro: Forense, 1981. 239 p.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOSHINOV) (1929). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004, 196 p.
- BERGSON, Henri. **O Riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, 105 p.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004, 555 p.
- DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. Trad. Eduardo Guimarães. In \_\_\_\_\_. **O Dizer e o Dito**. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-218.
- \_\_\_\_\_. Polifonia y argumentación. Cali: Universidad del Valle., 1988 *apud* SANTOS, Mônica Oliveira (2004). **“O Provérbio é um Comprimido que Anda de Boca em Boca”**: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial. 2004. 243 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.



FARACO, Carlos Alberto (2003). **Linguagem e Diálogo**: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin. 2ª ed. Curitiba: Criar, 2006, 135 p.

FOUCAULT, Michel (1969). **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, 236 p.

FREUD, Sigmund (1905). **Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977, 290 p.

GREIMAS, Algirdas Julien. Os provérbios e os ditados. Trad. Kátia H. Chalita. In \_\_\_\_\_. **Sobre o Sentido**: ensaios semióticos. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 288-295.

GRÉSILLON, Almuth e MAINGUENEAU, Dominique. Polyphonie, Proverbe et Détournement. **Langages**. Paris, n 73, p. 112-125, mar. 1984.

HOBBS, Thomas. **The Elements of Law Natural and Politic**. London: Ferdinand Tönnies, 1969 *apud* SKINNER, Quentin. **Hobbes e a Teoria Clássica do Riso**. Trad., Alessandro Zir. São Leopoldo: Unisinos, 2002, 88 p.

\_\_\_\_\_. **Leviathan, or The Matter, Forme & Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil**. Cambridge: Richard Tuck, 1996 *apud* SKINNER, Quentin. **Hobbes e a Teoria Clássica do Riso**. Trad, Alessandro Zir. São Leopoldo: Unisinos, 2002, 88 p.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. La Polémique e ses définitions. **Le Discours Polémique**, Presses Universitaires de Lyon, p. 3-40, 1980 *apud* CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004, 555 p.

LACERDA, Roberto Cortes et al. (2003). **Dicionário de Provérbios**: francês, português, inglês. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2004. 550 p.

LYSARDO-DIAS, Dylia. **Provérbios que são Notícia – uma análise discursiva**. 2001. 276 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Dicionário Brasileiro de Provérbios, Locuções e Ditos Curiosos**: bem como de curiosidades verbais, frases feitas, ditos históricos e citações literárias, de curso corrente na língua falada e escrita. Rio de Janeiro: Documentário, 1977, 330 p.

- MAINGUENEAU, Dominique (1984). **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005, 189 p.
- \_\_\_\_ (1987). **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989, 198 p.
- \_\_\_\_ (1998). **Análise de Textos de Comunicação**. Trad. Décio Rocha; Cecília P. de Souza e Silva. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 238 p.
- \_\_\_\_ . **Cenas da Enunciação**. Trad. Roberto Leiser Baronas, Fábio César Montanheiro e Décio Rocha. Curitiba: Criar, 2006. 181 p.
- MOTA, Atico Vilas-Boas da. **Provérbios em Goiás**: contribuição à paremiologia brasileira Goiânia: Oriente, 1974. 235 p.
- OBELKEVICH, James. Provérbios e História Social. In BURKE, Peter e PORTER, Robert (org). **História Social da Linguagem**. Trad. Álvaro Hattner São Paulo: Unesp, 1997. p 43-140.
- PÊCHEUX, Michel (1969). Análise Automática do Discurso (AAD 69). Trad. Eni P. Orlandi In GADET, Françoise e HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 61-161.
- \_\_\_\_ (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 318 p.
- \_\_\_\_ (1983). A Análise do Discurso: três épocas. Trad. Jonas de A. Romualdo. In GADET, Françoise e HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 311-315.
- POSSENTI, Sírio (1998). **Os Humores da Língua**: análise lingüística de piadas. 2ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2001, 152p.
- \_\_\_\_. **Os Limites do Discurso**. Curitiba: Criar, 2002, 260 p.
- \_\_\_\_ . Observações sobre Interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 253-269, 2003. Editora UFPR, 2003.
- \_\_\_\_. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Lingüística**: fundamentos epistemológicos. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.
- RASKIN, Victor. **Semantic Mechanisms of Humor**. Dordrecht: D. Reidel, 1985. 284 p.

- REY-DEBOVE, Josette. **Le Métalangage**: étude linguistique du discours sur le langage. Paris : Le Robert, 1978. 318 p.
- ROCHA, Regina. **A Enunciação dos Provérbios**. São Paulo: Annablume, 1995.
- RUSSOMANO, Victor. **Adagiário Gaúcho**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1938.
- SANTOS, Mônica Oliveira (2004). **“O Provérbio é um Comprimido que Anda de Boca em Boca”**: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial. 2004. 243 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- SKINNER, Quentin. **Hobbes e a Teoria Clássica do Riso**. Trad, Alessandro Zir. São Leopoldo: Unisinos, 2002, 88 p.
- TEZZA, Cristóvão. **Entre a Prosa e a Poesia**: Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. 319 p.
- VERISSIMO, Luis Fernando. **Todas as Histórias do Analista de Bagé**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, 76 p.

## ANEXOS

### Provérbios alterados encontrados:

- PA1-** A cavalo dado não se olham os dentes para não levar mordida;  
**PA2-** A esperança e a sogra são as últimas que morrem;  
**PA3-** A fé remove montanhas, mas dinamite funciona melhor;  
**PA4-** A luz no fim do túnel, é um caminhão no sentido contrário;  
**PA5-** A ocasião faz o furto, o ladrão já nasce feito;  
**PA6-** A pressa é a inimiga da refeição, pois quem chega cedo, come cru;  
**PA7-** A roupa faz o homem;  
**PA8-** A união faz o açúcar;  
**PA9-** A voz do povo é a voz do povo;  
**PA10-** Água mole em pedra dura tanto bate até que cansa e pára  
**PA11-** Água mole em pedra dura tanto bate que acaba a água;  
**PA12-** Água mole em pedra dura, tanto bate e nunca fura;  
**PA13-** Águas passadas já passaram;  
**PA14-** Alegria de pobre é impossível;  
**PA15-** Antes à tarde do que nunca;  
**PA16-** Antes só do que com violadores numa cela;  
**PA17-** Antes tarde do que mais tarde;  
**PA18-** Cada macaco com a sua macaca;  
**PA19-** Carro a álcool, você ainda vai empurrar um;  
**PA20-** Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém... exceto à galinha!  
**PA21-** Como diria Edir Macedo: "Templo é dinheiro";  
**PA22-** Deitar cedo e cedo erguer, dá imenso sono;  
**PA23-** Depois da tempestade o trânsito pára;  
**PA24-** Depois da tempestade vem a gripe;  
**PA25-** Deus escreve certo por linhas tortas. Mas a besta da sua empregada não consegue nem anotar um recado  
**PA26-** Devagar nunca se chega;  
**PA27-** Devo, não pago. Nego enquanto puder;  
**PA28-** Dize-me com quem andas e dir-te-ei que se for de carro eu quero uma carona;  
**PA29-** Dizes-me com quem andas e eu te direi se vou contigo;  
**PA30-** É chato ser bonito. Mas é muito mais chato ser feio;  
**PA31-** É dando que se engravida;  
**PA32-** É dando que se ganha má fama;  
**PA33-** Em casa de ferreiro só tem ferro;  
**PA34-** Em terra de cego, quem tem um olho é ciclope;  
**PA35-** Em terra de cego quem tem um olho é caolho;  
**PA36-** Em terra de cego, quem tem um olho é anormal;  
**PA37-** Em terra de cego, quem tem um olho vê cada coisa  
**PA38-** Em terra de heterossexual, quem tem dois sexos é rei;  
**PA39-** Em terra de sapo, cuidado com o veneno deles;  
**PA40-** Errar é humano, acertar o alvo é mulçumano;  
**PA41-** Filho de peixe faz bolhas na água com a boca;  
**PA42-** Gato escaldado morre;  
**PA43-** Há males que vem para o bem, mas a maioria vem para o mal mesmo;  
**PA44-** Há males que vêm para foder com todo mundo;  
**PA45-** Há males que vem para pior;  
**PA46-** Já que a primeira impressão é a que fica, use uma impressora laser!  
**PA47-** Mais vale tarde do que muito mais tarde;  
**PA48-** Mais vale um na mão do que dois no sutiã  
**PA49-** Mais vale um pássaro no "chão" do que "bois" voando;

PA50- Não faças hoje o que podes deixar para amanhã;  
PA51- Nos restaurantes baianos, a pressa é inimiga da refeição;  
PA52- Nunca deixe para amanhã o que você pode fazer depois de amanhã;  
PA53- O pior cego é aquele que se recusa a ter cão;  
PA54- O Senhor é o meu pastor e fica latindo a noite inteira no quintal  
PA55- Os ginecologistas sabem que é dedando que se recebe  
PA56- Os últimos serão desclassificados;  
PA57- Os últimos serão os primeiros a reclamar  
PA58- Os últimos serão os primeiros a tomar bronca pelo atraso;  
PA59- Para bom bebedor meia garrafa basta;  
PA60- Pau que nasce torto, mijá fora da privada;  
PA61- Pau que nasce torto mijá no chão;  
PA62- Quando um não quer o outro insiste;  
PA63- Quando um não quer o outro vira do lado e dorme;  
PA64- Quem ama o feio é cego;  
PA65- Quem ama o feio, é porque o bonito não lhe aparece;  
PA66- Quem cedo madruga fica com sono o dia inteiro;  
PA67- Quem cedo madruga passa o dia cansado;  
PA68- Quem com ferro fere não sabe como dói;  
PA69- Quem corre alcança, quem anda nunca chega lá;  
PA70- Quem dá aos pobres cria o filho sozinho;  
PA71- Quem dá aos pobres, empresta. Adeus!;  
PA72- Quem dá aos pobres, fica com menos;  
PA73- Quem dá aos pobres nunca será uma bicha rica  
PA74- Quem dá aos pobres, paga o motel;  
PA75- Quem espera fica de saco cheio;  
PA76- Quem espera nunca alcança  
PA77- Quem espera, sempre cansa;  
PA78- Quem fala o quer não leva desaforo pra casa  
PA79- Quem não arrisca, não se lixa;  
PA80- Quem não tem cão caça latindo;  
PA81- Quem não tem cão não caça;  
PA82- Quem não tem cão não gasta dinheiro com veterinário;  
PA83- Quem não tem padrinho morre pagando;  
PA84- Quem nunca comeu melado nunca vai ter cárie;  
PA85- Quem o feio ama, é porque vê mal;  
PA86- Quem ri por último é loira;  
PA87- Quem ri por último é porque está conectado a 2400 bps  
PA88- Quem ri por último é retardado;  
PA89- Quem ri por último não entendeu a piada;  
PA90- Quem ri por último ou é surdo ou retardado;  
PA91- Quem tem boca vai ao dentista;  
PA92- Quem tem boca vai a Roma? Meu fogão tem quatro e não saiu da cozinha;  
PA93- Quem tem pressa come cru, quem não tem fica com fome;  
PA94- Quem tudo quer fica enchendo o saco pedindo;  
PA95- Quem tudo quer, tudo tem;  
PA96- Quem vê cara não vê o resto;  
PA97- Se Maomé não vai à montanha, então vai à praia;  
PA98- Sol e chuva, vou sair de guarda-chuva.

#### **Textos:**

**D1-**

#### **Corrigindo velhos ditados**

É dando..... que se engravida.  
 Quem ri por último..... é retardado.  
 Alegria de pobre..... é impossível.  
 Quem com ferro fere..... não sabe como dói.  
 Sol e chuva,..... vou sair de guarda-chuva.  
 Em casa de ferreiro..... só tem ferro.  
 Devo, não pago..... nego enquanto puder.  
 Quem tem boca vai..... ao dentista.  
 Gato escaldado ..... morre.  
 Quem espera,..... sempre cansa.  
 Quando um não quer..... o outro insiste.  
 Os últimos..... serão desclassificados.  
 Carro a álcool,..... você ainda vai empurrar um.  
 Há males..... que vem para pior.  
 Se Maomé não vai à montanha..... vai à praia.  
 A esperança e a sogra..... são as últimas que morrem.  
 Quem dá aos pobres,..... paga a conta do motel.  
 Depois da tempestade..... vem a gripe.  
 Devagar..... nunca se chega.  
 Antes tarde..... do que mais tarde.  
 Boca fechada..... não fala.  
 Águas passadas..... já passaram.  
 Em terra de cego..... quem tem um olho é caolho.  
 Quem cedo madruga..... fica com sono o dia inteiro.

## D2-

### CORRIGINDO VELHOS DITADOS

- 1- É dando.....que se engravida.
- 2- Quem ri por último.....é retardado ou loira.
- 3- Alegria de pobre.....é impossível.
- 4- Quem com ferro fere.....não sabe como dói.
- 5- Sol e chuva,.....vou sair de guarda chuva.
- 6- Em casa de ferreiro.....só tem ferro.
- 7- Devo, não pago.....nego enquanto puder.
- 8- Quem tem boca vai.....ao dentista.
- 9- Gato escaldado .....morre.
- 10- Quem espera,.....sempre cansa.
- 11- Quando um não quer.....o outro insiste.
- 12- Os últimos.....serão desclassificados.
- 13- Carro a álcool,.....você ainda vai empurrar um.
- 14- Há males.....que vem para piorar.
- 15- Se Maomé não vai à montanha,.....então vai à praia.
- 16- A esperança e a sogra.....são as últimas que morrem.
- 17- Quem dá aos pobres,.....paga a conta do motel.
- 18- Depois da tempestade.....vem a gripe e a pneumonia.
- 19- Devagar.....nunca se chega.
- 20- Antes tarde.....do que mais tarde.
- 21- Em terra de cego.....quem tem um olho é caolho.
- 22- Quem cedo madruga.....fica com sono o dia inteiro.
- 23- Pau que nasce torto.....mija no chão.

## D3-

## CORRIGINDO VELHOS DITADOS

É dando..... que se engravida.  
Quem ri por último..... é retardado.  
Quem não arrisca..... é porque não tem caneta.  
Alegria de pobre..... é impossível.  
Quem com ferro fere..... não sabe como dói.  
Sol e chuva..... vou sair de guarda-chuva.  
Em casa de ferreiro..... só tem ferro.  
Devo, não pago..... Nego enquanto puder.  
Quem tudo quer..... tudo tem.  
Quem tem boca vai..... ao dentista.  
Gato escaldado ..... morre.  
É chato ser bonito..... Mas é muito mais chato ser feio.  
Quem espera..... sempre cansa.  
Quando um não quer..... o outro insiste.  
Os últimos..... serão desclassificados.  
Quem não tem cão..... não caça.  
Carro a álcool..... você ainda vai empurrar um.  
Há males..... que vem para pior.  
Água mole em pedra dura tanto bate .. que acaba a água.  
Se Maomé não vai à montanha,..... então vai à praia.  
A esperança e a sogra..... são as últimas que morrem.  
Quem dá aos pobres,..... paga a conta do motel.  
Depois da tempestade..... vem a gripe.  
Quem vê cara..... não vê o resto.  
Devagar..... nunca se chega.  
Antes tarde..... do que mais tarde.  
Boca fechada..... não fala.  
Águas passadas..... já passaram.  
Em terra de cego..... quem tem um olho é caolho.  
Quem cedo madruga..... fica com sono o dia inteiro

### D4-

## CORRIGINDO VELHOS DITADOS

É dando.....que se engravida.  
Quem ri por último.....é retardado.  
Alegria de pobre.....é impossível.  
Quem com ferro fere.....não sabe como dói.  
Sol e chuva.....vou sair de guarda-chuva.  
Em casa de ferreiro.....só tem ferro.  
Quem tem boca.....vai ao dentista.  
Gato escaldado.....morre.  
Quem espera.....sempre cansa.  
Quando um não quer.....o outro insiste.  
Os últimos.....serão desclassificados.  
Carro a álcool.....vc ainda vai empurrar um.  
Há males.....que vem para pior.  
A esperança e a sogra.....são as últimas que morrem.  
Quem dá aos pobres.....paga o motel.  
Depois da tempestade.....alaga tudo e o transito para.  
Quem não tem cão.....não caça.  
Quem fala o que quer.....não leva desaforo pra casa.

**D5-**

**Frases para reflexão, hehehe!**

Diga-me com quem andas...que se for de carro,quero carona.

É chato ser bonito...mas é muito mais chato ser feio.

Quem sabe, sabe. Quem não sabe vira chefe.

O importante não é saber, mas ter o telefone de quem sabe.

Não sou um completo inútil ... ao menos sirvo de mau exemplo.

Depois da tempestade... o trânsito pára!

Há duas palavras que abrem muitas portas: Puxe e Empurre.

Quando um não quer... o outro insiste!

Os últimos serão os primeiros... a tomar bronca pelo atraso.

Quem tem boca vai a Roma... meu fogão tem 4 e não saiu da cozinha.

Pau que nasce torto, mijá fora da privada.

A união faz o açúcar.

A fé remove montanhas, mas dinamite funciona melhor.

Para bom bebedor meia garrafa basta.

Vencer não é tudo. É preciso também humilhar o adversário.

Mais vale um pássaro no "chão" do que "bois" voando.

Nos restaurantes baianos, a pressa inimiga da refeição.

É dando que se ganha má fama.

O sonho não acabou... E ainda temos pão doce, maria-mole e queijadinha.

Quem tudo quer... fica enchendo o saco pedindo!

Quem nunca comeu melado... nunca vai ter cárie!

Quem não tem cão... não gasta dinheiro com veterinário!

Devo, não pago. Nego enquanto puder.

Nunca deixe para amanhã... o que você pode fazer depois de amanhã!

Como diria Edir Macedo: "Templo é dinheiro".



Antes tarde do que mais tarde.

Quem não deve, não deve.

Há males que vem para o bem... mas a maioria vem para o mal mesmo.

Em terra de cego, quem tem um olho é "ciclope"!

Macaco que muito pula ... tem problema psicológico, pensa que é um canguru.

Quem ri por último... ou é surdo ou retardado.

## **D6-**

### **Corrigindo velhos ditados**

Autor: Daniel Fiuza

25/01/2002

É dando que se recebe  
Será que isso é verdade?  
Tenho as minhas duvidas!  
Falo pra toda a cidade  
A coisa normal da vida  
É dando que se engravida  
Isso sim é a realidade.

Aquele que ri por último  
Não acho que ri melhor  
Não entendeu a piada  
Por isso é que ele ri só  
Demorou pra entender  
O que se pode fazer  
Só se pode sentir dó.

Quem com ferro fere  
Às vezes nem é ferido  
Mas eu te digo que dói  
Falo sem ser atrevido  
O delito fica impune  
O criminoso imune  
Fica tudo escondido.

Lá na casa do ferreiro  
O espeto não é de pau  
Lá o espeto é de ferro  
E o Ferreiro é o tal  
É metálico o que faz  
Na madeira é incapaz  
É uma verdade cabal.

Eu devo e nunca pago  
Eu nego enquanto puder  
Essa é a grande verdade

Sendo homem ou mulher  
Deve e não quer pagar  
Pode morrer de apanhar  
Só vai pagar se quiser.

Quem tem boca vai a Roma  
Esse é um ditado realista  
Quem tem boca acaba indo  
Procurar um bom dentista  
Para trata bem do dente  
Depois viajar contente  
Num turismo especialista.

Qualquer gato escaldo  
Não tem medo de água fria  
Porque se cair na fervura  
Morre, e nunca mais mia  
Vira um bichano finado  
Com o pêlo escapelado  
Só fica a fotografia.

Quem espera sempre alcança  
Que mentira mais cabeluda  
Quem espera sempre cansa  
Eu falo ninguém se iluda  
Pode espera a vida inteira  
Digo-te não é brincadeira  
Pra pobre mais nada muda.

Se um não quer dois não briga  
E claro que pode brigar  
Se um te der uma porrada  
Lógico que vai revidar  
A briga só depende de um  
Se agredir mais algum  
A briga já vai começar.

Males que vem para o bem  
Isso é falso eu vou falar  
Se vem o mal na tua vida  
A tendência e piorar  
O mal será sempre ruim  
Infelizmente é assim  
E nunca mais vai mudar.

[www.clippoemas.com](http://www.clippoemas.com) em 21/12/2005.

**D7-**

### **Bom Conselho**

**(Chico Buarque)**

Ouçã um bom conselho  
Que eu lhe dou de graça

Inútil dormir  
Que a dor não passa  
Espere sentado  
Ou você se cansa  
Está provado  
Quem espera nunca alcança

Ouça, meu amigo,  
Deixe esse regaço  
Brinque com meu fogo  
Venha se queimar  
Faça como eu digo  
Faça como eu faço  
Aja duas vezes antes de pensar

Corro atrás do tempo  
Vim de não sei onde  
Devagar é que  
Não se vai longe  
Eu semeio o vento  
Na minha cidade  
Vou pra rua e bebo a tempestade.

(BUARQUE, Chico. **A Arte de Chico Buarque**. Phonogram, 1975)

#### **D8-**

**Frase de Parede de Banheiro** (coletada num dos banheiros do IEL – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas –, em 2006):

“O grande problema do IEL e do IFCH é que muitos lêem Caras na cantina e arrotam Foucault por aí”.

#### **D9-**

##### **Moral e Civismo**

Fernando Bonassi

Cuspir no prato em que se come para não se acostumar à caridade oferecida em nosso nome. Dar à pena a morte que ela merece. Ir beber a muita sede que o tal do pote contém. Ensinar o mal a quem sempre praticou o bem. Tirar o doce das crianças que precisam crescer.

Negar os pobres de imaginação. Tocar os podres de espírito. Repartir com o diabo o pão amassado. Ajoelhar se for rezar. Erguer-se para contradizer. Dizer adeus aos deuses em questões de humanidade. Tomar a minha liberdade onde o outro deixa de avançá-la.

Cobiçar para saber perdoar. Não complicar a mulher para o próximo. Ignorar os outros como a si mesmo. Evitar os muito vivos. Enterrar os meio mortos. Tratar indiferentemente com deferência como se todos fossem diferentes. Ter classe de bailarina, paciência de Jó e malícia de vagabunda. Roubar o perdão de pelo menos um ladrão. Chutar os assassinos dos cachorros indefesos. Escovar os dentes cariados dos cavalos doados. Entregar uma boiada para sair da briga dos mais burros. Esfaquear a ponta dos murros. Esvaziar a ação da reação. Dar contra-mão à palmatória.

Libertinagem ainda que tardia! Pois é de velho que o vinho vivifica... Respeitar e aproveitar os corpos amados como cristos abraçados às deliciosas cruces de pecados.

Cair em tentação. Arrepende-se com resignação. Fazer mais do que a obrigação e menos que o floreiro.

Romper com os arreios dos costumes consentidos. Para os amigos, a mesma lei dos inimigos. Não depender dos prejuízos dos juízos dos juizes sobre as nossas culpas. Não se deixar prender nas cadeias da reprodução. Mostrar a mesma face. Pagar com outras moedas. Devolver os desaforos para as casas de onde partiram. Contestar as idéias de consenso dos sonsos que as pariram. Meter-se com aquilo que não deve ser chamado. Ser o cunhado dos parentes. Manter-se a mútua distância necessária daquilo que for próximo e íntimo demais. Ademais, impor-se limites. Perder as estribeiras. Sufocar o irrespirável. Dançar no silêncio conforme a música que é sonegada. Regar a tempestade depois da bonança, Alcançar a desesperança última e serena dos que morrem primeiro.

Na dúvida, aceitar mais que enjeitar; resolver e afofar mais que esmagar e amassar. Resolver mais que ajeitar. Arriscar-se a perder já que para ganhar todos os tolos mais espertos já aprenderam a jogar por essas bandas e cassinos...

Mandar para escanteio as pedras dos meios dos caminhos ao invés de lapidá-las com esmero nas páginas das revistas onanistas. Escrever mil imagens pra o que vale uma palavra dessas. Transmitir o calor de uma palavra dada como quem dá alguma coisa de valor.

Cutucar a dor da ferida com a vara curta da explicação.

Pedir proteção. Dar segurança. Ter férias. Tirar trabalho.

Pagar o preço caro dos conselhos baratos que forem seguidos. Escolher não ser escolhido. Não ser conduzido. Não conduzir.

Não faltar aos atos impensados ou falhar na ambigüidade da razão. Agir dez vezes antes de pensar. Corrigir a pressa da imperfeição.

Não à coisa pública um destino de privada.

Saborear o prato quente da vingança com a frieza da sabedoria. Ser e não ser. Não deixar os cadáveres ilustres nos passarem por cima quando se levantarem para nos governar. Desgovernar os certos. Deseducar os errados. Deixar escapar o único pássaro da mão. Apreciar com ironia a crueldade dos outros que estão voando em comemoração à gravidade da situação.

Amargar a trivialidade do que for água com açúcar. Adoçar o lar onde quer que esteja. Conhecer o pouco que se tem como tudo aquilo que nos falta. Considerar meninos e meninas inocentes mesmo que adultos provem o contrário. Dormir, sonhar e acordar para contar os pesadelos da realidade.

Saber a oportunidade de se retirar sem ser convidado pelo eleitorado... Pois é relevando que se é relevado.

Convém também informar desde logo que o melhor do Brasil até pode ser o brasileiro, se isso for assim tão importante... mas então é importante assim esclarecer que o melhor do brasileiro também não é o Brasil.

E para encerrar, por que não lhes perguntar: que tipo de ordem é essa, companheiros? E o progresso? É para quem, meus camaradas?

Que os próximos 180 e tantos anos sejam de independência para todos esses seres quase desumanos, já que só a morte parece ser a sorte comum a qualquer um neste pedacinho de terrinha.

(Folha de São Paulo, Ilustrada, pp E6, 05/09/2006)

## "O Código da Vinci" aumenta visitas a site da Opus Dei

da Ansa, na Cidade do Vaticano

Um dos efeitos do best-seller "O Código da Vinci", escrito por Dan Brown, foi o aumento do interesse pela organização religiosa católica Opus Dei. Durante o ano passado, cerca de 3 milhões de pessoas visitaram o site da organização ([www.opusdei.org](http://www.opusdei.org)), com um total de 15 milhões de páginas abertas.

O pico de acessos foi registrado entre o período da morte de João Paulo 2º e a eleição de Bento 16, mas acredita-se que o crescimento do interesse público pela Opus Dei deva-se à divulgação da obra do escritor norte-americano.

Para satisfazer a curiosidade pública, a Opus Dei lançará hoje o seu site reformulado.

"O Código da Vinci representou uma oportunidade para nós, para fazer com que conheçam a Opus Dei.

Então, sob este aspecto, foi muito positivo. Mesmo que o livro distorça a imagem de Jesus, podemos dizer que **há males que vêm para bem**", disse o porta-voz da organização, Giuseppe Corigliano.

O novo site foi feito de forma a facilitar a leitura de todas as suas seções, informando as regras, a história e as notícias detalhadas da Opus Dei, além de sua posição no contexto da Igreja Católica. Também há muitas informações para divulgação à imprensa, com arquivos de áudio e vídeo.

Todas as atividades de ajuda social praticadas pela entidade, principalmente em países pobres, também são colocadas em evidências. O site pretende fornecer informações constantemente atualizadas sobre a Opus Dei, além de notícias sobre a igreja e o Papa.

O endereço on-line surgiu em 1996, em quatro línguas: espanhol, inglês, francês e italiano.

Em dez anos, o site foi traduzido para 22 línguas, entre as últimas acrescentadas estão o russo e o chinês. Em breve, o site estará disponível também em húngaro e árabe.

[www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br) - em 22/03/2006

### D11-

#### **Mercadante: há males que vem para o bem**

Luiz Antônio Magalhães

O caso do dossiê Vedoin pode acabar realmente mal para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Aliás, a verdade é que antes mesmo de ser condenado pela Justiça, o senador já está pagando caro pelas besteiras dos "aloprados": antes do episódio, quando ainda era candidato ao governo paulista e tinha poucas chances de vitória, Mercadante dizia a quem quisesse ouvir que, se derrotado fosse, teria um cargo forte no governo federal. De fato, especulava-se até na nomeação do senador para o ministério da Fazenda Hoje, ninguém em sã consciência imagina o presidente Lula nomeando o rapaz para cargo algum. O velho ditado diz que Deus escreve certo por linhas tortas. Os "aloprados" acabaram prestando dois bons serviços ao País: levaram a eleição para o segundo turno, fazendo com que a vitória de Lula fosse inquestionável pela oposição; e afastaram de vez a hipótese de Mercadante comandar a economia nacional. O Brasil agradece...

<http://blogentrelinhas.blogspot.com> em 25/12/2006

D12-



<http://www.niquel.com.br/> em 10 de maio de 2006.

D13-



Folha de São Paulo, 09 de maio de 2006, p. E7.

D14-



Folha de São Paulo, 28 de novembro de 2006, p. E9.

D15-

**Vira-vira**  
Mamonas Assassinas

Fui convidado pra uma tal de suruba,  
Não pude ir, Maria foi no meu lugar  
Depois de uma semana ela voltou pra casa,  
Toda arregaçada não podia nem sentar.  
Quando vi aquilo fiquei assustado,  
Maria chorando começou a me explicar.  
Aí então eu fiquei aliviado,  
E dei graças a Deus porque ela foi no meu lugar

Roda, roda e vira, solta a roda e vem  
Me passaram a mão na bunda e ainda não comi ninguém  
Roda, roda e vira, solta a roda e vem  
Neste raio de suruba, já me passaram a mão na bunda,  
E ainda não comi ninguém!

Ó Manoel olha cá como eu estou  
Tu não imaginas como eu estou sofrendo  
Uma teta minha um negão arrancou  
E a outra que sobrou está doendo

Oh Maria vê se larga de frescura  
Eu te levo no hospital pela manhã  
Tu ficaste tão bonita monoteta  
**Mais vale um na mão do que dois no sutiã**

Roda, roda e vira...

Oh Maria essa suruba me excita

Arrebita, Arrebita, Arrebita

Então vai fazer amor com uma cabrita

Mas Maria isto é bom que te exercita

Bate o pé, arrebita, arrebita

Manoel tu na cabeça tem titica  
Larga de putaria e vá cuidar da padaria.

Roda, roda e vira...

(MAMONAS ASSASSINAS, **Mamonas Assassinas**, EMI-Odeon, 1995)

D16-

**Notícias de Terra Civilizada**  
(Belchior e Jorge Melo)

Era uma vez um cara do interior  
Que vida boa, “Minas Gerais”.

Rádio notícias de terra civilizada  
Entram no ar da passarada  
E adeus paz.

Agora é vencer na vida  
O bilhete só de ida  
Da fazenda pro mundão.  
Segue sem mulher nem filhos  
Oh! Brilho cruel dos trilhos  
Do trem que sai do sertão.

E acreditou no sonho  
Da cidade grande  
E enfim se mandou um dia  
E **vindo viu e perdeu**  
E foi parar por engano  
Numa delegacia.

Lido e corrido relembra  
Um ditado esquecido  
Antes de tudo um forte.

Com fé em Deus um dia  
Ganha a loteria  
Pra voltar pro norte.

(BELCHIOR e MELO, Jorge. IN Zé Geraldo, **Aprendendo a Viver**. Eldorado, 1994).



This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.